

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

JUVENCIO ANTONIO VASCONCELOS LOBO

**VISÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DOS OFICIAIS DE CARREIRA DO
EXÉRCITO BRASILEIRO**



Rio de Janeiro
2024

JUVENCIO ANTONIO VASCONCELOS LOBO

**VISÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DOS OFICIAIS DE CARREIRA DO
EXÉRCITO BRASILEIRO**

Texto apresentado como Projeto de Pesquisa de
Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-
Graduação em Ciência Militares do Instituto Meira
Mattos da Escola de Comando e Estado- Maior do
Exército, como requisito para a obtenção do título de
Mestre em Ciências Militares.

Orientador: Prof. Dr. Rubens de Siqueira Duarte

Rio de Janeiro 2024

L799v Lobo, Juvencio Antonio Vasconcelos

Visão ambiental na formação dos oficiais de carreira do Exército Brasileiro. / Juvencio Antonio Vasconcelos Lobo.—2024.

94 fl. : il. ; 30 cm

Orientação: Rubens de Siqueira Duarte.

Policy Paper (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar)—Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2024.

Bibliografia: fl. 85-94

1. Meio ambiente e defesa. 2. Gestão da Defesa Nacional. 3. Forças Armadas. 4. Formação militar. 5. Educação militar. I. Título.

CDD 363

JUVENCIO ANTONIO VASCONCELOS LOBO

VISÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DOS OFICIAIS DE CARREIRA DO EXÉRCITO BRASILEIRO.

Dissertação apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Militares.

Aprovada em 23 de setembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA



RUBENS DE SIQUEIRA DUARTE – Prof Dr – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME

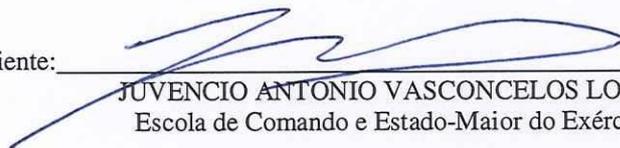


GUILHERME MOREIRA DIAS – Prof Dr - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME



LEONILDES NAZAR CHAVES – Profª Drª – Membro
Instituto Clima e Sociedade – iCS

Ciente:



JUVENCIO ANTONIO VASCONCELOS LOBO – Postulante
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Patricia Gouveia Ferraz, pelo apoio, o desprendimento e o companherismo nessa etapa.

Meus irmãos, Sofia Vasconcelos Lobo e José Edmir Vasconcelos Lobo pelo apoio irrestrito.

À Fabricia Gouveia Ferraz, pela ajuda sempre disponível.

Meu orientador Rubens de Siqueira Duarte que se tornou um grande amigo e a quem devo bastante.

A todos da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares, que sempre me auxiliaram não importando que horas fosse.

À CAPES pelo auxílio financeiro que me ajudou a chegar até aqui.

A todos os professores e colegas com quem pude aprender muito.

RESUMO

Quais as visões sobre o meio ambiente estão presentes nos planos de disciplinas (PLADIS) das escolas de ensino superior do Exército Brasileiro no período de 2014 a 2022? A pergunta se deve ao fato de que um dos maiores desafios deste decênio vem sendo a crescente quantidade de impactos com causas ambientais. A perda de vidas e de recursos gera a necessidade de mobilização por parte dos governos que precisam estar preparados para responder à novas demandas diante da emergência climática. As Forças Armadas são um integrante importante da estrutura do Estado e por isso têm um papel importante a representar na capacidade de resiliência necessária para enfrentamento da crise ambiental. Compreender o modo como esse grupo é treinado para suportar a essa demanda importa, por refletir como o país é capaz de dar segurança aos seus cidadãos. Para tanto, este trabalho é desenvolvido em duas partes. A primeira parte, de revisão bibliográfica, busca refletir primeiro sobre a relação entre meio ambiente e defesa, para depois analisar como a formação militar se reflete na condução das políticas públicas, particularmente as relacionadas à gestão da defesa nacional. A segunda parte, de análise documental, se ocupa com a análise dos assuntos relativos ao meio ambiente nos Planos Disciplinares (PLADIS) das três escolas de ensino superior do Exército de 2014 a 2022.

Palavras-chave: Meio ambiente e defesa, Gestão da defesa nacional, Forças Armadas, Formação militar, educação militar.

ABSTRACT

What points of view related to the environment are part of the Curriculum Plans (PLADIS) of the Brazilian Army's Higher Education Institutions from 2014 to 2022? This question arises from one of the greatest challenges of this decade, the increasing number of impacts with environmental consequences. The loss of lives and resources urge government mobilization that must be prepared to answer new climate emergency demands. The Armed Forces are a significant component of the State's structure, and they play an important role when addressing the environmental crisis resiliently. Understanding how this organization is trained to meet this demand is fundamental because it reflects how the country can ensure safety to its citizens. Thus, this study is carried out in two parts: the first part is a literature review aiming to reflect on the relationship between environment and Defense in order to analyze how military training reflects on implementing public policies, particularly those related to the National Defense Management. The second part is a document analysis focusing on examining environment-related topics comprised in the Curriculum Plans (PLADIS) of three Higher Education Institutions of the Army from 2014 to 2022 in Brazil.

Keywords: Environment and defense, National defense management, Armed Forces, Military training

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 – Comparativo visão/autor | 28 |
| Quadro 2 – Intersecção política econômica x visão ambiental..... | 31 |
| Quadro 3 – Perfil escolar e profissional do oficial do Exército..... | 62 |
| Quadro 4 – Graus hierárquicos x Postos de carreira | 64 |
| Quadro 5 – Disciplina x formato de entrega x carga horária..... | 68 |
| Quadro 6 – Disciplina x formato de entrega x carga horária..... | 68 |
| Quadro 7 – Intendência – Disciplina que aborda o tema (1)..... | 69 |
| Quadro 8 – Intendência – Disciplina que aborda o tema (2)..... | 70 |
| Quadro 9 – Comunicações – Disciplina que aborda o tema..... | 70 |
| Quadro 10 – Artilharia - Disciplina que aborda o tema | 71 |
| Quadro 11 – Cavalaria – Disciplina que aborda o tema | 71 |
| Quadro 12 – Material Bélico – disciplina que aborda o tema (1)..... | 72 |
| Quadro 13 – Material Bélico – disciplina que aborda o tema (2)..... | 73 |
| Quadro 14 – EsAO – Disciplina que aborda o tema..... | 74 |
| Quadro 15 – EsAO Engenharia – Disciplina que aborda o tema | 75 |
| Quadro 16 – CCEM – Disciplina que aborda o tema | 79 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-----------|---|
| PLADIS- | Planos Disciplinares |
| AMAN- | Academia Militar das Agulhas Negras |
| CCEM- | Curso de Comando e Estado-Maior |
| CENSIPAM- | Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia |
| Cmt Ex- | Comandante do Exército |
| CONAMA- | Conselho Nacional do Meio Ambiente |
| CPEAEx- | Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército |
| CSD- | Curso Superior de Defesa |
| DOAMEPI- | Doutrina, Organização, Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura |
| DPIMA- | Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente |
| EAD- | Ensino a Distância |
| EB- | Exército Brasileiro |
| EC- | Elementos de Competência |
| ECEME- | Escola de Comando e Estado Maior |
| ECO 92- | Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento |
| EsAO- | Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais |
| EsPCEx- | Preparatória de Cadetes do Exército |
| EUA- | Estados Unidos da América |
| F Ter- | Força Terrestre |
| GLO- | Garantia da Lei e da Ordem |
| IBAMA- | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| ICMBio- | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade |
| MBA- | Master of Business Administration |
| MMA- | Ministério do Meio Ambiente |
| NA- | Não se Aplica |
| NCC- | Normas para a Construção de Currículos |
| OCDE- | Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico |
| ODM- | Objetivos de Desenvolvimento do Milênio |
| ODS- | Objetivos do Desenvolvimento Sustentável |
| ONU- | Organização das Nações Unidas |
| OTAN- | Organização do Tratado do Atlântico Norte |
| PNMA- | Política Nacional do Meio Ambiente |
| PNUD- | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| QEMA- | Quadro de Estado-Maior da Ativa |
| SIGPIMA- | Sistema de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro |
| SISNAMA- | Sistema Nacional do Meio Ambiente |
| UC- | Unidades de Competência |
| UD- | Unidades Didáticas |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 9 |
| 1.1 | PERGUNTA, CAMINHOS E ESCOLHAS | 13 |
| 1.2 | ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO | 15 |
| 1.3 | IMPACTOS ESPERADOS | 17 |
| 2 | VISÕES AMBIENTAIS | 19 |
| 2.1 | MODELO DE DESENVOLVIMENTO E MUDANÇAS NO PLANETA | 21 |
| 2.2 | A HIERARQUIA DA GEOPOLÍTICA AMBIENTAL..... | 23 |
| 2.3 | VISÕES PARA CONDUZIR O PROBLEMA | 25 |
| 2.4 | LINHAS DE POLÍTICA ECONÔMICA..... | 28 |
| 3 | DESAFIOS AMBIENTAIS E AMEAÇAS TRADICIONAIS: ANÁLISE DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS DE DEFESA | 33 |
| 3.1 | O ADVENTO DA SEGURANÇA HUMANA E A PAUTA AMBIENTAL..... | 34 |
| 3.2 | A QUESTÃO AMBIENTAL NAS PAUTAS DE DEFESA | 37 |
| 3.3 | A POSIÇÃO BRASILEIRA E AS QUESTÕES AMBIENTAIS NA POLÍTICA DE DEFESA 43 | |
| 4 | O ENSINO MILITAR NA CONDUÇÃO DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO..... | 48 |
| 4.1 | EXÉRCITO COMO INSTITUIÇÃO TOTAL OU TOTALIZANTE..... | 49 |
| 4.2 | IMPACTO INSTITUCIONAL NA FORMAÇÃO DO OFICIAL..... | 51 |
| 5 | MÉTODO PARA COLETA E ANÁLISE DOS PLADIS | 56 |
| 5.1 | MÉTODO PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS | 57 |
| 5.2 | FUNDAMENTAÇÃO DA ANÁLISE..... | 63 |
| 6 | ANÁLISE DOCUMENTAL DOS PLADIS..... | 66 |
| 6.1 | AMAN..... | 66 |
| 6.2 | ESAO..... | 73 |
| 6.3 | ECEME | 78 |
| 6.4 | VIESES ENCONTRADOS | 80 |
| 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 83 |
| 7.1 | CONTRIBUIÇÕES | 86 |
| 7.2 | LIMITAÇÕES E POSSIBILIDADES DE PESQUISAS FUTURAS | 87 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 90 |
| | BIBLIOGRAFIA CONSULTADA | 99 |
| | ANEXOS..... | 101 |

1 INTRODUÇÃO

A crise ambiental, originada pela ação humana e relacionada ao modelo de desenvolvimento perseguido desde o início da primeira Revolução Industrial é um problema que vem crescendo progressivamente nos últimos anos e deve ser enfrentado pelos Estados. O planeta testemunha o desenrolar de crises econômicas e conflitos civis agravados a partir dos efeitos das mudanças climáticas, desequilíbrio dos ecossistemas, crises energéticas, desequilíbrio populacional, escassez de alimentos e doenças. Um exemplo do que ocorre pode ser constatado nos dados disponíveis no Atlas Digital de Desastres no Brasil de 2023 que demonstram em um intervalo de 31 anos, que a quantidade de ocorrências passou de 36 óbitos do ano de 1991 para 5142 em 2023; em relação aos prejuízos financeiros, o quadro é de R\$ 204.63 milhões em 1995 para R\$ 570.65 bilhões em 2023 com tendência de crescimento contínuo (Brasil, 2023). Efeitos da má administração de minas, processos de desertificação, pandemias, perda de biodiversidade, esgotamento de solos e poluição de água doce causam insegurança alimentar, migrações forçadas além de outros efeitos que afetam a capacidade brasileira de assistir sua população. Desse modo, é a partir desse círculo vicioso de eventos que o Estado deve estar pronto para enfrentar as externalidades ambientais que afetam diretamente sua população.

Importante considerar que quando se observa os debates que vem ocorrendo na arena internacional, incluindo a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), que se desdobrou em um debate político vigente desde 1992 na arena internacional, percebe-se como a crise ambiental afeta a existência dos indivíduos e se torna uma questão de segurança. Isso justifica o fato de os países do Norte assumirem compromissos ambientais ao passo que pressionam os países do Sul a se engajarem no problema. Uma evidência desse processo é o fato de que os dispositivos de intervenção humanitária vêm sendo reivindicados para a causa ambiental (Duarte, 2022). Pressionados, os países buscam desenvolver mecanismos de ação. Como será posto adiante neste trabalho, diferentes processos de pensar acompanham diferentes possibilidades de agir e desse modo, o problema ambiental passa a ser visto como uma questão de segurança, ou, ao menos, como um catalizador de riscos.

Em resposta a essa demanda, o Brasil delega a seus agentes públicos um regramento institucional para atuar no problema. Trata-se da Política Nacional do Meio

Ambiente (PNMA) e o Decreto nº 7957 de 2013 que instituiu o Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente. Tais dispositivos orientam a ação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que, em conjunto com as Forças Armadas, atuam em questões ambientais. A cobrança da sociedade interna e externa a um Estado, acarreta na necessidade de proporcionar segurança física e econômica para seus indivíduos o que torna a crise ambiental uma questão de segurança. Isso serve de pretexto suas para acionar suas Forças Armadas (Mosher et al, 2008).

Sobre o uso do aparelho militar para a causa ambiental, deve ser lembrado que Brasil desde longa data teve influências políticas provenientes das Forças Armadas, mais especificamente o Exército, instituição que estabeleceu o regime republicano (Carvalho, 2019) e teve larga atuação governamental ao longo da história brasileira. Portanto, o país não deixaria de dispor desse agente para efetivar sua agenda ambiental. Como se verá mais adiante, o Decreto nº 7957 lhe atribui funções importantes na PNMA, fato que lhe torna um ator importante na definição da política a ser posta em prática. Dado isso, deve ser pautado a formação do militar para essa ação. A educação ambiental se torna importante para o grupo pois uma política estabelecida tende a se transformar ao longo da cadeia hierárquica, pois a visão do indivíduo que lida diretamente com o problema pode definir o grau de sensibilidade de sua percepção em relação a política a ser implementada, nesse caso as relativas às questões ambientais (Lindblom, 1991). Soma-se a isso o fato de que umas das premissas da PNMA é a educação do sujeito para a conscientização de sua função em relação a proteção do meio ambiente, fato elucidado pela Constituição Federal (Brasil, 1988a). Como toda educação carrega consigo uma visão de mundo, este trabalho se preocupa em relação a visão estabelecida nesse processo e como a atividade final é impactada.

Desse modo, a partir do fato de que as alternativas às agendas estabelecidas politicamente são modificadas ao longo do processo que vai do tomador de decisão ao executor da política, a premissa deste trabalho é a de que existe uma visão de meio ambiente na operacionalidade da defesa e por isso o modo como um agente público se coloca em relação ao tema, impacta na sensibilidade e na urgência da abordagem. Portanto, cabe a pergunta que essa pesquisa procura responder: quais as visões sobre o meio ambiente estão presentes nos planos de disciplinas (PLADIS) das escolas de ensino

superior do Exército Brasileiro no período de 2014 a 2022? Essa é a pergunta que deverá ser respondida ao longo desta pesquisa. A importância da preocupação sobre como a formação do oficial de carreira do Exército precebe as questões ambientais pode ser justificada por quatro premissas que quando consideradas em conjunto justificam a presente pesquisa. A relevância do meio ambiente para a defesa, a compreensão do mérito do ensino militar, o porquê da escolha dos PLADIS como material de pesquisa e a delimitação temporal. Esses pontos são importantes para justificar a pergunta a ser respondida ao longo do trabalho.

A relevância do meio ambiente para a defesa pode ser explicada pelo dado de que a sociedade vem testemunhando, ano após ano com uma frequência crescente, eventos relativos a problemas ambientais. Isso se diz respeito a eventos que causam prejuízos de vidas e bens materiais e mobilizam a opinião pública para que algo seja feito. O Exército é compelido a atuar, ainda que deva ser considerado como agente que atua em nome do Estado e que, ao mesmo tempo que causa impacto ambiental, é afetado pelos efeitos dessa relação por depender da manutenção da saúde de seus membros e do suprimento de materiais para a realização de seu trabalho (Mosher et al, 2008). Por isso a visão ambiental desse ator é de grande importância. Importante ressaltar que a visão ambiental, no contexto deste trabalho, representa a percepção que os indivíduos têm sobre questões ambientais. Uma vez que é influenciada por crenças, valores e contextos culturais, determina atitudes e comportamentos perante o contexto relacionado ao fator ambiental (Krzyszczak, 2016). As visões de maior evidência podem ser antropocêntricas, biocêntricas ou ecocêntricas (Scherwitz, 2022) que podem ser relacionadas ao que a literatura compreende como conservacionismo, preservacionismo ou negacionismo. Importam ao estudo porque uma vez que concorrem entre si, impactam a formulação da política pública pois definem a sensibilidade e a urgência da própria implementação (Lindblon, 1991).

A escolha do Exército Brasileiro para foco da investigação leva em consideração a atuação política dessa instituição, sua capilaridade e prontidão. Uma vez que a Força está diretamente envolvida com questões ambientais, é legítima a atenção para o modo como ocorre o treinamento militar. Se a sua atuação causa impacto ao meio ambiente ao mesmo tempo em que é afetada pelas condições ambientais, o modo como os militares são treinados define a sua capacidade de maximizar seus resultados. O resultado desse processo é que as visões desenvolvidas no processo de formação irão definir a

sensibilidade e a urgência em relação aos impactos ambientais e aos modos como sua atividade pode ser afetada. O aprendizado relativo ao meio ambiente na formação do militar é um elemento importante, uma vez que representa algo com que o agente em foco terá de lidar.

Outro fator importante é que em lugar do indivíduo, deve ser pensado o coletivo uma vez que as bases de constitucionais das Forças Armadas são a hierarquia e a disciplina (Brasil, 1988a) e que a atividade desse agente público é delimitada por força de lei. A formação desses indivíduos reflete esses pressupostos, ou seja, os PLADIS que direcionam sua formação são derivados de normativas que representam as diretrizes da posição de maior relevância da cadeia hierárquica. Isso implica em dois pontos. O primeiro é que a visão do comando afeta na urgência dos temas a serem desenvolvidos e a formação é meio oficial como é transmitida. O segundo implica que a instituição oferece pouco espaço para a individualidade do indivíduo, que pela ética de sua profissão deve seguir fielmente as diretrizes de comando. Portanto o PLADIS é o documento que apresenta a fotografia do modo de ver o mundo da instituição e que os conteúdos relativos ao meio ambiente presentes no planejamento do seu aprendizado carregam as visões da Força.

O recorte temporal estabelecido entre 2014 e 2022, representa dois momentos históricos distintos. Em 2013, Decreto nº 7957 de 2013 que insistiu o Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente, também regulamenta a atuação das Forças Armadas na proteção ambiental. A lei complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 atribui às Forças Armadas, como funções subsidiárias, apoio a defesa civil, poder de polícia em relação a delitos ambientais e colaboração com outros órgãos de Estado. Quanto ao ano de 2022, se deve ao fato de representar o final de uma gestão que teve grande número de militares em posições administrativas importantes. Esse dado pode indicar que a visão de meio ambiente da instituição teve proeminência em relação a de outros grupos dentro do jogo democrático. Assim, a escolha do recorte temporal reflete o período de amadurecimento da instituição. Da definição de suas atribuições à consolidação de seu protagonismo dentro do gabinete de gestão ambiental a nível executivo.

É importante salientar que originalmente este trabalho pretendia abordar as mudanças climáticas, porém ao se deparar com uma resistência institucional a esse termo,

percebida tanto na leitura dos documentos de defesa, decretos e normativas quanto nos tópicos abordados pelos PLADIS fez a opção pela abordagem administrativa, apoiada nas resoluções de gestão ambiental por parte do Exército que são coerentes tanto com a PNMA, quanto com a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) tal como consta na lei 12.187 de 2009, que ressalta a necessidade da conservação ambiental e da continuidade do tripé ambiental, social e econômico (Brasil, 2009). Isso implica que a opção de pesquisa por meio ambiente não se trata de uma preferência ontológica ou epistemológica.

Definidos esses pontos, importa lembrar que esta pesquisa se sustenta na premissa de que haja uma visão ambiental no Exército Brasileiro, o que gera uma pergunta sobre qual visão de meio ambiente está posta nos planos de ensino das escolas de ensino superior da instituição entre os anos de 2014 e 2022. Por sua vez a pergunta se justifica pelo fato de que a temática ambiental vem progressivamente ganhando espaço na opinião pública, de que o Exército por ser parte do contexto das Forças Armadas interage com as questões ambientais, e que uma vez que as bases da instituição são a hierarquia e a disciplina faz com que os planos de ensino por representarem a intenção do alto comando, contenham o retrato da visão ambiental oficialmente adotada pela Força. A respeito do intervalo de oito anos explorados na pesquisa, tem-se a interpretação do período entre o estabelecimento da política e o final de um período de grande protagonismo político da instituição. A partir dessas considerações, a promessa de revelar qual ou quais visões de meio ambiente fica posta e é a partir dela que o trabalho se desenvolve.

1.1 PERGUNTA, CAMINHOS E ESCOLHAS

Na primeira parte do trabalho, a amostragem é feita por meio de artigos coletados, sendo os critérios de seleção a relevância do autor ou autora, o contexto, e a aderência ao tema da pesquisa. A amostragem referente aos livros não se vinculou a períodos específicos, os critérios de escolha foram importância do autor, do contexto, da aderência ao tema da pesquisa e a relevância da publicação. Em relação aos Policy Papers, considerou-se o ano de publicação, entre 2022 e 2023, e os critérios abrangeram a importância do autor e da instituição responsável pela obra, o contexto, a aderência ao tema da pesquisa, e o escopo normativo, selecionado com base na aderência ao tema e ao contexto de sua publicação.

A base teórica para a análise dos PLADIS foi gerada por meio de um processo que buscou encontrar pontos de convergência e oposições entre visões ambientais e políticas. Com intuito de responder à pergunta de pesquisa, foi necessário seguir um processo composto por cinco etapas. A criação de método para coleta e análise dos PLADIS, elencar as visões ambientais existentes, analisar a interface entre meio ambiente e defesa, investigar o papel do ensino superior militar para a execução das políticas de competência desse grupo e por fim analisar os documentos relativos aos PLADIS.

Os PLADIS têm características que os diferenciam de outros documentos. Em muitos momentos, além de apresentar caráter prescritivo, não se referem com precisão às questões relativas ao meio ambiente. Isso significa que sua linguagem é resumida, impessoal e relacionada ao contexto específico da disciplina abordada. Portanto, sua análise depende de procedimentos adequados às suas particularidades e objetivos. Isso motivou a criação de um método capaz de atender as necessidades da pesquisa em relação aos procedimentos de coleta e análise.

Uma vez que a premissa desse trabalho está relacionada ao modelo de visão de meio ambiente dos oficiais de comando do Exército Brasileiro, para prosseguir com o trabalho foi importante analisar as diversas visões ambientais e elaborar um quadro comparativo destacando suas semelhanças e diferenças a partir de revisão literária referente ao assunto. Desse modo, a visão se estabelece por despertar no oficial formando um senso de prioridade e de importância em relação a questões ambientais. Portanto, a necessidade de definir e examinar as distintas visões ambientais.

Com o objetivo de realizar um trabalho que fizesse diálogos entre as áreas de defesa e de meio ambiente, houve a necessidade de investigar a interface entre os dois assuntos. A segurança humana é a chave para a análise do papel desempenhado pelo Exército e as Forças Armadas em geral em relação a esse tema. Politicamente, a causa ambiental vem despertado a atenção das sociedades local e internacional que demandam medidas para enfrentar os crescentes efeitos da crise ambiental. Esse dado serve de fundamento para que seja investigada a interface entre meio ambiente de defesa e sua consequência para o papel do Exército Brasileiro e das Forças Armadas de modo geral.

Em relação aos planos de ensino, eles têm como finalidade direcionar a formação dos oficiais de carreira da instituição. Representam, assim, um retrato abrangente dos valores, comportamentos e conhecimentos esperados para os militares em formação.

Desse modo, o passo seguinte é examinar o impacto do ensino superior militar na condução das políticas de Defesa e do Exército Brasileiro.

A partir do aprendizado desenvolvido ao longo dos passos descritos, o momento final foi a investigação dos documentos relativos aos PLADIS, cujo conteúdo foi analisado a partir de indicadores referentes ao formato de entrega, a carga horária, a disciplina específica que aborda o tópico, os métodos de avaliação, o conteúdo e os anos em que o tema é abordado. Desse modo o passo final para concluir foi a análise dos PLADIS. Abaixo é apresentado um roteiro que ilustra esses passos que correspondem aos objetivos específicos.

- a) Criar um método para análise documental que fosse capaz de atender as necessidades da pesquisa em relação aos procedimentos de coleta e análise;
- b) Definir e examinar as distintas visões ambientais;
- c) Investigar a interface entre meio ambiente de defesa e como afeta o papel do Exército Brasileiro e das Forças Armadas de modo geral;
- d) Examinar o impacto do ensino superior militar na condução das políticas de Defesa e do Exército Brasileiro;
- e) Analisar os PLADIS, com base na metodologia previamente elaborada.

1.2 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está dividida em cinco capítulos para além da presente introdução e do espaço destinado para considerações finais. Contudo, pode ser constatado que o trabalho está dividido em duas partes, uma teórica e outra empírica, a coleta de dados para cada uma segue metodologias distintas. Essas partes não são independentes pois mantêm um diálogo constante. A primeira parte consiste em uma revisão bibliográfica com o objetivo de validar a premissa enquanto a segunda constitui uma análise documental fundamentada nos achados dessa revisão que serão postos a prova constituindo um processo dedutivo.

O segundo capítulo, de caráter teórico, procura definir sobre o que se compreende enquanto visão, para investigar os pontos de vista mais proeminentes. A revisão bibliográfica busca investigar sobre como e quando questões sobre meio ambiente entraram na agenda pública. Também explora o debate em torno do conceito de

antropoceno e sobre a compreensão relativa às visões ambientais percebidas pela lente de autores pertencentes a diferentes contextos. O capítulo busca traçar paralelos entre as questões ambientais e modelos de desenvolvimento adotados a partir de diferentes contextos de economia política.

O terceiro capítulo investiga a interface entre meio ambiente e defesa e conseqüentemente busca refletir o papel do Exército Brasileiro, e em termos gerais, das demais Forças Armadas. A partir da descrição do conceito de segurança humana, o capítulo busca explorar como o problema ambiental entrou nas pautas de defesa e quais os reflexos desse movimento. A análise da abordagem ambiental nos documentos de defesa, tem como objetivo compreender como o binômio política econômica e visão ambiental determinam a postura do país em relação ao tema. Finaliza ao examinar como a interface entre a agenda ambiental e a de defesa vem sendo implementada no contexto brasileiro.

O quarto capítulo analisa o impacto do ensino militar na condução das políticas do Exército Brasileiro e de modo mais amplo nas políticas de defesa. Inicia a análise questionando se o conceito de instituição total de Goffman (1987), pode ser aplicado no processo formativo do oficial de carreira do Exército e finaliza investigando qual o impacto do processo de formação desse indivíduo na realização das políticas ambientais da instituição enquanto componente da administração pública.

O quinto capítulo buscou criar um método para coleta e análise dos PLADIS uma vez que os documentos funcionam como normativas. Há que ser considerado que em diferentes anos apresentam diferenças no layout, nos conteúdos e nos processos de avaliação, além da linguagem injuntiva do documento o que propõe uma análise direta. Outro ponto a ser abordado se refere a coleta dos dados uma vez que alunos do mesmo período letivo podem ter formações diferentes a partir da arma escolhida. O capítulo ajuda a compreender o trabalho por definir a terminologia militar utilizada ao longo do texto e descrever como a carreira militar progride.

O sexto capítulo realiza a análise documental dos PLADIS das três escolas de ensino superior do Exército no período entre 2014 e 2022. Trata-se de uma análise documental a partir de seis indicadores: o formato de entrega, a carga horária, a disciplina específica que aborda o tópico, os métodos de avaliação, o conteúdo e os anos em que o

tema é abordado. Finaliza o capítulo a descrição dos conteúdos que possibilitam a gênese de uma visão e aponta as visões mais difundidas no processo.

1.3 IMPACTOS ESPERADOS

Esse trabalho propõe impactos de ordem científica, política e social em torno da visão ambiental do Exército Brasileiro para aprofundar a percepção que a sociedade tem em relação à instituição. Põe em evidência o modo como a Força se prepara e quais as principais ações relativas ao meio ambiente estão presentes no cotidiano dessa população e como isso se torna um valor para o grupo. A consciência ambiental pode ser um fator importante para avaliar o modo como a instituição lida com o meio ambiente, designado na constituição como bem público (Brasil, 1988). Abaixo, a descrição dos impactos fornece mais elementos para a apreciação do leitor.

Como impacto científico, a pesquisa qualitativa a respeito da análise das visões de mundo presentes na formação dos oficiais de carreira do Exército Brasileiro ainda é pouco explorada. Apesar de escassos, existem trabalhos cujo foco é específico para determinados aspectos da vida militar, mas em relação ao modo como visões de mundo são transmitidas ao Exército, enquanto ator específico são quase inexistentes. Esse trabalho, ainda que dentro de suas limitações, busca apontar caminhos que possam pavimentar outras pesquisas sobre o tema que possam contribuir para maior conhecimento sobre o assunto.

Como impacto político, a pesquisa buscou refletir acerca das transformações ocorridas com a visão ambiental da instituição ao longo do tempo e como o meio ambiente foi assimilado. A avaliação das agendas de governo deve considerar que ao longo da cadeia hierárquica, mudanças ocorram em todos os níveis de acordo com as visões dos operadores. No caso de uma instituição insulada como o Exército, isso pode ser algo positivo uma vez que essas mudanças correspondem a correções compreendidas como filtros que não permitem que a agenda de Estado seja totalmente desviada. O Exército, assim como todo o conjunto das Forças Armadas está distribuído em todos os pontos da cadeia, inclusive pelo que lhe é determinado por lei através do Decreto nº 7.957 (Brasil, 2013) que serve de ponto inicial desse trabalho.

Como impacto social, além de a pesquisa investigar como valores ambientais são difundidos em um grupo que busca o insulamento político pela ética de sua profissão,

busca analisar os efeitos que esses valores causam na sociedade e como a instituição colabora para o paradigma do desenvolvimento brasileiro. Ainda que o problema ambiental não constitua uma ameaça tradicional, é fundamental reconhecer que o Estado detém o monopólio do uso legítimo da força, e que esse grupo representa um dos principais recursos de que o Estado dispõe para exercer tal monopólio. Esse papel lhes impõe o exercício da isonomia; a maneira como eles tratam sua visão do meio ambiente gera impactos na relação entre o Estado e a população, o que, em um ambiente democrático, é um fator de extrema importância.

2 VISÕES AMBIENTAIS

Este capítulo é fundamental para a pesquisa por tratar de um tema importante para a pergunta de pesquisa, as visões ambientais. É possível considerar que diferentes estados devem adotar uma visão que lhes seja coerente, uma vez que não há uma única forma de compreensão da crise ambiental. Isso porque uma determinada visão de desenvolvimento pode sugerir diferentes percepções e interesses. Em uma análise realista, os Estados têm a necessidade de garantir sua própria existência e a ferramenta utilizada é o poder que pode ser bélico ou estrutural, portanto, é compreensível que as visões ambientais devam ser coerentes com o modelo de política econômica adotado. Uma vez que o poder estrutural é base para outras esferas de poder que um Estado possa dispor (Morgenthau, 2003), a busca por maximizar as estruturas deve prevalecer. Ao mudar-se as lentes de observação para uma análise liberal, ao avaliar o problema no escopo internacional fica claro que a partir a interdependência entre os Estados, os ganhos relativos, de soma zero caros a visão realista, não representam a totalidade dos interesses pois quando se trata de meio ambiente, em muitos casos, o ganho de um percebido em termos de conforto ambiental pode ser também o ganho do outro (Keohane, 2005). Disso, se motiva a criação de regimes com os quais países buscam diminuir a anarquia do sistema internacional. Porém, não há como negar que o poder estrutural consegue direcionar o debate para quem tiver melhores condições de negociar (Keohane; Nye, 2011). Isso implica que a escolha do modelo econômico gera uma visão ambiental equivalente porque define as prioridades que um país deva perseguir. Posturas econômicas mais abertas ou fechadas dizem respeito a políticas mais cooperativas ou competitivas, tanto quanto políticas mais liberais ou conservadoras que desse modo influenciam visões de meio ambiente. A priori, podem ser identificadas três visões: conservacionismo, preservacionismo e negacionismo.

O modelo de desenvolvimento econômico adotado a nível planetário, impulsionado pela Revolução Industrial e acentuado pela colonização, pelo imperialismo e pela globalização, tem provocado transformações profundas e, muitas vezes, devastadoras no meio ambiente. Um exemplo é o debate estabelecido em relação a uma nova era geológica, conhecida como ‘Antropoceno’ que caracteriza uma era em que a atividade humana se tornou a principal força de mudança na Terra, impactando o clima, os ecossistemas e a biodiversidade de um modo cada vez mais acelerado. Refletir sobre essa era é fundamental para compreendermos a dimensão e as implicações dessas transformações ambientais.

Não há como não considerar que o modelo de desenvolvimento adotado a nível internacional, baseado no movimento das cadeias globais de valor, gera riquezas de modo desigual. Isso contribui para que a questão ambiental seja percebida diferentemente a partir da localização geopolítica do Estado. Países do Norte e do Sul respondem de maneira distinta aos desafios ambientais. A motivação para a resposta se dá a partir das suas condições econômicas e sociais. Uma ilustração para isso é o fato que diferentes visões ambientais se relacionam de modo dialético com as políticas e práticas econômicas, ou seja, o conservacionismo, o preservacionismo e o negacionismo dialogam com posturas econômicas liberais ou nacional desenvolvimentistas orientando políticas fechadas ou abertas em relação ao mercado internacional. Essas relações implicam em abordagens distintas sobre a utilização e proteção dos recursos naturais, refletindo diferentes prioridades e valores econômicos e sociais. Ao longo do capítulo será refletido como que essas diferenças geopolíticas influenciam diretamente as políticas ambientais adotadas.

Quais visões sobre o meio ambiente estão presentes nos PLADIS das escolas de ensino superior do Exército Brasileiro no período de 2014 a 2022? Ao optar por uma visão conservacionista ou preservacionista a instituição pode seguir a linha adotada pelo Estado ou aceitar coletivamente o ponto de vista individual de um tomador de decisões. A questão é que a predisposição do Comando influencia a sensibilidade e a urgência da atitude ambiental, por tanto, o conhecimento dos vieses é uma ferramenta importante para a análise dos PLADIS. Partindo da compreensão dos diferentes modos de ver as relações entre a sociedade e o meio ambiente, é possível definir uma visão ambiental do Brasil e conseqüentemente do Exército Brasileiro que é o ator central dessa pesquisa a ser estudado por meio da análise dos documentos institucionais e dos PLADIS. Esse aparato institucional deve ser compreendido como roteiro de formação continuada dos oficiais de carreira dessa força, uma vez que a instituição se pretende politicamente isenta.

A associação a uma visão específica de meio ambiente é normalmente influenciada pela vantagem comparativa que um país possui, uma vez que lhe garante poder. Porém, esse fator é apenas um dos muitos. Se considerado que essa dinâmica está em constante movimento, deve ser incluído nesse processo o contexto histórico, as normas vigentes e outras ideias dominantes e até mesmo disputas de poder no âmbito doméstico. Considerado que há disputas internas em relação ao tema que contrapostos com processos internacionais de securitização de temas ambientais, pode-se compreender

que essa interseção de ideias pode ser refletida na visão que os militares brasileiros têm desses temas e, portanto, podem se manifestar nos PLADIS o que faz com que a consciência das diferentes visões seja um dado importante para a pesquisa.

Com o intuito de apresentar as diferentes visões ambientais, o capítulo está dividido em quatro partes: A primeira pensa o modelo de desenvolvimento e como sua manutenção influenciou o advento do antropoceno; a segunda, a percepção da questão ambiental pela posição na hierarquia geopolítica global que reflete como surgem as diferenças entre os países do Norte e do Sul, ou seja dos desenvolvidos e em desenvolvimento e como o status quo é mantido; a terceira contrasta as diferentes visões para conduzir o problema demonstrando que o conservacionismo e o preservacionismo apresentam graduações e isso implica em diferentes agendas; a quarta parte relaciona as linhas de política econômica adotadas pelos países do Norte e do Sul e como isso influencia na visão ambiental eleita.

2.1 MODELO DE DESENVOLVIMENTO E MUDANÇAS NO PLANETA

Esse tópico busca refletir sobre o advento da questão ambiental e como esse problema consegue mobilizar diferentes atores do cenário internacional, ao confrontar interesses e necessidades diferentes. Isso ocorre, uma vez que o modo de produção está relacionado ao uso do meio ambiente e as questões ambientais estão ligadas ao modo como as sociedades sustentam suas economias. O modelo de desenvolvimento do poder econômico ocidental afetou diretamente o meio ambiente através de perda de vidas e pelo sequestro de matérias primas valiosas. Há que ser considerado que práticas como mão de obra escrava, extrativismo descontrolado, esgotamento de solos com procedimentos agrícolas mal planejados e mineração de grande escala fizeram com que aumentasse as diferenças entre os países do Norte e do Sul por desempenharem papéis desiguais dentro das cadeias globais de valor (Dalby, 2021).

As diferenças de desenvolvimento desse modelo político persistem tanto para as sociedades industrializadas quanto para as fornecedoras de matérias primas de modo que enquanto as primeiras buscam manter seu padrão de consumo, quanto para as segundas que esgotam suas riquezas naturais para suprir as necessidades das primeiras. Nisso consiste o movimento das cadeias globais de valor e o fato que ilustra essa questão é o de que os processos extrativistas continuam, uma vez que florestas continuam sendo

dizimadas para produção de commodities agrícolas, faixas de terra ainda são prejudicadas por processos de mineração inconsequentes e persiste o usufruto da mão de obra barata proveniente dos países mais pobres em um ciclo que tende a se perpetuar.

Em relação à percepção das mudanças que vem ocorrendo no planeta, a tese do antropoceno pôs em evidência que a capacidade desenvolvida para processar recursos naturais e energia objetivando girar a máquina da economia (Fischer-Kowalski; Haberl, 1998), forçou mudanças drásticas no funcionamento planetário. Isso implica que o ser humano desenvolveu uma capacidade de modificar o planeta tão intensa, que a própria ação humana passaria a ser considerada um fator que conduz a uma nova era geológica: por isso, o nome de antropoceno. Esse é resultado de um processo que teve início em 1800 com a industrialização e seu grande apelo ao uso dos combustíveis fósseis e ficou dividida em três fases. Na pesquisa de Steffen, Crutzen e McNeill (2007), propõe que: a primeira, correspondente ao advento da Revolução Industrial, corresponde ao período de 1800 até 1945 e é nomeada como ‘era industrial’; a segunda, a ‘grande aceleração’, ocorreu de 1945 até 2015, representado o desenvolvimento da economia mundial no pós-guerra; e a partir de 2015 viria a fase que consolidaria todo esse processo, o ‘antropoceno’ propriamente dito (Steffen; Crutzen; McNeill, 2007).

As mudanças climáticas, fenômeno proveniente do espessamento da camada constituída de gases de efeito estufa, podem evidenciar o antropoceno. Gases de efeito estufa, responsáveis pela manutenção do calor na terra, sempre estiveram presentes na natureza, mas a velocidade com que as mudanças passaram a ocorrer desde os anos 1950, ano que o mundo se recuperou da grande depressão econômica, tornou evidente uma mudança nos padrões climáticos. Esse dado deixaria claro que o vetor de mudanças era o ser humano (Steffen; Crutzen; McNeill, 2007). Ainda que alguns cientistas não aceitem a teoria, o Antropoceno vem ganhando força nos meios acadêmicos, em especial das Ciências Sociais.

Uma vez que havia questões complexas de causa e efeito, como crítica à tese do Antropoceno, outras ideias buscaram suprir falhas conceituais do termo ao apontar para suas deficiências. O ‘capitaloceno’, o ‘chthuloceno’, o ‘plantationoceno’ e o ‘faloceno’ são algumas teorias. O ‘capitaloceno’ vê as relações socioeconômicas enquanto raiz do problema e não o ser humano. A dominação, a exploração e a opressão seriam um elemento motivador para a crise. O ‘chthuloceno’ busca a solidariedade entre as espécies

e a quebra da hierarquia que coloca o humano no centro da questão. O ‘plantationoceno’ se refere a exploração dos recursos planetários dentro de uma lógica industrial (Haraway, 2022). O ‘faloceno’ agrega ao debate a diferença de direitos e capacidades a partir da visão feminista. O femicídio, o etnocídio, o ecocídio e o genocídio também são focados na diferença (Milani, 2022) e o ideal de justiça ambiental entra no debate.

Por trazer à tona o embate entre diferentes interesses, alguns grupos buscam politizar o tema em forma de negacionismo e de ações de obstrução. O termo negacionismo aparece na década de 1980 questionando o genocídio e foi utilizado posteriormente por grupos políticos radicais como ferramenta para o apagar a memória de crimes políticos (Santiago, 2022). Se considerado que as ciências têm espaços para o debate e são fomentadas pelo questionamento, o negacionismo encontra terreno fértil para se desenvolver ao deturpar o uso dessas dúvidas. Ao encontrar apelo emocional em alguns indivíduos e ao se apropriar de teses conspiratórias, cujo enredo é que um determinado grupo está prestes a destruir a ordem corrente e subjugar os valores existentes, determinados grupos se apropriam da ferramenta negacionista para favorecer seus interesses políticos ou econômicos (Vieira; Gonçalves, 2022). Publicações como a ‘A Farsa Ianomâmi’ (Barreto, 1995), ‘A Máfia Verde’ (Carrasco; Palacios; Lino, 2008) e ‘Psicose Ambientalista’ (Orleans e Bragança, 2012) partem do pressuposto de que não existem problemas ambientais ou humanitários e colocam que as organizações civis que militam em torno da questão ambiental agem por procuração de Estados, estes, por sua vez, buscam por meio da causa ambiental manter as assimetrias de poder no cenário internacional ou ainda se apoderar de territórios nacionais.

2.2 A HIERARQUIA DA GEOPOLÍTICA AMBIENTAL

O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) em seu relatório ‘*Forging a Global South*’ definiu o termo ‘Sul’ como o grupo dos países em desenvolvimento em contraponto com os países do Norte, desenvolvidos. A base dessa definição era a de que com algumas exceções como Austrália e Nova Zelândia todos os países desenvolvidos se concentravam ao Norte dos países em desenvolvimento. O elemento motivador desse relatório era o de incentivar a cooperação para o desenvolvimento, a cooperação Sul-Sul era pensada como um caminho para a redução das desigualdades econômicas entre os países inclusive no terreno da cooperação energética e ambiental (ONU, 2004).

Na formação dos regimes de cooperação internacional, é sabido que alguns Estados têm maior força de persuasão que outros, a interdependência estabelecida coloca pesos diferentes para possibilidades distintas (Keohane; Nye, 2011), alguns países têm capacidades de resiliência a partir da tecnologia que possuem, ao passo que outros podem se valer de espaços de interesse como suas florestas, mas até assim há que ser observado que os pesos não são mesmos. As decisões das sociedades mais ricas, sustentadas no poder de persuasão que possuem, mantém o status quo pelo círculo vicioso da dinâmica das cadeias globais de valor no qual os grupos menos favorecidos percebem de modo mais profundo os efeitos do desgaste planetário (Dalby, 2021). Esse dado pode ser ilustrado pelo fato de que a resiliência às mudanças de padrão ambiental tende a ser maior nas sociedades que tenham melhores mecanismos de adaptação. O investimento para viabilizar estruturas de adaptação, historicamente se concentra nos países desenvolvidos que possuem maior poder de resiliência. No final do círculo vicioso, as diferenças se ampliam e a relação de dependência se aprofunda. Isso constitui a raiz do problema ambiental (Persaud, 2023).

As mudanças climáticas trazem à superfície o ponto crucial da questão ambiental que é a dependência das commodities por parte do mercado internacional que se projeta tanto nos consumidores quanto nos produtores dessa matéria. Os países do topo das cadeias globais de valor possuem capacidade de investimento em tecnologias emergentes, ao passo que os menos favorecidos esperam ser incluídos na nova ordem que se estabelece (Dalby, 2021). Quando os países mais poderosos começam a enfrentar as consequências do desequilíbrio climático como furacões, queimadas e, decide-se que algo precisa ser feito e nesse momento a interdependência se impõe. Conforme mencionado, o modelo de desenvolvimento foi o de dominação e dependência e isso tem peso nas respostas aos problemas ambientais que se relacionam a mitigar, ou seja, poupar parte do recurso para usufruto futuro, ou adaptar, aprender a conviver sem o recurso. O modo de funcionamento das cadeias globais de valor aprofunda isso uma vez que na percepção de que algo deve ser feito, os países desenvolvidos buscam se adaptar para enfrentar a crise e os em desenvolvimento, cuja renda provém dos recursos a serem evitados, entram em descompasso com os acontecimentos (Dalby, 2021).

A partir do desejo de buscar reduzir as assimetrias de poder internacional, bem como o mesmo nível de bem-estar social dos países do Norte, alguns atores do Sul, inclusive estatais, tendem a se aproximar de visões que viabilizem políticas

desenvolvimentistas de alto impacto ambiental ao invés de buscar padrões de equilíbrio para mitigar a crise ambiental. Dentre essas visões, estão alguns modelos de conservacionismo e o negacionismo (Alier, 2023). O conservacionismo que ganhou maior proeminência no debate político internacional porque trouxe para o diálogo o termo desenvolvimento sustentável, que significa um pacto intergeracional, ou seja, se utiliza os recursos com parcimônia uma vez que existe a necessidade de usufruto por parte das gerações futuras (Lago, 2013). Em relação ao negacionismo, visão mais radical do processo, a compreensão era que uma vez a demanda continuasse, nada deveria mudar mesmo que os efeitos deletérios do problema ambiental se tornassem cada vez maiores. Por fim, a visão da sociedade está diretamente relacionada ao seu lugar nas cadeias globais de valor. Processo que mantém os padrões de exploração responsáveis pela desigualdade econômica das sociedades.

A consciência da hierarquia geopolítica importa nas visões ambientais porque o Norte e o Sul desenvolveram visões distintas a partir das suas necessidades. A percepção de que o enfrentamento das externalidades ambientais não pode ficar restrito a limites geográficos ficou claro com a experiência proveniente da diminuição da camada de ozônio, da emergência climática e dos processos de migração que demandam cooperação e transparência dos Estados. As vantagens comparativas são um instrumento importante visto que a condição histórica aponta para muitas diferenças estruturais. Como as visões são derivadas de pontos de observação diferentes (Dobson, 2016), diferentes matizes e propostas são postas à disposição.

2.3 VISÕES PARA CONDUZIR O PROBLEMA

A compreensão de que a questão ambiental é influenciada pelas condições econômicas de um país, pode levar diferentes atores a adotar perspectivas preservacionistas, conservacionistas ou negacionistas. Essas perspectivas refletem visões específicas sobre o tema, este tópico se propõe realizar uma análise baseada nos trabalhos de Haddad (2021), Alier (2021) e Dobson (2016). Esses autores exemplificam como essas três abordagens se manifestam através de diferentes conceitos e nuances, conforme suas interpretações. Haddad concentra-se na realidade do Brasil, Alier da Espanha e Dobson do Reino Unido. Individualmente trazem para suas análises os valores que defendem e suas respectivas posições em relação ao problema. Após a apresentação das definições de cada autor, será exibido um quadro comparativo que relaciona a terminologia utilizada

por esses teóricos com as três perspectivas mencionadas: preservacionismo, conservacionismo e negacionismo.

O primeiro autor, Haddad (2021), propõe uma escala em que seus extremos entre o conservacionismo e o preservacionismo são representados pelo ‘tecnocentrismo’ e pelo ‘econocentrismo’. O que se trata nesse debate é a diferença de visões e de interesses entre atores com riquezas e os com menos posses. Para o autor, ‘tecnocentrismo’ se refere a ideia de gestão ambiental ao visar a disponibilidade dos bens naturais no âmbito intergeracional e intergeracional. Orientado para maximizar a economia, a característica do ‘tecnocentrismo’ é o otimismo excessivo de que a tecnologia deverá responder as demandas de um meio ambiente em colapso. Esse viés se divide em dois submodelos. O primeiro, ‘Cornucópia’, que entende que por meio de uma gestão ética o problema possa ser minimizado. Assim, considera que possa haver exploração irrestrita dos recursos naturais, desde que acompanhado de incremento tecnológico. O outro modelo, o ‘de acomodação’, pensa em gestão orientada para a sustentabilidade e mudança nos mecanismos de consumo. Em oposição ao ‘tecnocentrismo’, apresenta o ‘econocentrismo’ onde se alocam os adeptos da bioética e do crescimento econômico e populacional zero, assim como o ‘tecnocentrismo’, possui dois subgrupos. Esses são o ‘comunalista’ que pretende um crescimento zero e sistema econômico descentralizado e o grupo ‘bioético’ que pretende a mínima exploração de recursos e explora elementos como a agricultura orgânica e a bioética. O ‘econocentrismo’ busca a desindustrialização da sociedade e a volta ao *status quo* de natureza intocada (Haddad, 2021). Para o autor, o debate estabelecido nesse caso é o antagonismo entre o liberalismo e o conservadorismo, no sentido que, no primeiro, a busca é a adaptação do modelo produtivo a novas demandas, ao passo que o segundo busca a manutenção do modelo existente excluindo o gerador das causas do problema.

Para Alier (2021), as possibilidades de encaminhamento do problema são quatro. O ‘culto ao silvestre’, a primeira, busca a manutenção de reservas naturais livres da intervenção humana, por meio do princípio estético que privilegia a paisagem. Embora sua principal meta seja o preservacionismo, não ataca o modo produtivo, pois admite que não há outro caminho e em retaguarda busca cultivar uma ecologia profunda carregada de princípios da bioética. A segunda possibilidade, o ‘evangelho da ecoeficiência’, é mais afinada com as necessidades de mercado, ao buscar a modernização ecológica e o desenvolvimento sustentável. A atenção direcionada aos impactos ambientais presta a

essa corrente um caráter gerencial de redução de impactos, embora seja admitido que possa haver perda de biodiversidade. Uma característica do ‘evangelho da ecoeficiência’ é a financeirização da natureza na qual termos como capital natural ou serviços ambientais podem justificar mercados de permissões de emissões e ecoimpostos. O terceiro modelo, o ‘ecologismo dos pobres’, vem da necessidade da justiça ambiental ao reconhecer que alguns grupos são mais expostos a degradação ambiental que outros. Esse movimento, que busca uma solidariedade intergeracional e intrageracional, reconhece que as populações indígenas e camponesas têm conhecimentos que podem manter a biodiversidade (Haddad, 2021). Uma quarta proposta seria os ‘antiecológicos’. Esse grupo busca se opor aos demais ao tornar os problemas invisíveis (Alier, 2021). Em diferentes gradações, esse autor também traz o antagonismo entre o liberalismo e o conservadorismo no sentido que as soluções partem da adaptação do humano ao problema ou a eliminação desse enquanto gerador de consequências.

Dobson (2016) traz a divisão entre dois grupos. Os ‘ecologistas’ que propõem uma mudança no modo econômico e vivencial das sociedades através da limitação do crescimento econômico, e ‘ambientalistas’ que por meio de uma visão gerencial buscam por meio do desenvolvimento tecnológico manter o modo operatório das sociedades. Importante na leitura desse autor é o processo de comparação com as ideologias do campo político. Desse modo defende que o ‘ecologismo’ adota uma postura conservadora e que o viés ‘ambientalista’ mais afinado ao liberalismo tem pontos de convergência com várias ideologias políticas uma vez que a meta é o crescimento econômico. Entre esses pontos de contato, o autor coloca que a corrente ‘feminista’, a da diferença, colocaria o gênero mais próximo à natureza. Apoiada pelo fato de o feminino ter características reprodutivas e ser protagonista no trabalho com a produção de alimentos para a subsistência das famílias nas regiões mais pobres. Porém, para Dobson (2016), essa estratégia traz o risco de legitimar proposições machistas por associar o feminino à terra e à posse. Outro ponto levantado pelo autor é de que sobrecarregaria a agenda feminista com elementos fora de seu controle (Dobson, 2016). Em diversos matizes, esse autor também traz o antagonismo entre o liberalismo e o conservadorismo no sentido que as soluções partem da adaptação do humano ao problema para posteriormente chegar à eliminação ou à adaptação aos problemas ambientais.

O quadro abaixo faz a comparação entre as diferentes visões, vistas sob o ponto de vista de diferentes autores, dentro de realidades distintas e valores pessoais. A

ilustração mostra como percebem matizes diferentes das três visões ambientais adequadas às suas necessidades teóricas.

Quadro 1 – Comparativo visão/autor

| <i>Visão/ autor</i> | Preservacionismo | Conservacionismo | Negacionismo |
|----------------------|--|---|---------------------|
| <i>Haddad (2021)</i> | Econocentrismo <ul style="list-style-type: none"> • Comunalista • Bioética | Tecnocentrismo <ul style="list-style-type: none"> • Cornucópia • Acomodação | |
| <i>Alier (2021)</i> | Culto ao silvestre | Evangelho da ecoeficiência Ecologismo dos pobres | Antiecológia |
| <i>Dobson (2016)</i> | Ecologismo | Ambientalismo | |

Fonte: Do Autor (2024).

A análise das definições desses três autores explora as principais visões ambientais, o que serve de ferramenta para demonstrar que a visão ambiental presente nos PLADIS é influenciada por uma variedade de fatores culturais, sociais e econômicos. Haddad vê sob a perspectiva brasileira, Alier, da Espanha e Dobson do Reino Unido. Cada autor percebe o dilema entre conservar e preservar de modos diferentes. Além disso, responde ao argumento de que não há uma única perspectiva dominante. Essa diversidade de visões ajuda a responder à pergunta da pesquisa ao revelar que a formação de atitudes e políticas ambientais é complexa e multifacetada a partir do local de onde se observa. Desse modo, a análise oferece uma visão abrangente dos diversos modos de perceber e se relacionar com o meio ambiente.

2.4 LINHAS DE POLÍTICA ECONÔMICA

Uma vez que a percepção de que os termos economia e desenvolvimento possuem muitos pontos em comum, e que o foco das visões ambientais reside na meta do desenvolvimento, a reflexão sobre a política econômica de um Estado pode dizer muito sobre a visão ambiental abraçada. É na política econômica que ocorrerá a avaliação do caminho a ser seguido e como os recursos podem ser alocados. Grande parte do debate da causa ambiental se fez considerando a necessidade de alcançar o desenvolvimento. Um exemplo a ser considerado é postura brasileira no debate que se formou em torno da premissa de que sem desenvolvimento não há como se pensar em meio ambiente (Lago,

2013) e, portanto, a visão econômica importa porque é o ponto concreto no qual o problema causa impacto. Basta lembrar que sempre que uma crise econômica emerge (como no caso das crises de 1973, de 1979, de 1994, de 1998, de 1999, de 2001 e de 2008), se observa cortes nos programas que assistem a problemas ambientais (Lago, 2013). A questão é a abordagem das questões de meio ambiente necessita da cooperação, mas os momentos de crise favorecem o isolacionismo.

Conforme já mencionado, a dinâmica econômica adotada pela sociedade internacional tem sido a causa do problema e os modelos de encaminhamento do problema estão relacionadas a posição em que a sociedade correspondente ocupa nas cadeias globais de valor (Global [...], 2021). Uma vez que a dinâmica das trocas econômicas se perpetua a partir da manutenção das assimetrias, a variável que determina a visão ambiental está relacionada tanto ao lugar ocupado pelo país nas cadeias globais de valor quanto na postura econômica adotada que implica em considerar se o Estado é comercialmente mais aberto ou se adota posturas de proteção à sua economia.

O conceito de política econômica pode ser compreendido como a direção que um Estado deverá seguir para alcançar seu pleno desenvolvimento. O modelo econômico representa o ponto ideal para onde se quer chegar, bem como o caminho a ser seguido (Dobson, 2016). As linhas de pensamento com as quais os Estados lidam com suas economias determinam o grau de abertura e cooperação com que os países se relacionam. Se dispostas de outro modo, tem-se o pêndulo entre o liberalismo econômico e o nacional desenvolvimentismo (Bresser-Pereira, 2012). Esses modelos refletem sobre posturas e linhas de pensamento ambientais distintas. Se as posições relativas ao meio ambiente são diferentes nos países do Norte e do Sul, o fato é que a posição desses nas cadeias globais de valor são diferentes.

O modelo de análise de política econômica que opõe o liberalismo econômico ao nacional desenvolvimentismo por possuir pontos de contato com o conservacionismo e o preservacionismo (Dobson, 2016) é um caso ilustrativo da relação entre as questões ambientais e econômicas. A política econômica considera dois blocos a partir da ideia de países desenvolvidos e em desenvolvimento, ou seja, países de ‘desenvolvimento original’ e ‘retardatários’ (Bresser-Pereira, 2012) que resultarão em dois modelos de pensamento econômico. O primeiro modelo, o liberalismo econômico, dirigido para os interesses do mercado financeiro, nos princípios do Consenso de Washington, representa o fim do Estado de bem-estar social e é regido pelas forças da microeconomia nas quais o governo pouco interfere. O Estado deve ser um ator praticamente figurativo, seja nos

serviços, seja nas trocas. O segundo modelo, o nacional desenvolvimentismo, tem o Estado como grande protagonista no sentido em que ao mesmo tempo que organiza o jogo é o jogador principal (Bresser-Pereira, 2012).

O conservacionismo, após anos de debates, apoiado na ideia de desenvolvimento se tornou um padrão (Lago, 2013). Considerando-se que as mudanças climáticas são consequência da crise ambiental (Teixeira; Toni, 2022), a tendência de declarar intenções de preservação como contribuição foram utilizadas para legitimar o regime climático. Uma vez que fica estabelecida a interdependência na qual as atitudes dos atores implicam em ganhos ou perdas no campo político (Keohane e Nye, 2011) gera um precedente que motiva Estados detentores de capital a financiar países mais pobres para que preservem áreas naturais em nome deles. Outro ponto é a capacidade industrial e tecnológica que pode substituir matérias primas prejudiciais. Por não serem de acesso por parte de toda a comunidade, representa mais poder para os países do topo das cadeias globais de valor. Isso implica que para o liberalismo econômico, a inovação e a tecnologia são dois vetores importantes na constituição de uma visão ambiental. Em relação aos países em desenvolvimento a lógica é a do nacional desenvolvimentismo, representado na ideia de um Estado gerencialista, ou seja, aquele que provém as estruturas para o crescimento econômico (Bresser-Pereira, 2012). A visão ambiental nesse modelo, considera que o protagonismo das ações é do Estado. Assim como nos pensamentos nacionais estatista e marxista, a orientação para a maximização da produção busca o desenvolvimento como fonte de poder estrutural. A relação disposta é a de que desenvolvimento gera capacidade de conservação ambiental. A partir desse pressuposto, o Estado regula com leis e sanções o trato ambiental (Przeworski, 1998) e as Forças Armadas são protagonistas ao prover os órgãos ambientais de capacidade operativa.

A ideia de gerenciar estruturas acompanha o debate em torno das visões ambientais. As cúpulas ambientais e climáticas ocorrem em paralelo com a discussão em torno da sustentabilidade. A declaração de Estocolmo de 1987 define sustentabilidade como um pacto intergeracional com o qual a geração atual utiliza os recursos naturais, buscando preservar uma parte para as gerações futuras (Lago, 2013). O ideal de sustentabilidade perseguido se solidifica nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) de 2000 e se mantém nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) de 2015, que estabelecem indicadores para políticas de desenvolvimento dos vários países visando a sustentabilidade. As questões ambientais são largamente apoiadas em um conjunto de indicadores. Uma vez que os ODS representam uma bússola para o

desenvolvimento, passam a ser largamente considerados pelas economias nacional desenvolvimentista por servirem de fonte de política no cenário internacional (Menezes, 2019). Desse modo vem a tona um regime internacional de meio ambiente no qual os custos da não adesão podem ser altos em termos políticos, mas que nem sempre se efetivam em ações concretas.

O quadro 2 ilustra a intersecção simplificada dos modelos de política econômica com as visões ambientais possíveis para os contextos de maior liberalismo econômico ou de interferência do Estado. Uma orientação de economia liberal pode orbitar em torno tanto do conservacionismo quanto do preservacionismo visto que a força do mercado que conduz sua política pode tender para uma visão ou para outra pois intocada ou não, a natureza é uma ativo de mercado. O nacional desenvolvimentismo por sua vez, percebe o Estado como o grande gerenciador do desenvolvimento e dentro do escopo dos recursos a serem gerenciados está o meio ambiente. Desse modo, essa administração pode optar pela sustentabilidade ou pelo esgotamento do recurso.

Quadro 2 – Intersecção política econômica x visão ambiental

| Política Econômica | Visão Ambiental |
|------------------------------------|-----------------------------------|
| Liberalismo | Conservacionismo/Preservacionismo |
| Nacional desenvolvimentismo | Conservacionismo/ Negacionismo |

Fonte: Do Autor (2024).

Este capítulo, cujo principal objetivo foi o de relacionar as diferentes visões ambientais considerando que o desenvolvimento é causa e consequência do problema, buscou refletir sobre o modo como vieses de economia interferem na adoção de uma visão ambiental em detrimento de outra. buscou esclarecer que o desenvolvimento é o fio condutor que define o direcionamento dos Estados que precisam se manter. A importância disso é que após o final da Guerra Fria, a necessidade de manter Estados de pé passa a ser um objetivo da comunidade internacional. Isso porque um governo disfuncional representa um problema que se irradia por todo o entorno pelo potencial de causar instabilidades até em territórios distantes. O problema ambiental é um fator para o advento do Estado falido (Fukuyama, 2005) e nessa questão reside o potencial de securitização do meio ambiente. Esse contexto é importante para a pesquisa porque define

as três visões ambientais: o conservacionismo, preservacionismo e negacionismo que serão consideradas na análise dos PLADIS.

Se neste capítulo foram debatidas diferentes visões sobre o meio ambiente e sobre a crise ambiental, no próximo capítulo as relações entre meio ambiente e defesa serão refletidas a partir do marco teórico da definição de segurança humana e ilustrar como isso é refletido em pautas de defesa e como o Brasil tem caminhado nesse sentido. Finalizando, é esperado que esse novo elemento forneça ainda mais elementos para a percepção do viés econômico como definidor da visão ambiental para criar um quadro ainda mais preciso do ambiente no qual se desenrola a pesquisa. Isso importa para a pesquisa, porque, uma vez que há processos internacionais de securitização de temas ambientais, eles podem ser refletidos na visão que os militares brasileiros têm desses temas e, portanto, podem se manifestar nos PLADIS.

3 DESAFIOS AMBIENTAIS E AMEAÇAS TRADICIONAIS: ANÁLISE DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS DE DEFESA

Este capítulo busca interpretar como o Estado enfrenta a degradação do meio ambiente e seus reflexos nos documentos de defesa. Ao discutir essas questões, este trabalho procura realizar um retrato que possa esclarecer a coerência com que o Estado brasileiro se debruça sobre o tema a partir da comparação das visões ambientais e das políticas econômicas refletidas nas pautas de defesa realizadas pelo Brasil e por países de importância estratégica. A partir do quadro comparativo derivado dessa discussão, espera-se acrescentar mais um bloco para a base que irá colaborar com a contextualização do estudo a ser realizado adiante, pois uma vez compreendida a visão ambiental institucional, maiores elementos dedutivos estarão na análise a ser realizada.

Com a globalização, os Estados tiveram de repensar seu papel. Se antes era possível o insulamento, principalmente o econômico, com o aumento das relações transnacionais isso já não pode mais ser viável (Bresser-Pereira, 1998). Em relação às questões ambientais, em um ambiente dialógico, grupos de pressão internos e externos atuam para convencimento dos Estados a agir (Willets, 1996). No processo de globalização, o intercâmbio de informações, interesses, degradações ambientais e violações aos direitos humanos se tornaram fluidos e, portanto, objetos de escrutínio internacional passíveis de crítica por parte de uma comunidade para além dos eleitores. A resposta dos Estados foi reorganizar suas relações ambientais ao mesmo passo que se viram compelidos a guardar suas vantagens comparativas relacionadas ao meio ambiente. A resposta ocorreu a partir da manifestação da força. Esses elementos geram uma discussão sobre como o modelo de segurança tradicional deixou de ser a única via e desse modo cedeu lugar para a segurança humana. Ao longo do capítulo será feita uma contraposição acerca de como o problema ambiental está disposto tanto nas agendas de defesa de países da OTAN, em especial os Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha e França, quanto nas pautas da China, Índia e Rússia para ao final comparar com a política que vem sendo feita pelo Brasil em especial no escopo das Forças Armadas.

Este capítulo está dividido em três partes: o advento da segurança humana e a pauta ambiental que discute sobre a segurança humana em contraponto com o modelo de segurança tradicional; a questão ambiental nas pautas de defesa, ou seja, como a Defesa de outros países tem lidado com o tema no mundo globalizado; e a posição brasileira e as questões ambientais na política de defesa buscando compreender qual a visão

institucional e o que tem sido feito. Isso é importante para a pesquisa, porque, uma vez que há processos internacionais de securitização de temas ambientais, eles podem ser refletidos na visão que os militares brasileiros têm desses temas e, portanto, podem se manifestar nos PLADIS.

3.1 O ADVENTO DA SEGURANÇA HUMANA E A PAUTA AMBIENTAL

Dentro de uma perspectiva realista, o conceito de segurança tradicional considera que o sistema internacional é anárquico e permanentemente conflitivo visto que todos os conflitos se resolvem em um jogo de soma zero. Considera que o foco é o Estado e nesse contexto há a divisão entre *high politics*, para conduzir questões como defesa de interesses nacionais, guerra e paz, controle de armamentos e integridade nacional e a *low politics*, para responder a demandas de meio ambiente, fluxos migratórios, saúde, desenvolvimento. Enquanto as *high politics* possuem urgência na agenda governamental, a *low politics* é considerada como algo que dificilmente afetaria a segurança nacional. Outro dado é que a segurança, nesse contexto, é ligada a dimensão militar (Tomé, 2010). Porém, considerando que a sociedade se encontra interligada e com a globalização, o fluxo de informações e opiniões se espande de um modo mais rápido que os Estados possam controlar, uma perspectiva liberal que considere a segurança pelo ideário e pela pressão da sociedade, portanto passível de influências externas em forma de *soft power* (poder brando ou poder das ideias), deva ser levado em consideração nos cálculos do Estado (Keohane e Nye, 2011).

Quando considerado que os efeitos das questões ambientais não se restringem ao interior dos Estados, o jogo de soma zero pode não ser suficiente para lidar com o problema (Paterson, 1995). Porém, documentos como a ‘Estratégia Nacional de Defesa’ (Brasil, 2020a) e ‘Stratégie Climat & Défense’ (2021a) apontam para a possibilidade de que as mudanças climáticas possam causar escassez de recursos, como água e alimentos, e, conseqüentemente, aumentar a probabilidade de conflitos entre nações ou grupos sociais. Essa premissa tem alguma lógica, incluso cenários desse tipo, também são considerados no Oriente Médio e África (Homer-Dixon; Boutwell; Rathjens, 2011). Porém, a crise ambiental afeta diretamente a população causando danos humanos e financeiros. Outro modo de atrelar questões ambientais aos cânones derivados das ameaças tradicionais está no temor do Estado falido que pode irradiar instabilidades para outros países (Mazo, 2010). O problema aqui, está em não reconhecer que existe um

problema de justiça ambiental, além do grande dilema que uma securitização dos problemas ambientais pode fazer com que investimentos destinados ao meio ambiente sejam desviados para causas politicamente mais urgentes (Paris, 2001).

O conceito de segurança tradicional dominou o debate teórico durante os anos de Guerra Fria em que o maior temor era da tensão nuclear originado pela rivalidade entre as duas superpotências, os EUA e a antiga URSS (Dias; Barros; Barboza, 2023). Uma vez que o regime da antiga União Soviética não foi capaz de sobreviver a competição e ruiu no início dos anos 1980, abriu-se espaço para que outras demandas ocupassem as agendas de segurança (Buzan; Waever; Wilde, 1998). Um dado importante é que os problemas ambientais, assim como outras demandas associadas a *low politics* que passavam ocupar espaço na opinião pública e conseqüentemente exigiam resposta do Estado. A questão é que problemas transnacionais, como o ambiental, não podem ser resolvidas de modo unilateral, pois além da resolução da crise ambiental não ser um jogo de soma zero (Paterson, 1995) efeitos de degradação ambiental se espalham para além dos limites geográficos. Isso implica que a ideia de soberania derivada do acordo firmado em Vestfália não tem controle sobre os efeitos da crise ambiental pois a poluição causada em um país afeta outros sem que haja meios de resguardo e mesmo que o conflito entre Estados permaneça é ao nível dos indivíduos que o problema é percebido.

Por essas condições se estabelecem regimes internacionais nos quais os países buscam se autoregular em torno da contenção de seus problemas (Mearsheimer, 1994), dos muitos modos de pressão externa, o bloqueio financeiro se torna uma arma usada para direcionar os interesses dos Estados. Por fim, ao serem levados em consideração as pressões internas dos Estados, Kingdon (1997) em seu estudo sobre como é construída a agenda de governo faz a ponte entre o debate teórico dos autores e a constituição dos documentos de defesa que ilustram como diversos países de regime democrático abordam o tema a partir de suas linhas de pensamento ao considerar que pelo *feedback*, o poder do voto, causa constrangimento aos governantes para que ofereçam respostas customizadas ao seu eleitor.

Importante ressaltar que o crime transnacional, o terrorismo e mesmo a crise ambiental têm em comum o fato de não terem uma face, de representar um alvo abstrato (Kaldor, 2012). Em comum, esses conflitos trazem à tona os diferentes níveis de desenvolvimento humano e a falência de alguns Estados que foram incapazes de se adaptar ao novo momento do sistema internacional (Fukuyama, 2005). A degradação do meio ambiente tem a capacidade de estar atrelado a cada problema que um Estado precise

lidar. Dividida entre a segurança relacionada a ameaças econômicas, ambientais, de saúde e física das comunidades, a segurança dos indivíduos passa a ter na visão de alguns atores e de partes das sociedades uma importância equiparada à necessidade de manter soberania por parte dos Estados que necessitam do equilíbrio entre a sustentação de suas sociedades e a força de suas instituições (Mazo, 2010; Alemanha, 2017).

A crise ambiental, além de ser um problema por si mesma, pode ser vista como um catalizador de conflitos. Essas representam uma gama de ocorrências que vai da fome ao excesso populacional. Para Buzan, Waever e de Wilde (1998), os problemas relativos à degradação dos serviços ambientais podem incluir a perturbação dos ecossistemas, estresse energético, desequilíbrios populacionais, insegurança alimentares, questões econômicas e conflitos civis. Disso se considera que perturbação dos ecossistemas inclui a poluição do ar, a destruição da camada de ozônio, a mudança climática, a perda da biodiversidade, o desmatamento descontrolado, a desertificação e a erosão de solos úteis. O estresse energético envolve escassez, distribuição desigual, o esgotamento dos recursos naturais e os desastres de má gestão provenientes do uso da energia nuclear, do transporte de petróleo e o descarte das indústrias químicas. Os desequilíbrios populacionais incluem a urbanização descontrolada, movimentos de migração crescentes, crescimento populacional desordenado, uso de recursos naturais além da capacidade de reposição, a piora das condições de saúde e a ocorrência de epidemias com grande potencial de mortalidade. A insegurança alimentar se refere a perda solos férteis e recursos hídricos, a escassez, má distribuição da produção, a pobreza, a fome e às más condições referentes a esses fatores. As questões econômicas relativas à desigualdade distributiva também envolvem modelos de produção insustentáveis de baixa perspectiva de longo prazo e capitais flutuantes. Uma mistura desses fatores pode gerar conflitos e eventos de violência decorrentes de degradação ambiental (Buzan; Waever; Wilde, 1998). Uma vez que o mundo é conectado física e virtualmente. Contingências ambientais que ocorrem em um ponto do planeta geram reflexos em outros pontos. Estados falidos são fonte de perturbação para o sistema internacional (Fukuyama, 2005) pois os efeitos negativos da disfunção ambiental atravessam fronteiras e a ideia de que a soberania é fundamentada no bem-estar da população não se sustenta. O foco da segurança passa a ser o indivíduo.

Com a consciência de que para se manter é necessário garantir a segurança dos indivíduos, cada Estado irá buscar resguardar os interesses de sua população e esse elemento projeta diferentes linhas de pensamento. Como refletido no capítulo anterior, isso implica que se um país tem força no fator capital, a tendência é adotar linhas de

pensamento que privilegiem o capital, pois no interior dos Estados, diferentes atores buscarão pressionar seus governos a adotarem políticas próximas a visões que privilegiem o capital. Ao confrontar os interesses dos países do topo das cadeias globais de valor, cuja riqueza provém do fluxo de capitais, o que se observa é uma atitude de buscar neutralizar os problemas a partir da ação em países com menor importância da cadeia. Mecanismos de compensação de carbono ou mesmo o resguardo para receber o excedente populacional de outros países são políticas adotadas como constam em documentos relativos a condução dos problemas ambientais de governos como o da Alemanha e da França (Alemanha, 2017; França, 2023).

Por outro lado, o Estado que tem seus fatores relacionados a terra e mão de obra tende a exportar seu excedente populacional e deteriorar serviços ambientais que normalmente provém (Dalby, 2019). O modo de enfrentar esse problema tem uma linha de pensamento compatível, busca-se gerenciar o problema. O que é objeto de atenção para um pode não ser para o outro, contudo a quebra das instituições de quando um Estado apresenta falência (Fukuyama, 2005) irradia o problema para toda sociedade internacional.

3.2 A QUESTÃO AMBIENTAL NAS PAUTAS DE DEFESA

Como visto no capítulo anterior, as vantagens comparativas que cada Estado tem nas cadeias globais de valor, influenciam a postura relativa ao meio ambiente. Esse é um dos muitos fatores que importam, pois podem ser considerados outros motivadores como o momento histórico, normas e outros elementos ideacionais que estão fortes no momento, disputa de poder no âmbito doméstico etc (Dalby, 2021). Um exemplo para esse quadro é imaginar a condição econômica de um país dependente da produção de combustíveis fósseis que é deparado com a proibição dessa matriz energética para alcançar uma economia de baixo carbono e deve encontrar respostas muitas vezes pelo próprio esforço visto que os países desenvolvidos tendem a ter resistência em compartilhar suas tecnologias. A questão é que a externalidades da crise ambiental em um mundo globalizado que compartilha problemas, desperta a opinião pública que pelo poder feedback, ou seja seu voto (Kingdon, 1997), mobiliza seus líderes a agir em nome dos interesses de sua população que nem sempre estará em compasso com as necessidades dos países sob a influência de seu Estado.

A intersecção entre meio ambiente e defesa ocorre uma vez que a degradação

ambiental tem o potencial de desestabilizar a sociedade, portanto, o enfrentamento dessa crise importa para que o Estado possa se manter. A questão é que eventos como terrorismo, crime transnacional, pandemias e mesmo os efeitos de desequilíbrios ambientais ultrapassam o limite geográfico dos países e atingem todos os Estados. Isso converge para o fato que a segurança humana passa a ser a mistura do local e do internacional (Kaldor, 2012). As forças armadas, enquanto defensores de seus respectivos Estados, têm responsabilidade em serem protagonistas no enfrentamento desse contexto de crise. Por terem determinados características de formação, que serão objeto de estudo do próximo capítulo, se situam na linha de frente da execução da política pública definida pelas instâncias legislativas e executivas de seus países.

O problema ambiental tem sido enfrentado por meio de soluções globais e ações regionais ou locais, ou seja, se pensa globalmente e se age localmente. Os fundos internacionais como o Global Environment Facility (GEF) buscam fornecer financiamento para países em desenvolvimento cumprirem metas de sustentabilidade (GEF, 2024), mas ao considerar que a degradação ambiental amplia falência dos Estados o que causa desintegração social, luta pelos recursos escassos, baixa produtividade econômica, doenças, perda de vidas e migrações em massa que sobrecarregam a estrutura de outros países. Esse dado, além de alimentar a securitização do problema, busca financiar outros países para que criem seus próprios mecanismos de resiliência ou por meio de remuneração recebem imigrantes. Exemplos disso é a criação de um seguro para mitigar consequências de eventos climáticos extremos (Alemanha, 2017) e do *Asylum, Migration and Integration Fund* que visa ampliar as capacidades dos países membros para gerenciar processos migratórios (Comissão Européia, 2024). Desse modo os problemas ambientais passam a fazer parte das preocupações de diversas políticas de defesa fazendo com que as forças armadas de diversos países e organizações internacionais precisem lidar com as questões de degradação ambiental.

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) percebe a mudança climática como o grande desafio do século XXI, no pensamento dessa instituição a questão ambiental não é vista como uma causa dos conflitos, mas como um fato que tem o potencial catalizador. Existe preocupação com a ocorrência de incêndios, eventos climáticos extremos e a elevação do nível do mar o que motivaria a instituição buscar possibilidades de adaptação para suas instalações. Em relação a população assistida, a instituição considera que as mudanças climáticas, uma das faces do problema ambiental, têm capacidade de causar desequilíbrio nos modos de subsistência ao fomentar outros

catalizadores de conflito como a fome e a pobreza, considera também a ida de contingentes migratórios para os países da organização sobrecarregando os Estados. Ao englobar países ricos, a maioria pertencente a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a defesa do seu modelo *status quo* civilizatório é o principal foco de sua abordagem. Isso é refletido na sua principal proposta que é a inovação tecnológica.

Em relação aos EUA, o debate político em relação ao tema propõe ao país a necessidade de criar infraestruturas resilientes. A própria experiência norte-americana com as adversidades climáticas parece ser um fator de extrema importância. O *'United States Army Climate Strategy'* (EUA, 2022), pensa o momento climático do planeta e procura buscar nas suas cadeias de valor soluções de adaptação, mitigação e resiliência. Esse documento apresenta uma estratégia de busca por uma maior eficiência no uso de combustíveis. Outros fatores como prejuízos econômicos da guerra, somado a pontos enfraquecidos anteriormente ao conflito e a busca da meta de produzir carbono zero em todas as aquisições (EUA, 2022) conferem maior sustentabilidade para as operações militares. Por atuarem em diversos locais e cenários, os EUA passaram a experimentar problemas relativos a extremidades climáticas em seu território, sendo forçado a investir na resiliência de suas instalações (Belcher et al, 2020). A necessidade de adquirir além do petróleo, outras aquisições como alimentos, maquinários, concreto e água para atuar em lugares cada vez menos acessíveis, faz com que a logística dos norte-americanos se torne cada vez mais sofisticada para atender a uma máquina de guerra que precisa cada vez mais ser eficiente. Como centro do capital internacional é esperado que a visão norte-americana privilegie o capital. Isso é refletido na sua principal proposta que é a inovação tecnológica.

O Reino Unido é um dos mais importantes protagonistas em questões ambientais e climáticas. Possui um conglomerado importante de indústrias que desenvolvem tecnologias verdes e a partir de acordos comerciais busca influenciar seus parceiros para atuarem no mesmo sentido. Em parceria com os EUA, priorizam a competição com a China e se engajam em desenvolver tecnologias visando a mitigação dos problemas climáticos (EUA, 2022). Para o documento inglês, as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade representam o grande desafio por constituir um multiplicador de ameaças. Eventos como a instabilidade institucional dos Estados, migração, desertificação, competição por recursos e conflitos devem ser monitorados, assim como os riscos associados a novas rotas marítimas que podem favorecer países com propósitos sentidos

como hostis (Reino Unido, 2021). Ao contrário da Rússia que tem algo a lucrar com o derretimento do Ártico, o Reino Unido entende que pode enfrentar demandas de segurança na região e, portanto, demonstra grande interesse na região ártica (Brzoska, 2012). A visão aqui é relacionada ao fator capital. Isso é refletido na sua principal proposta que é a inovação tecnológica.

A Alemanha durante seu mandato como membro temporário no Conselho de Segurança da ONU, no período entre 2019 e 2020, se propôs a influenciar os demais membros dessa instituição com as necessidades de segurança provenientes das mudanças climáticas que representam uma face dos problemas ambientais vivenciados principalmente na Europa. Importante salientar que o país germânico classifica os eventos das externalidades climáticas em três ordens. A primeira se refere aos impactos diretos, ou seja, enchentes, ondas de calor entre outros fenômenos que atuam diretamente no território. As secundárias que se referem aos efeitos da primeira, quebra de safras, pandemias entre vários outros efeitos e as terciárias que representa principalmente o deslocamento de populações afetadas que podem se dirigir à Alemanha (Dröge, 2018). Essa é uma política padrão entre os europeus, que pode ser constatada tanto nos documentos de defesa da OTAN (2022) como nos do Estado alemão relativos a questões ambientais (Alemanha, 2017). A palavra recorrente é adaptação e o vetor é investimento. Tanto que o documento de 2017 propõe uma espécie de seguro climático com o intuito de assegurar condições para a própria Alemanha e para outros Estados com capacidade de reter imigrantes como a Turquia (Alemanha, 2017). Finalmente a conclusão é que a Alemanha segue a norma dos países do Norte em que o capital é o principal fator, ainda que muitos fatores possam estar em jogo, como momento histórico, normas e outros elementos ideacionais que estão fortes no momento. A disputa de poder no âmbito doméstico é um dado importante a ser considerado em todos os quadros.

A estratégia de defesa francesa reconhece que as externalidades ambientais, incorporadas no processo de aquecimento global, devem causar crise alimentar, fato que deve catalisar processos migratórios e criar instabilidades sociais. O documento leva em consideração os efeitos climáticos nos territórios ultramarinos que irão demandar o apoio militar (França, 2023). Em resposta a esse problema, outro documento relacionado mais especificamente a correlação clima e defesa aponta para três questões a serem respondidas. A resiliência das estruturas militares francesas, o controle das crises catalisadas pelos efeitos ambientais e a participação do setor de defesa na transição energética e na mitigação do problema (França, 2022). As três ordens de eventos

climáticos, os efeitos diretos, os indiretos e a consequência dos dois anteriores (Dröge 2018) são contempladas, o que demonstra uma ampliação da análise de risco. Considerando que a maior preocupação francesa diz respeito a processos migratórios, esse escopo documental se assemelha a outros membros da OTAN, coincidentemente pertencentes ao Norte. Pode ser compreendido que nesses documentos, a política econômica tende para a inovação, posta em evidência para a necessidade da transição energética, porém a preocupação com os territórios ultramarinos revela um teor conservacionista, visto que possui claramente uma política de expansão territorial.

Em relação à China, um dos pontos básicos de sua política é o socorro de sua população durante os impactos ambientais. Reconhecendo que seu ponto fraco se deve a forma de obtenção de energia (Barbi, 2016). A China possui capacidade tecnológica e baixa produção de commodities o que a faz investir em equipamentos que necessitem o mínimo de energia para performar (Brzoska, 2012). De todo modo, em relação a produção de energia, esse país é ao mesmo tempo o que mais produz e consome energia, sendo um importante ator no desenvolvimento de novas tecnologias (Zandonai, 2015). Por outro lado, não há menção direta a ‘meio ambiente’ no documento de defesa chinês de 2019 (República da China, 2019), mas a preocupação ambiental pode ser constatada em dois pontos. A busca pelo desenvolvimento e da eficiência dos meios disponíveis para operar. Esses fatores podem ser relacionados tanto com a necessidade de adaptação quanto mitigação das questões ambientais.

Assim como a China, a Rússia reconhece que a sua demografia é um fator de peso e suas políticas de defesa naturalmente preveem que suas Forças Armadas atuem em socorro de suas populações em caso de desastres ambientais. Em relação às suas fontes energéticas, a Rússia possui grandes reservas fósseis e uma parte considerável de território produtiva, incluso ampliada com efeitos da mudança climática, que é o caso da região do Ártico onde ao enfrentar os impactos do degelo, pode assegurar a Rússia uma nova saída para o mar (Brzoska, 2012). Enquanto produtor privilegiado e consumidor de combustíveis fósseis, a Rússia implanta uma estratégia de utilizar suas reservas energéticas politicamente para forçar a Europa a atuar de modo que lhe seja benéfico. Inclusive a guerra da Ucrânia se estabelece como uma maneira de manter seu status quo político e o prolongamento do uso de petróleo e gás como principal paradigma produtivo para o mundo, ainda que para os ucranianos esse seja um conflito tradicional de resguardo de sua soberania (Kaldor, 2023). O degelo da Sibéria e do Ártico podem ser em primeiro a possibilidade de aumentar sua capacidade de produção de grãos principalmente para

alimentar o mercado chinês ao passo que em segundo, o degelo do Ártico lhes abra as portas para a navegação marítima no Atlântico. O que corrobora para uma visão que privilegie o fator produtivo, ou seja, mão de obra e terra.

A Índia é um país extenso territorialmente, ela é o sétimo Estado com maior área no mundo. Enquanto sexta maior produtora de eletricidade do planeta, a Índia tem na matriz fóssil sua principal fonte. Embora tenha conquistado alguns avanços tecnológicos pela sua capacidade de inovação, ainda precisa resolver problemas sociais e estruturais internos o que a faz ao mesmo tempo uma das maiores responsáveis e vítima da crise ambiental (Zandonai, 2015). No ano de 2017, a Doutrina Conjunta das Forças Armadas Indianas reconheceu pela primeira vez que impactos ambientais eram uma área crítica do paradigma de segurança indiano. Percebeu-se que a crise ambiental tinha o potencial de causar desestabilização populacional por meio de mudanças climáticas, perturbações no ecossistema, questões energéticas, questões populacionais, problemas relacionados à alimentação, questões econômicas decorrentes de modos de produção insustentáveis e conflitos civis relacionados ao meio ambiente (Jayaram, 2018). Sendo a Índia, um país com grande população e grande capacidade de inovação na área energética, adaptações como o uso de biocombustíveis e outras energias renováveis têm sido buscadas de modo a aumentar a eficiência operacional da força militar indiana. Mas ainda possui uma grande dependência de combustíveis fósseis para a geração de energia. O que coloca esse país no grupo dos que privilegiam os fatores mão de obra e terra em sua visão ambiental.

Muito da visão ambiental adotada pelos diversos países é influenciada pelas vantagens comparativas que possuem. A tese do clube de Roma do zerismo (Lago, 2013), o zerismo, pode estar diluída na preocupação com os Estados falidos. Na intencionalidade de evitar crises que possam prejudicar o círculo virtuoso das cadeias globais de valor, investimentos são realizados de modo a mitigar os problemas da crise ambiental, contudo cada país seja doador ou destinatário dos fundos (GEF, 2024) cumpre um papel que pode ser o de consumir ou prover recursos, sejam materiais ou simbólicos (Dalby, 2021). As três ordens de percepção dos eventos, a do evento por si próprio, a dos efeitos colaterais diretos como secas ou inundações e a dos indiretos como migrações (Dröge 2018) são observadas de modos pouco equilibrados pelos países do Sul que buscam a se preocupar primordialmente com os eventos de primeira e terceira ordem sugerindo alto grau de securitização do problema.

3.3 A POSIÇÃO BRASILEIRA E AS QUESTÕES AMBIENTAIS NA POLÍTICA DE DEFESA

Os Livros Brancos de Defesa brasileiros de 2012 e 2020, trazem suas perspectivas em relação ao meio ambiente correspondentes ao momento institucional vivenciado no respectivo momento de sua publicação. O livro de 2012 é mais longo (370 páginas) que o de 2020 (98 páginas), porém o tema ambiental está disposto e pode ser percebido de forma nítida a necessidade de prestação de contas relativo à ação das Forças Armadas brasileiras em relação ao meio ambiente tanto para o público interno como para o externo (Sousa, 2018). A Amazônia Legal, por exemplo, está relacionada em evidência no tópico referente aos regimes internacionais de meio ambiente e é destacado o potencial de fornecimento de matéria-prima da região, a necessidade de sustentabilidade e a afirmação de soberania sobre os destinos locais. Corroborando com uma linha de pensamento que privilegia para os fatores terra e mão de obra. A ideia geopolítica aqui, é a dos anos 1970 que associam a soberania ao uso extensivo de terra, onde o preceito de integrar para não entregar ainda é válido, com recursos financeiros e humanos com pouca eficácia econômica (Salles, 2022).

A Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, outros documentos do Ministério da Defesa que complementam os respectivos livros brancos, nas versões de 2012 e 2020 também apontam no sentido de uma linha de pensamento direcionada aos fatores terra e mão de obra. Na Política Nacional de Defesa de 2012, a questão ambiental é vista como fator que pode contribuir para conflitos e é pensada a infraestrutura dos países amazônicos em termos de atender as demandas do meio ambiente e das comunidades locais. A Amazônia brasileira é vista como potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, porém atrelados a ideia de sustentabilidade (Brasil, 2012a). A sustentabilidade é percebida como elemento importante também na Política Nacional de Defesa de 2020 no tópico referente a própria concepção política onde é posta as necessidades de:

- VI. promover a proteção da Amazônia brasileira e sua maior integração com as demais regiões do País;
- VII. defender o uso sustentável dos recursos ambientais, respeitando a soberania dos Estados;
- IX. atuar sob a égide de organismos internacionais, visando à legitimidade e ao respaldo jurídico internacional, conforme os compromissos assumidos em convenções, tratados e acordos internacionais e sempre respeitando os princípios constitucionais;
- XII. defender a exploração da Antártica somente para fins de pesquisa científica, com a preservação do meio ambiente e sua manutenção como

patrimônio da humanidade. (Brasil, 2020a, p. 20)

A Estratégia Nacional de Defesa (END) de 2020, traz na sua concepção, o desenvolvimento como paradigma e atenta para que haja cuidado ao que é percebido como entidades exógenas que através de influência junto às comunidades locais pode afetar a soberania brasileira na região amazônica, essa securitização do tema no documento, acaba por colocar pouca ênfase nos riscos diretos e diretamente indiretos dos eventos climático e passa a considerar primordialmente os de terceira ordem. A visão atrelada ao realismo acaba desconsiderando as possibilidades de cooperação internacional. O interesse geoestratégico da Amazônia e da Zona Econômica Exclusiva também são explicitados na END (Brasil, 2020a). Esse documento, assim como o analisado anteriormente aponta seu enfoque para a securitização do meio ambiente, interpretado como provedor econômico.

No ano de 2017, era lançado pelo Ministério da Defesa o Livro Verde da Defesa em sua apresentação, o então Ministro da Defesa, Raul Jungmann, deixava claro a intenção desse documento:

“Defesa e Meio Ambiente – Preparo com Sustentabilidade”, o Livro Verde de 2019 tem o objetivo de divulgar as boas práticas de gestão ambiental levadas a cabo pelo Ministério da Defesa, pela Marinha do Brasil, pelo Exército Brasileiro e pela Força Aérea Brasileira” (Brasil, 2017a).

Ponto importante no referido documento é o fato de realizar a prestação de contas para a sociedade referente a ações diretas com importância para a preservação de áreas verdes e ao poder de polícia em regiões de grande interesse de Estado como a Amazônia, onde as Forças Armadas atuam em conjunto com outros atores como o IBAMA, o ICMBio e o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), dispositivo que garante a cobertura de amplas áreas do território amazônico. Duarte (2023) lembra que esse documento joga luz a ações das forças armadas relevantes para o meio ambiente e, em consequência, para a imagem doméstica e internacional do país, mas que não eram adequadamente divulgadas. Há que ser colocado que, apesar de esforços, a divulgação das práticas verdes pelas forças armadas tem sido realizada muito abaixo do que o país precisa para demonstrar sua preocupação com suas reservas e até mesmo o que é realizado. As ações ficam invisíveis para a opinião pública no espaço interno e externo. Das ações provenientes do esforço de cuidado às áreas de preservação, podem ser acrescentadas ações como GLOs ambientais, apoio logístico a outras entidades ambientais, combate a garimpo e extração de madeira ilegais,

além de ações de socorro a vítimas de desastres naturais. Porém, isso além da baixa divulgação, ocorre que mesmo nos documentos oficiais de defesa brasileiros, a preocupação ambiental vem ocupando cada vez um menor espaço no decorrer do tempo, o que poderia sinalizar menor interesse para os interessados do sistema internacional.

Em todas as versões dos três documentos oficiais de defesa há o reconhecimento de que as mudanças climáticas podem gerar impactos para as Forças Armadas. Entretanto, assim como descrito no caso da análise do plano internacional, também pode ser percebida uma tendência de redução do peso que esses tópicos têm ao longo do tempo. Como os trechos que mencionam os impactos para as Forças Armadas são menos extensos em comparação com a análise do cenário internacional, a perda de espaço é menor em termos absolutos (Duarte, 2022, p. 33).

O texto destaca um ponto crucial sobre a percepção das mudanças climáticas nos documentos de defesa. Enquanto reconhecem os potenciais impactos para as Forças Armadas, observa-se uma tendência de redução gradual da ênfase dada a esses temas ao longo do tempo, especialmente quando comparada à análise de cenários internacionais. Essa diminuição relativa nos trechos dedicados aos impactos climáticos da crise ambiental, pode refletir uma priorização de outras questões ou até uma redução de importância em termos absolutos, situando a questão na *low politics* e priorizando outras agendas.

Em termos de doutrina, tem-se que preocupações com a recuperação de áreas degradadas, vazamentos de produtos químicos ou de óleo, bem como a atuação em incêndios florestais são observadas de modo protocolar na doutrina do Exército como consta na cartilha de Práticas Ambientais nas Organizações Militares do Exército Brasileiro de 2017 (Brasil, 2017b). Há que ser posto que o modo operatório é o que pode ser denominado como gestão ambiental expandido. Quando se pensa na gestão do meio ambiente, busca-se a maximização das possibilidades de produzir sem que haja o esgotamento das possibilidades e quando o prejuízo é inevitável, busca-se a compensação conforme prescrito na PNMA (Brasil, 1981). Isso se relaciona com que se entende nos documentos como sustentabilidade.

Em consonância com o fato de que desastres ambientais vêm ocorrendo com maior frequência, tem-se observado a criação de grupos de rápida atuação do mesmo modo que vem ocorrendo em outras forças mundo afora. Diversas respostas para acidentes naturais como as inundações nas serras do Rio de Janeiro, combate às secas do Nordeste, combate a epidemias, operações de policiamento em regiões de fronteira e repressão a crimes ambientais (Fernandez Nunes et al., 2012). Esses elementos vêm

fornecendo substância para uma doutrina militar de apoio a resiliência ambiental. Em relação as outras forças, tem-se que a Força Aérea Brasileira, em 2019 divulgava o documento ‘Manual de Práticas Ambientais nas Organizações Militares da Força Aérea Brasileira’, que fornece diretrizes para gestão ambiental por parte do Comando da Aeronáutica em 10 capítulos que abordam desde questões de logística até procedimentos de licenciamento ambiental (Brasil, 2019a). O tema ambiental também retorna no segundo volume do Manual de Doutrina Básica da Força Aérea de 2020 no que se refere a ação dessa Força em situações de resposta institucional a acidentes ambientais (Brasil, 2020b).

A Marinha colabora nesse tema com a ‘Cartilha de educação ambiental para militares da Marinha do Brasil’ de 2012 com 4 partes relativas a: ‘Educação Ambiental; Principais Problemas Ambientais; Medidas e Soluções para a Conservação da Natureza e A Marinha do Brasil e o Meio Ambiente’ (Brasil, 2012b). O documento se propõe a dar uma visão geral sobre o assunto e apontar possibilidades de resposta. Além desse, a publicação ‘Economia Azul’ de 2022 (Santos et al, 2022) com a preocupação de debater sobre a governança e melhor aproveitamento da Amazônia Azul. Em suma, a política ambiental posta em prática seja pelo Exército, seja por outra força tem seu enfoque em uma linha de pensamento cuja consideração está centrada principalmente no fator terra o que faz com que as escolhas e o pensamento posto em ação tenham características peculiares.

A descrição da política ambiental brasileira assimilada da sua defesa deixa claro que o Brasil tem percepção de sua posição geopolítica em relação à sua riqueza ecológica. Percebe que suas reservas ambientais têm o potencial de fornecer planetariamente os serviços ecossistêmicos que vem se tornando progressivamente valiosos. Prova disso é o lugar de destaque que as Amazônias verde e azul têm nos documentos e nas políticas de defesa. O desenvolvimentismo é outro ponto importante pois o paradigma da sustentabilidade é constantemente lembrado nas linhas institucionais. O conservacionismo é a visão padrão, confirmada com a ação de gestão ambiental demonstrada no Livro Verde e na própria PNMA. Resta saber se esse padrão de visão ambiental está presente na formação militar, em especial ao do Exército brasileiro, além de como os valores ambientais são incorporados na ética militar. A percepção geopolítica dos documentos é a de posse através da ocupação plena, dado que corrobora para uma visão dos anos 1970 que pode demonstrar fraquezas a ser implementada nos anos 2020 (Salles, 2022).

Uma vez que no capítulo anterior, o problema ambiental foi apresentado a partir de lentes diferentes e que a resolução foi apresentada em diferentes modos de agir economicamente, este capítulo pretendeu ilustrar como o problema ambiental pode vir a ser um problema de segurança e ao ilustrar as propostas de diversos países, enfocando principalmente o Brasil. Assim buscou demonstrar como cada viés ambiental pode ser colocado em prática o que vai refletir na busca do padrão de visão ambiental a ser investigada nos PLADIS. Se existe uma necessidade de agir em relação aos problemas ambientais, há uma necessidade de formar indivíduos com capacidade de compreensão das causas e efeitos do problema. Compreender como outros países lidam com o problema é um passo para saber que caminho seguir.

Estabelecer o processo de como a segurança humana ocupou um lugar de destaque em relação ao modelo tradicional, sobre como o desenvolvimento se tornou uma bússola para a manutenção dos Estados é compreender como o meio ambiente entra nessa pauta por ser causa e efeito da falência de uns e sobrecarga de outros. Esse é o paradigma pode ser visto ao longo do capítulo, ilustrado no fato que um grupo de países busca agir para a manutenção dos Estados de sua órbita como um escudo para defenderem a si próprios, enquanto outros buscam o desenvolvimento como bússola. O Brasil, lugar da pesquisa, se encontra no paradigma do desenvolvimento, mas possui a consciência de que sua natureza pode constituir sua grande riqueza, o que está descrito em seu escopo normativo e representado nas suas políticas.

Finalmente, antes de identificar o modelo de pensamento ambiental no processo formativo dos oficiais do Exército Brasileiro em suas instituições de ensino superior, cabe, a partir desse momento, refletir sobre a instituição com a finalidade de compreender como ela assimila as visões ambientais, bem como a sua capacidade de se adaptar a novos pensamentos provenientes das necessidades de adaptação ao problema. O próximo capítulo vai investigar o Exército, como se difunde seus valores, como o militar aprende e como ele se coloca na sociedade. Com isso, espera-se ter mais um fundamento para contextualizar a investigação e perceber a importância dos PLADIS para a pesquisa.

4 O ENSINO MILITAR NA CONDUÇÃO DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Ao dar continuidade à pesquisa, este capítulo passa a explorar o Exército Brasileiro enquanto instituição, com o objetivo de melhor entender seu funcionamento, e, a partir desse dado, explorar o modo como afeta e como é afetada pelo oficial militar, enquanto indivíduo. Uma vez que as instituições são moldadas pela história, que acaba por modificar os seus indivíduos e que por sua vez modificam a política (Putnam, 2006) o desempenho institucional é moldado a partir do diálogo entre os indivíduos, as necessidades e os diferentes contextos apresentados ao longo do desenvolvimento das causas e consequências dos diversos ciclos. A todo momento, novas perspectivas são construídas, dando origem a paradigmas diversos.

O modo como o agente público é formado pode definir suas prioridades. A ideia de Lindblom, (1991) de que dentro das agendas existem prioridades é convergente com a que Kingdon (1997) apresenta acerca dos *policy entrepreneurs* que antes do problema, tem consigo, soluções previamente estabelecidas. Se considerado que a visão influencia a sensibilidade e a urgência da política (Lindblom, 1991) importa a linha de pensamento na condução de uma política pública. Para o bom funcionamento de um Estado é necessário que a força de suas instituições seja equilibrada com a sua sociedade civil (Fukuyama, 2005). Para tanto, é impossível não abordar, ainda que tangencialmente, questionamentos sobre se o Exército Brasileiro enquanto instituição formadora pode ser considerada uma instituição total, uma vez que se pretende insulada em relação a sociedade. Nesse sentido, a formação do oficial de carreira influencia na constituição dos seus valores e sobre como esses fatores afetam a condução da política pública.

No escopo das normativas que regulam as funções subsidiárias do Exército, a prática da cooperação é uma presença constante (Brasil, 1999a). O modo como a instituição é constituída importa porque os valores dos indivíduos que a constituem devem se harmonizar com a de quem atua em conjunto. Do mesmo modo, a linha de pensamento a ser adotada pelo grupo tem que ser homogênea devido a necessidade de coesão da cadeia de comando, essa linha não pode ser contrária à das instituições que colaboram pois assim, a ação paralisa. Portanto, a linha de pensamento, aqui a relacionada ao meio ambiente, deve ser incorporada pelos indivíduos da instituição cuja característica privilegia a prática.

O Exército, como instituição, teve ao longo de sua história, diversas transformações relativas a paradigmas, capazes de dialogar com os diferentes momentos históricos vivenciados pela instituição. A atenção dada ao processo histórico institucional se reflete ainda na formação de uma ética militar. A construção dos indivíduos parte de paradigmas que são caros ao Exército. Prova disso é a personificação dos valores em torno de indivíduos. Isso gera uma sucessão de patronos que vai se adequando às novas demandas impostas pelo curso da história (Castro, 2002). Disso pode ser constatado que o cerne dessa formação é o forjamento de uma ética militar. É nesse contexto que a necessidade de investigar o papel do ensino militar nas políticas ambientais do Exército Brasileiro se insere no contexto dessa pesquisa. Para tanto o capítulo possui duas partes. O Exército enquanto possibilidade de instituição total e o impacto dessa formação na política pública.

4.1 EXÉRCITO COMO INSTITUIÇÃO TOTAL OU TOTALIZANTE

Para além da fusão da vida privada com a profissional, deve ser considerado que há mecanismos de controle e acompanhamento constantes, socialização de princípios, criação de caixas de ressonância relativas às ideias e valores. Apesar dessas considerações, fica a dúvida sobre até que ponto a proteção dos indivíduos em relação às influências de fora da instituição foi alcançada. Isso implicaria uma significativa unidade de pensamento, mas ao analisar a trajetória de engajamento político, social, religiosa e a diversidade das funções que exercem após o período de caserna é possível questionar se a instituição se enquadra realmente nessa definição.

Os oficiais do Exército, ao longo do seu desenvolvimento acadêmico, passam em média cinco anos no que é equiparado ao bacharelado, dividido entre a EsPECEX e a AMAN, em regime de internato. Quanto ao processo de educação continuada, após dez anos, em média, de serviços para a instituição, passam a ter condições de frequentar a EsAO. Por sua vez, após quatorze anos, a ECEME. Ao todo é esperado que o indivíduo leve 17 anos de sua vida ao percorrer todo esse universo acadêmico. O período que sucede ao internato do EsPECEX e da AMAN é definido por deslocamentos domiciliares em diversos pontos do país, convivendo em vilas militares. Na distância de seus núcleos familiares de origem, vão sendo constituídos novos arranjos familiares (Chinelli, 2009). Aspectos de individualidade como trabalho, o lazer e o descanso ocorrem no mesmo lugar, com regras definidas e sob a autoridade de uma mesma equipe. Esse é o modelo

que ficou designado como “instituição total” (Goffman, 1987). Nesse espaço se desenvolve um composto que é ao mesmo tempo uma organização formal, Exército Brasileiro, e grupo residencial, que é a família militar, esposas, filhos e vizinhança militar. A possibilidade de proteger o educando dos fatores exógenos pode ser considerado como um experimento (Benelli, 2014). Tanto assim que o modo como uma determinada linha de pensamento é adotada se estabelece enquanto valor, uma vez que a característica de estar a maior parte do seu tempo entre pares submetidos a mesma hierarquia faz com que os valores sejam o dado de igualdade desses indivíduos e represente seu senso de pertença.

Os ritos de passagem como a aplicação de trotes, do ordenamento escolar, dos treinamentos para as certificações e os constantes concursos a que são submetidos para ingressarem nas respectivas escolas são elementos que constituem elos que reforçam a solidariedade entre os indivíduos (Castro, 2021), o que constitui em um modelo de território geográfico-afetivo em que grupos primários de relacionamento são constituídos (Benelli, 2014). Esse território se faz ao longo da carreira. É natural que os indivíduos se encontrem com mais frequência e que, desde o internato, comecem a se formar grupos fechados. Um exemplo da condição de grupo é o rito de iniciação, quando o novato que se torna ‘bicho’, ou protegido do veterano, e leva essa condição para o resto da carreira uma vez que todos assumem ora um papel, ora o outro. Isso implica um processo de aprendizado corporativo, onde a formação ocorre homogênea cabendo ao indivíduo o papel de se adaptar. Ao ser considerado que esse processo separa a formação prática da teórica, tende a adequar os momentos da aprendizagem com o nível do indivíduo na instituição a maneira de uma espiral. No processo, as contingências são vivenciadas a partir do ponto focal em que o indivíduo se encontra e assim permanece intacta a estrutura hierárquica. Na busca por resguardar os seus indivíduos do jogo político, do lado de fora da instituição, faz com que uma nítida diferenciação entre o civil e o militar se forme ao longo dos anos. A consciência ambiental se funde a esse processo, uma vez que as percepções, princípios e ideias sobre esse tema, também são construídas ao longo do tempo e da convivência entre esses indivíduos. Pode ser concluído que a mentalidade de conservação ambiental está presente no cotidiano desses indivíduos.

Ao ser considerado que os oficiais do Exército Brasileiro são provenientes de diferentes culturas é esperado que as interações sociais estabelecidas entre os indivíduos venham a gerar compartilhamento de pontos de vista no âmbito individual. Esse dado

revela que influências exógenas podem ocorrer nesse processo pelo fato de que a subjetividade dos militares não pode ser apagada. A vida dos sujeitos nas vilas militares, nos encontros familiares, nas igrejas e no convívio institucional promove uma relação dialógica que não pode ser contida. Portanto o termo instituição total, talvez não consiga aglutinar todo o processo da formação do indivíduo, o termo totalizante sugerido por Castro (2021) é mais indicado pois uma vez que a instituição coloca um valor que pode ser adaptado ao indivíduo. Desse modo, uma determinada linha de pensamento pode não ser homogênea nas tomadas de decisão e nem na prática cotidiana dos indivíduos se considerada alguma margem de autogerenciamento.

4.2 IMPACTO INSTITUCIONAL NA FORMAÇÃO DO OFICIAL

Após, refletimos sobre o caráter totalizante do Exército enquanto instituição na formação do oficial de carreira, se indaga sobre como uma determinada linha de pensamento ambiental pode capturar esse processo. Agora é o momento de associar esses dados a própria execução da política pública.

Ao ser considerada que a execução da política pública deve ser coincidente com o escopo legal do país, esse escopo parte de princípios que definem o Brasil enquanto um ator cuja linha de pensamento está ligada ao conservacionismo e cuja função final é o indivíduo (Lago, 2013; Brasil, 1981 e 1988; Ferreira, 2024). Há que ser considerado que os princípios ambientais adotados no âmbito legal devem refletir o pensamento ambiental do oficial de carreira, uma vez que se enquadra dentro do escopo dos servidores públicos de categoria militar (Brasil, 1998). Ainda que o regramento da instituição seja autônomo em relação aos demais servidores, sua gestão ambiental segue os princípios legais do país, que são: do meio ambiente saudável como direito fundamental, do desenvolvimento sustentável, da solidariedade intergeracional, da prevenção e da precaução, da informação ambiental, da participação comunitária e da cooperação (Brasil, 1988). Uma vez que a instituição utiliza de espaços da União podem ser agregados princípios como o da função socioambiental da propriedade, do poluidor-pagador, do usuário pagador e do protetor recebedor (Oliveira, 2017). Esses princípios são justificados a seguir.

O meio ambiente saudável, como direito fundamental, está presente no artigo 225 da Constituição Federal. Esta também agrega princípios do desenvolvimento sustentável no sentido em que a solidariedade intergeracional é diretamente relacionada no documento.

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 1988, art. 225).

Esse princípio aplicado na Política Nacional do Meio Ambiente, lei nº 6938/1981 (Brasil, 1981), deriva em outros que são da prevenção quando se tem consciência dos danos e da precaução quando não se sabe o tamanho do risco, o que gera o da informação ambiental, com o direito de saber quais os riscos e o que fazer para lidar com eles. A participação comunitária e a cooperação enquanto princípios são princípio que agrega os demais visto que divide a responsabilidade ambiental em todo coletivo da sociedade.

Enquanto usuários de territórios pertencentes a União, princípios como o da função socioambiental da propriedade, uma vez que interagem com o espaço de vivência da sociedade e além desse o papel do poluidor-pagador e do usuário pagador uma vez que a atividade causa impacto ambiental e essa precisa ser assimilada e compensada, faz com que a instituição apresente legalmente sua responsabilidade ambiental. O órgão do exército responsável pela validação dos princípios da lei nº 6938/1981 é a Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (DPIMA) cujas competências buscam responder às demandas ambientais da atividade militar.

Compete à DPIMA:

I - Orientar, coordenar, controlar e assessorar, administrativa, técnica, jurídica e especialmente, as atividades relacionadas com os imóveis jurisdicionados ou administrados pelo Exército, no que tange a:

- a) legislação, normatização, processualística e acompanhamento de negociações e tratativas relativas à gestão imobiliária;
- b) regularização imobiliária (e fundiária) e arquivamento da documentação dominial e complementar;
- c) utilização do patrimônio imobiliário, incluindo-se próprios nacionais residenciais (PNR) e questões ambientais respectivas;
- d) incorporação e desincorporação de imóveis do acervo do Exército;
- e) condução de negociações inerentes aos tópicos anteriores que envolvam o estabelecimento de convênios e instrumentos congêneres;
- f) ações de defesa jurídica e administrativa dos interesses da Força;
- g) supervisão técnica do Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário do Exército; e
- h) assessoramento ao DEC em suas decisões e ligações com os órgãos internos e externos à Força;

II - Estudar e elaborar propostas de:

- a) aperfeiçoamento da legislação, das diretrizes e das normas administrativas e técnicas;
- b) procedimentos e condutas relativas à regularização imobiliária (e fundiária), cadastramento, controle, utilização, incorporação e alienação de imóveis e aspectos ligados à gestão do meio ambiente, segurança e defesa jurídica e administrativa do patrimônio; e
- c) organização, capacitação e emprego de recursos humanos requeridos por suas atividades;

III - Promover ou proporcionar:

- a) reunião de subsídios para a defesa dos interesses do Comando do Exército, relacionados aos imóveis, nas esferas administrativa e judicial;
 - b) ligações, quando autorizadas, com instituições públicas ou privadas, visando tratar de assuntos que envolvam bens imóveis e meio ambiente;
 - c) ligações, no âmbito do canal técnico, com o Gabinete do Comandante do Exército (Gab Cmt Ex), o Estado-Maior do Exército (EME), os órgãos de direção setorial (ODS), os comandos militares de área (Cmdo Mil A), as regiões militares (RM), os Grupamentos de Engenharia (Gpt E) e demais OM, visando tratar de assuntos que envolvam bens imóveis e meio ambiente;
 - d) visitas e inspeções de caráter técnico;
 - e) fiscalização da aplicação da legislação e normas patrimoniais e ambientais;
 - f) assistência técnico-normativa-consultiva ao Gab Cmt Ex, ao EME, aos ODS, aos Cmdo Mil A e às RM/Gpt E; e
 - g) atividades relacionadas com estatística;
- IV - Integrar o Sistema de Mobilização do Exército (SIMOBE), participando das atividades de estudo, planejamento, preparo e execução da mobilização na esfera de sua competência; e
- V - Atuar como suporte documental dos atos de gestão imobiliária e gestão ambiental inerentes às competências do Comandante do Exército e do Chefe do DEC” (Brasil, 2019b).

Uma vez que os princípios dispostos são atendidos com as competências do DPIMA, implica um exercício de gestão ambiental constante por parte da instituição, o que vai de encontro com a postura conservacionista do país, resta saber como se relacionam com as normativas de regramento da atuação dos militares e como isso se reflete nos planos de disciplina dos cursos de formação superior dos oficiais de carreira das três escolas abordadas.

Quando considerado que a Constituição define meios de regular o uso do meio ambiente e aponta para o caráter intergeracional do desenvolvimento sustentável, deixa claro que o viés ambiental adotado está relacionado ao nacional desenvolvimentismo. Esse modelo é posto em prática na política a ser posta em prática pelo país. A lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 define o modelo de pensamento conservacionista do país, já apontado na Constituição, uma vez que, por objetivo, determina que “preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, e busca assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana” (Brasil, 1981). Esse quadro normativo define a atuação da administração pública, da qual o Exército é parte, e propõe o modelo de gestão ambiental, ao estabelecer padrões de qualidade ambiental, divisão em zonas de proteção, sistemas de informação, órgãos responsáveis, a disposição de instrumentos econômicos de restrição e de estímulo. A PNMA, também enfatiza a necessidade de um processo educativo que abrace a sociedade como um todo e cria o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) através de órgãos como o Conselho de Governo, Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o

IBAMA e o ICMBio. Se considerado que as Forças Armadas, inclusive o Exército, ocupam cadeiras nos dois primeiros órgãos do SISNAMA e atuam em apoio aos outros três, passa-se o foco para a portaria nº 61 e o decreto 7957/13, descritos a seguir.

A lei complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, dispõe sobre as normas gerais para a organização, para o preparo e para o emprego das Forças Armadas. No seu artigo 16, a lei prescreve às Forças Armadas a função complementar de cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil. Isso implica tanto em se aliar a ideais conservacionistas, quanto em desenvolver em seus adestramentos, capacidades para otimizar ações de socorro.

A portaria nº 61, de 16 de fevereiro de 2005 (Brasil, 2005), em resposta a lei complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, regula o emprego da Força Terrestre na faixa de fronteira, além de definir delitos transfronteiriços e ambientais, dispõe sobre os procedimentos a serem tomados pelo Exército:

6) A atuação da F Ter na prevenção e na repressão aos delitos ambientais deve estar focada, em princípio, sobre os seguintes ilícitos:

a) a prática de atos lesivos ao meio ambiente, definidos na Lei de Crimes Ambientais – Lei nº 9.605, de 12 Fev 98; no Código Florestal – Lei nº 4.771, de 15 Set 75; e no Código de Proteção à Fauna – Lei nº 5.197, de 03 Jan 67;

b) a exploração predatória ou ilegal de recursos naturais (Lei nº 9.605, de 12 Fev 98); e

c) a prática de atos lesivos à diversidade e a integridade do patrimônio genético do País, definidos na Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 Ago 01.

7) Para os planejamentos de emprego da F Ter na prevenção e na repressão aos delitos transfronteiriços e ambientais, considerar que podem ser incluídas, se necessário, as áreas indígenas e/ou de preservação ambiental localizadas na faixa de fronteira (Brasil, 1999a)

Uma vez definidos os critérios, orienta o adestramento a ser realizado, simulando situações e respostas possíveis.

O decreto 7957/13, de 12 de março de 2013 que institui o Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente e regulamenta a atuação das Forças Armadas na proteção ambiental em seu capítulo terceiro prescreve que:

Art.7º As Forças Armadas prestarão apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução às ações de proteção ambiental, com a disponibilização das estruturas necessárias à execução das referidas ações, conforme disposto na legislação vigente.

Art. 8º No caso de emprego das Forças Armadas para garantia da lei e da ordem em operações de proteção ambiental, caberá ao Ministério da Defesa a coordenação, o acompanhamento e a integração das ações a serem implementadas pelos órgãos e entidades envolvidos, resguardadas as respectivas competências legais. (Brasil, 2013)

Tais dispositivos fornecem o direcionamento pelo qual o preparo da força deve seguir e sugerem elementos para serem abordados tanto nos conteúdos de formação, quanto nas capacidades a serem adquiridas pelo meio do adestramento. A questão que surge é como isso se apresenta em termos de linha de pensamento nos PLADIS.

Este capítulo buscou investigar o papel das instituições e ao focar nas especificidades do Exército, ao analisar sua característica de insulamento buscou encontrar pontos de contato entre a formação do indivíduo militar e a lógica da instituição total de Goffman (1987). Uma vez cumpridos esses passos, por meio da análise de normativas e órgãos do Exército Brasileiro, se buscou chegar a um retrato de como a formação do oficial impacta na condução das políticas públicas.

Os elementos investigados ao longo do capítulo, ao serem postos em contraste com os demais assuntos desenvolvidos ao longo desse trabalho, pode ser observado que uma vez que as visões ambientais são valores, o modo de aprendizado do Exército que pensa em uma ética militar deve ter na sua formação elementos que fortaleçam as visões relevantes para instituição. Em relação a interface buscada entre defesa e meio ambiente, tem-se que através da discussão do conceito de segurança humana, a investigação do papel do oficial na execução das políticas públicas pode gerar retratos de como isso ocorre na rotina da instituição. As conclusões desse e dos capítulos anteriores postos na mesma tela, criam suporte para a compreensão dos dados encontrados na análise dos PLADIS a ser realizada no próximo capítulo.

As instituições ao mesmo tempo que moldam os indivíduos, são transformadas pela história, assim como no pensamento de Putnam (2006). As visões ambientais, as políticas econômicas, o desenvolvimento do Estado caminham com os objetivos da Força. A mudança do conceito de segurança para focar nos indivíduos cria uma série de possibilidades que somente a formação do militar pode administrar. A instituição, como ela é constituída e como molda seus indivíduos são elementos que pavimentam o terreno para responder a qual visão ambiental está presente nos PLADIS. Essa à pergunta que essa pesquisa busca responder.

5 MÉTODO PARA COLETA E ANÁLISE DOS PLADIS

Antes da descrição dos métodos adotados neste trabalho é preciso retomar que essa pesquisa se relaciona a interface estabelecida entre meio ambiente e defesa. Essa relação envolve a proteção dos recursos naturais, respostas em relação a desastres naturais, segurança de infraestruturas críticas e o impacto das mudanças climáticas, esses elementos são fundamentais para a estabilidade e a segurança de um país. Se considerado que os oficiais, assim como toda a sociedade, têm uma visão própria relacionada a questões ambientais. Essa pesquisa parte da pergunta: quais as visões sobre o meio ambiente estão presentes nos planos de disciplinas (PLADIS) das escolas de ensino superior do Exército Brasileiro no período de 2014 a 2022? Para responder a essa questão, foi utilizado o resultado alcançado nas duas partes. A primeira parte, teórica, buscou refletir primeiro sobre a relação entre meio ambiente e defesa, para depois refletir sobre como a formação militar se reflete na condução das políticas públicas, particularmente às relacionadas à interface da gestão da defesa nacional e do meio ambiente. A segunda parte, empírica, se ocupou com a análise dos assuntos relativos ao meio ambiente nos PLADIS.

A escolha do Exército enquanto instituição se deveu ao fato de que historicamente foi a Força de maior proeminência na política brasileira desde o início do século XX o que a torna um personagem importante dentro do escopo do Estado e da população estudada, os oficiais de carreira do Exército, pelo fato de que esses indivíduos são responsáveis pelas diretrizes assumidas pela instituição, uma vez que são submetidos a um processo de formação continuada composta de três instituições de ensino superior que suprem as necessidades instrumentais de cada momento da carreira. Em suma, este trabalho busca identificar a visão ambiental adotada na instituição o que implica em compreender a mentalidade dos indivíduos acerca do tema considerando que constitucionalmente as premissas da instituição são hierarquia e disciplina. Portanto a compreensão da visão de meio ambiente do Exército é importante para perceber a constitucionalidade da instituição uma vez que a visão de meio ambiente adotada deve refletir a normativa legal do país.

A escolha do PLADIS, como documento a ser analisado, se fundamenta na característica horizontal e burocrática da instituição que teoricamente deixa pouca margem de individualidade aos indivíduos, que pela ética de sua profissão devem

respeitar as ordens superiores (Huntington, 1996). Desse modo, as visões sobre o meio ambiente dos PLADIS devem estar alinhadas com as normativas relacionadas no escopo normativo do Estado pois o documento representa a vontade do alto comando, os conteúdos ambientais encontrados nesses planos são uma imagem do que a instituição pensa sobre o assunto. Para fins de conhecimento do leitor, o anexo deste trabalho traz um modelo de PLADIS.

Em relação ao marco temporal, o tempo é contado a partir do Decreto nº 7957, de 2013, que instituiu o Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente e regulamentou a atuação das Forças Armadas na proteção ambiental. Assim, o período da amostragem vai de 2014 até 2022. Apesar do caráter subsidiário que as ações ambientais tinham no rol de atividades da instituição, o Decreto nº 7957 definiu quais atividades competem à instituição e como deve ser a atuação militar em relação ao meio ambiente. Esse marco influenciou a formação dos oficiais de carreira do Exército. O marco final, de 2022, corresponde ao término de uma gestão do Executivo caracterizada por grande protagonismo da instituição, que ocupou cargos importantes de tomada de decisão na esfera governamental.

5.1 MÉTODO PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Uma vez que o trabalho está dividido em duas partes, uma teórica e outra empírica, as informações são assimiladas de modos distintos. É crucial ressaltar que essas partes não são independentes, mas mantêm um diálogo constante, cujo resultado fornece elementos essenciais para responder à pergunta de pesquisa. Enquanto a primeira parte consiste em uma revisão bibliográfica, a segunda constitui uma análise documental fundamentada nos achados dessa revisão. No decorrer da pesquisa, cada etapa apresentou pontos fortes e fracos, que serão explicitados ao longo do texto.

Na primeira parte do trabalho, a amostragem referente aos artigos coletados abrangeu o período de 1998 a 2023, sendo os critérios de seleção a relevância do autor, o contexto, e a aderência ao tema da pesquisa. A amostragem referente a livros não se vinculou a períodos específicos, e os critérios de escolha incluíram a importância do autor, do contexto, da aderência ao tema da pesquisa e a relevância da publicação. No que tange aos *Policy Papers*, considerou-se o ano de publicação, entre 2022 e 2023, e os critérios abrangeram a importância do autor e da instituição responsável pela obra, o contexto, a

aderência ao tema da pesquisa, e o escopo normativo, foi selecionado com base na aderência ao tema e ao contexto de sua publicação.

A base teórica que fundamentou a análise dos PLADIS foi gerada através de um processo que buscou encontrar pontos de convergência e oposições nas visões ambientais e políticas. A pesquisa bibliográfica deste trabalho buscou, em primeiro lugar, explorar as diferentes visões relacionadas às questões ambientais. Em segundo, refletir sobre as interfaces entre meio ambiente e defesa e sobre como o assunto entrou nas pautas de defesa de diferentes países. Em terceiro, refletir sobre a instituição, seus processos e como isso impacta nas políticas públicas de meio ambiente relacionadas à instituição.

Na fase de análise, foram analisados cento e um PLADIS relacionados aos anos acadêmicos entre 2014 e 2021 da AMAN. Adicionalmente, foram incluídos sessenta e nove PLADIS de anos acadêmicos que abrangem o período de 2018 a 2022 da Escola EsAO, excluindo-se aqueles do Curso Avançado de Oficiais Médicos, uma vez que esse grupo não avança para a patente de general. Além disso, foram analisados vinte e oito PLADIS do Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM) referentes ao ano acadêmico de 2020 e vinte PLADIS do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx) do ano acadêmico de 2018. Com isso, o total de documentos dessa natureza que foram utilizados para a presente pesquisa foi de 218.

O conteúdo, como já detalhado anteriormente, foi avaliado por meio de seis indicadores, a saber: (i) o formato de entrega, (ii) a carga horária, (iii) a disciplina específica que aborda o tópico, (iv) os métodos de avaliação, (v) o conteúdo e (vi) os anos em que o tema é abordado. Inicialmente, as palavras-chave buscadas nesses documentos foram: meio ambiente, sustentabilidade e gestão ambiental. No decorrer da pesquisa foi verificada a necessidade de incluir outras palavras-chave, que, uma vez que a leitura dos documentos indicava que elas frequentemente estavam associadas com questões ambientais de acordo com a visão de mundo presente nos documentos. Com isso, foram consideradas as palavras: cooperação, limpeza, poluição.

No contexto do estudo sobre o meio ambiente, o formato de entrega, presencial ou EAD, é de grande importância por diversas razões: a interação direta entre os alunos e professores facilita debates, esclarecimentos de dúvidas, enquanto o EAD, para alcançar os mesmos resultados, exige maior disciplina e autonomia dos alunos. O formato presencial proporciona acesso direto a laboratórios e bibliotecas já constituídas, enquanto o EAD depende de recursos digitais e infraestrutura. Em relação à qualidade do ensino, no formato presencial há maior controle sobre a metodologia de ensino e avaliação. Além

disso, o formato presencial pode proporcionar atividades como pesquisa de campo e interações sociais entre os indivíduos.

A carga horária disponibilizada para o assunto pode afetar tanto diretamente o aprofundamento quanto a qualidade da aprendizagem. Uma carga horária mais robusta pode ser mais abrangente em relação aos temas essenciais e oferecer espaço para atividades práticas, debates e análises críticas, proporcionando maior fixação do conteúdo. Uma carga horária pequena pode limitar a compreensão de questões complexas o que compromete a formação da visão que o indivíduo forma em relação ao tema.

A existência de uma disciplina específica que aborde especificamente meio ambiente permite uma abordagem mais apropriada ao assunto. Além disso, impacta diretamente no desenvolvimento de conteúdos e habilidades para enfrentar os problemas ambientais. Sem que haja uma disciplina específica, o estudo se torna fragmentado e superficial e pode ceder espaço para compreensões equivocadas de problemas que cuja resolução seria importante para a constituição da própria sensibilidade do indivíduo em relação ao assunto.

Os métodos de avaliação importam, pois influenciam significativamente o processo de aprendizagem e a compreensão dos alunos sobre o tema. Métodos de avaliação bem estruturados incentivam o pensamento crítico, a aplicação prática das teorias e o desenvolvimento de habilidades analíticas. O modelo de avaliação empregado pode dar maior formalidade ao assunto, uma vez que para progressão de carreira, os alunos das escolas militares precisam dos pontos adquiridos no somatório das notas conquistadas. Um processo de avaliação formal relativo a um determinado assunto pode ser a chave para um maior interesse por parte do aluno.

Os conteúdos são de extrema importância. Eles determinam a extensão e a profundidade do conhecimento adquirido pelos alunos sobre questões ambientais. A inclusão de conteúdos relevantes e atualizados instrumentalizam os alunos para compreender os desafios ambientais contemporâneos e promover soluções eficazes. Além disso, os conteúdos são um elemento crucial para a formação da visão ambiental dos militares submetidos ao processo educativo. Desse modo, a seleção cuidadosa dos conteúdos é fundamental para garantir uma educação ambiental completa e relevante, preparando os alunos para enfrentar os problemas ambientais com conhecimento e responsabilidade.

Os anos em que o tema é abordado dentro do currículo educacional, importam, pois, além de definir uma progressão adequada no entendimento das questões ambientais,

possibilita perceber o grau de discricionariedade do planejamento e o quanto o currículo é afetado pela política do momento. Além disso, a sistematização do conteúdo ao longo dos anos promove um processo de atualização que prepara os alunos para enfrentar os desafios ambientais de maneira informada e responsável ao longo de suas carreiras.

5.2. ESCOLAS DE ENSINO SUPERIOR MILITAR DO EXÉRCITO

O primeiro conceito a ser relacionado na pesquisa é o de documento, tal como é compreendido pela instituição. No EB10-IG-01.012 (Brasil, 2019c) que fornece as instruções gerais para avaliação de documentos do exército, em seu artigo nº 16 estabelece documento original como:

Art. 16. Considera-se como exemplar original:

I - a primeira via de cada documento produzido e que possui a assinatura de próprio

punho da autoridade signatária, assinatura digital ou assinatura eletrônica;

II - todo documento recebido pelo destinatário e que possui a assinatura de próprio

punho da autoridade signatária, assinatura digital ou assinatura eletrônica;

III - o documento assinado de próprio punho por delegação e recebido pelo destinatário;

IV - a segunda via de cada documento produzido na organização, quando a primeira via tiver sido remetida a outro órgão e protocolada pelo destinatário por meio físico, digital ou eletrônico;

V - a cópia autêntica; e

VI - a cópia autenticada.

(Brasil, 2019c).

Desse modo, o PLADIS se enquadra nessa definição uma vez que é produzido na organização militar e posteriormente protocolada no Departamento de Educação e Cultura do Exército. Esses dados reforçam a legitimidade do documento como um retrato das visões e dos interesses da instituição.

O PLADIS, exemplificado nos anexos deste trabalho, de acordo com as normas para a construção de currículos do Exército Brasileiro (NCC – EB60-N-06.003) corresponde a um planejamento de disciplina e é formatado como um documento padrão composto de 5 partes: cabeçalho; opcionalmente a Competência Principal; as Unidades de Competência (UC); os Elementos de Competência (EC); as Unidades Didáticas (UD); a carga horária das UD, dos assuntos e a total; os objetivos de aprendizagem e o eixo transversal; a grade de avaliação; as orientações metodológicas e as referências utilizadas.

No contexto do aprendizado obtido em cada uma das escolas de ensino superior do Exército brasileiro, há que ser considerado que essas instituições fornecem ferramentas para o cumprimento das várias funções do organograma hierárquico do

exército. Compreender a missão específica de cada uma delas fornece subsídio para a compreensão do que é esperado do oficial de carreira após o cumprimento da etapa. Como mencionado anteriormente, uma vez que a agenda vai se modificando ao longo da cadeia hierárquica, a compreensão das funções do militar importa porque pode aferir a importância de sua visão na transmissão das diretrizes estabelecidas.

A EsPCEEx com duração de 1 ano está localizada em Campinas, estado de São Paulo e de acordo com seu endereço eletrônico tem como missão: “selecionar e preparar o futuro Cadete da AMAN iniciando o primeiro ano do Curso de Formação de Oficiais Combatentes da Linha de Ensino Militar Bélico do Exército Brasileiro” (Brasil, 2012c).

O ideal de iniciar a formação do líder militar faz parte da missão da instituição o que demonstra a importância da habilidade para a instituição. O curso faz parte do que ao se somar com os 4 anos da AMAN compõe o Bacharelado em Ciências Militares e seu modelo pedagógico é baseado em competências o que privilegia a prática em relação a teoria. Existe uma grande preocupação com o preparo físico pois é um elemento de adaptação a vida militar.

A AMAN, localizada em Rezende no estado Rio de Janeiro, portanto distante da EsPCEEx, o que reforça o insulamento da formação militar pois afasta mais uma vez o indivíduo de sua família, traz como missão: “formar o Oficial Combatente de Carreira, apto a liderar o Exército do futuro e a superar os desafios da era do conhecimento, baseado em atributos morais, intelectuais e físicos” (Brasil, 2019e).

No período de quatro anos instrumentaliza os oficiais subalternos, ou seja, os postos de Aspirante a Oficial, 1º Tenente e 2º Tenente. Quando matriculado nesta escola, o futuro oficial recebe a denominação de ‘cadete’, título que mantém até o final do curso. Vale salientar que no momento de sua matrícula, o indivíduo passa a responder pela legislação militar (Castro, 2021). Os alunos formados nesta escola irão exercer a liderança de modo direto em pequenos escalões (Brasil, 2011a). As turmas são separadas em diferentes armas. As Armas compreendem a Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Material Bélico, Intendência e Comunicações.

A EsAO, localizada na cidade do Rio de Janeiro, traz como missão o planejamento, supervisão e avaliação de atividades de ensino e aprendizagem; preparo para o comando e para o Estado Maior de sua Organização Militar; habilitar para cargos de Capitão e de Oficial Superior para funções sem a necessidade de habilitação específica e para a produção de conhecimento científico. Ao longo de dois anos a escola fornece ferramentas para os oficiais intermediários, o posto de Capitão. A liderança aqui ocorre

do modo direto em pequenos escalões como os oficiais subalternos (Brasil, 2011a). As turmas são separadas em diferentes armas. Aqui, Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Logística e Comunicações.

A ECEME, também localizada no Rio de Janeiro, possui a missão de dotar com ferramentas de trabalho, oficiais superiores e generais. Os oficiais superiores correspondem aos postos de Major, Tenente-Coronel e Coronel, os oficiais generais correspondem a General de Brigada, General de Divisão, General de Exército e Marechal. Nessa escola não existe mais a divisão em diferentes armas pois a liderança a ser exercida direta e indiretamente será ao nível Organizacional/Tático para os oficiais superiores e estratégico e político para os generais. Os cursos analisados são o Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM) e o Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx). O CCEM tem como objetivos habilitar oficiais para funções de estado-maior e para o exercício de comando em grandes unidades. O artigo 40 da Portaria 1200/2016 (Brasil, 2016) designa que o CPAEx pode ser designado para militares e civis designados para assessoramento e habilitar para promoção o oficial-general até o posto de general-de-divisão e cargos desde que não seja exigida qualificação do Quadro de Estado-Maior da Ativa (QEMA).

Quadro 3 – Perfil escolar e profissional do oficial do Exército.

| Escola | Idade Mínima/ Idade Máxima | Patente ao ingressar no curso¹ | Duração | Nível Organizacional | Modelo de liderança |
|----------------|-----------------------------------|--|----------------|-----------------------------|----------------------------|
| EsPCEEx | 17 anos / 22 anos | Civil | 1 ano | NA ² | NA |
| AMAN | 18 anos /23 anos | Cadete | 4 anos | Pequenos Escalões | Direto |
| EsAO | NC ³ | Segundo Tenente | 2 anos | Organizacional-Tático | Direto/ Indireto |
| ECEME | | | | | |
| CCEM | NC | Major Tenente- | 2 anos | Estratégica | Direto/Indireto |

¹ Portaria nº 095-DGP, de 22 de maio de 2017.

² Não se aplica

³ Não Consta

| | | | | | |
|---------------|----|---------|-------|-------------|----------|
| | | Coronel | | | |
| CPEAEx | NC | Coronel | 1 ano | Estratégica | Indireto |

Fonte: Do Autor (2024).

5.2 FUNDAMENTAÇÃO DA ANÁLISE

Para fundamentação da visão ambiental esperada, foram tidos como parâmetro para a análise, a visão ambiental proposta nos marcos relativos à Portaria nº 61, de 16 de fevereiro de 2005 (Brasil, 2005) que regula o emprego da força terrestre na faixa de fronteira, o decreto 7957/13, de 12 de março de 2013 (Brasil, 2013) que institui o Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente; regulamenta a atuação das Forças Armadas na proteção ambiental e a lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 (Brasil, 1981) que institui a política nacional do meio ambiente. No trabalho realizado, por meio da análise dos PLADIS dos quatro cursos frequentados pelos oficiais de carreira do Exército Brasileiro ao longo de sua formação continuada em três escolas de ensino superior, buscou-se encontrar referências diretas e indiretas que se relacionassem com questões ambientais e quando encontradas, confrontadas com as visões ambientais analisadas no próximo capítulo.

A análise das portarias, decretos e leis que envolvem o meio ambiente e o fazer militar são importantes pois definem a legalidade do ordenamento jurídico do aprendizado, uma vez que o objeto do aprendizado militar é fruto de normativas. O regramento que fundamenta a análise dos PLADIS é o que consta na lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Brasil, 1980) que dispõe sobre o Estatuto dos Militares cujo escopo os diferencia dos demais agentes públicos, da lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999 (Brasil, 1999b) que dispõe sobre o Ensino no Exército Brasileiro e que possui elementos distintos das demais leis educacionais do país; na lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente que contextualiza toda discussão; na portaria nº 61, de 16 de fevereiro de 2005 que regula o emprego da Força Terrestre na faixa de fronteira; e no decreto 7957/13, de 12 de março de 2013 que institui o Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente, que regulamenta a atuação das Forças Armadas na proteção ambiental.

Uma vez que os militares, enquanto agentes públicos, têm estatuto, obrigações e prerrogativas próprias, a lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Brasil, 1980) é o documento que especifica essas condições. No capítulo primeiro, artigo nº 27 desse

documento, aponta o aprimoramento técnico-profissional como um dos valores militares, a especificação desse valor corrobora com a importância de se aferir o pensamento ambiental de sua formação. A importância do documento está em especificar o ordenamento da carreira de oficial. Além da definição da hierarquia, o documento traz regras de promoção, descrição dos deveres e atitudes em forma de código de ética militar que vem a corresponder o aprendizado atitudinal especificado nos PLADIS e o que é vedado a este agente público.

O quadro 4 apresenta graus hierárquicos e postos que serão percorridos ao longo da carreira do oficial de carreira do Exército Brasileiro desde sua entrada na EsPCEEx ao CPEAEx na ECEME.

Quadro 4 – Graus hierárquicos x Postos de carreira

| Hierarquização | Posto | |
|---|--|---|
| Círculo de Oficiais-Generais | Marechal, General de Exército, General de Divisão e General de Brigada | |
| Círculo de Oficiais Superiores | Coronel, Tenente-Coronel e Major | |
| Círculo de Oficiais Intermediários | Capitão | |
| Círculo de Oficiais Subalternos | Primeiro-Tenente e Segundo-Tenente | |
| Praças Especiais | Aspirante a Oficial Frequentam o círculo de Oficiais Subalternos | Cadete (Aluno da Academia Militar) e Aluno do Instituto Militar de Engenharia e Aluno das instituições de graduação de Oficiais do Exército |
| | Excepcionalmente ou em reuniões sociais têm acesso aos círculos dos oficiais | Aluno da Escola Preparatória de Cadetes do Exército |

Fonte: Do Autor (2024).

Uma vez que o ensino militar é regido por lei própria, a lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, regula o processo formativo militar do oficial de carreira do Exército. O artigo 1º do documento define sua finalidade como “qualificar recursos humanos para a ocupação de cargos e para o desempenho de funções previstas, na paz e na guerra, em

sua organização” (Brasil, 1999b). Define as modalidades de cursos que podem ser de graduação, especialização, extensão, aperfeiçoamento, altos estudos militares e de preparação que são acessados por meio de concurso público e visam instrumentalizar cada etapa da hierarquia. No caso em estudo, as escolas a AMAN, a EsAO e a ECEME por serem as instituições de ensino superior frequentadas em algum momento da carreira pelos oficiais gerais especificados no parágrafo anterior.

Este capítulo desenhou a metodologia adotada para a coleta e análise dos Planos de Aula Disciplinar (PLADIS) das três escolas de ensino superior do Exército Brasileiro, no período de 2014 a 2022. A pesquisa parte da premissa de que a formação militar influencia diretamente as políticas ambientais da instituição, refletindo a visão institucional sobre o assunto. A metodologia envolveu uma revisão bibliográfica para embasar teoricamente a análise dos PLADIS, seguida por uma análise documental desses documentos. As dificuldades encontradas, como a falta de acesso a alguns documentos devido a normativas de sigilo e burocracia institucional, foram cuidadosamente consideradas e incorporadas ao processo de análise, tendo em vista que as necessidades dispostas nos indicadores determinados. Os resultados esperados desta pesquisa são a identificação das visões ambientais adotadas nas escolas do Exército e essa compreensão é crucial para avaliar a coerência das políticas ambientais do Exército com os princípios constitucionais e as demandas da sociedade brasileira. Este capítulo estabeleceu, assim, as bases metodológicas necessárias para responder à pergunta de pesquisa sobre a visão ambiental encontrada nos PLADIS, fornecendo um caminho claro para as etapas subsequentes da análise e interpretação dos dados coletados.

6 ANÁLISE DOCUMENTAL DOS PLADIS

Este capítulo trata da análise do plano de disciplina (PLADIS), cujo modelo se encontra nos anexos deste trabalho, no que é referente a conteúdos direta e indiretamente relacionados ao meio ambiente e se conecta com o restante do trabalho por buscar analisar a formação do oficial militar e a consciência ambiental esperada para o profissional em questão, o possível tomador de decisões da instituição. A pergunta estabelecida neste capítulo diz respeito a dúvida se seria o modelo de pensamento ambiental desse indivíduo harmônico com o que o Brasil expressa em seus documentos. Uma vez que o PLADIS é derivado de normativas que refletem os interesses do Alto Comando em contraponto com a estratégia do país para esse assunto, então encontrar chaves que esclareçam a linha de pensamento relativa às questões socioambientais dos indivíduos dentro da instituição ao analisar o que é ensinado e aprendido ao longo do seu processo formativo. Esse capítulo se divide em duas partes. A primeira descreve a análise realizada considerando os seguintes indicadores: (i) o formato de entrega, (ii) a carga horária, (iii) a disciplina específica que aborda o tópico, (iv) os métodos de avaliação, (v) o conteúdo e (vi) os anos em que o tema é abordado. A segunda parte descreve os vieses encontrados, se conservacionistas ou preservacionistas e se a conduta de política econômica seria liberal ou nacional desenvolvimentista.

6.1 AMAN

No nível tático onde as funções de liderança são relacionadas ao acompanhamento das tarefas e da gestão do risco, os alunos da AMAN desenvolvem conhecimentos necessários para essas tarefas. No aspecto ambiental é esperado que aprendizados específicos em relação às diretrizes sejam adquiridos nos adestramentos realizados nesse estágio de formação. No primeiro ano, antes da escolha da arma a ser trabalhada ao longo da formação, existe uma única turma e após, os docentes se dividem nas diferentes armas nas quais, os currículos apresentam algumas adaptações.

No primeiro ano, comum a todos os cadetes, as disciplinas que abordam o tema são: 'Economia' cuja competência principal esperada é a realização da gestão organizacional. O formato da entrega é presencial, a carga horária total é de quarenta e cinco horas aula, os métodos de avaliação são avaliação de acompanhamento que consiste em exercícios e trabalhos em sala de aula e avaliação de controle que corresponde a prova

realizada no final do bloco de aprendizagem considerada expressiva (Brasil, 2020b). Os assuntos relativos ao tema abordados são: fundamentos de economia, estrutura de mercado, finanças e educação financeira. O tema é abordado nos documentos de 2012 e 2014. A disciplina de ‘Química Aplicada II’ tem o formato de entrega presencial, a carga horária total é sessenta horas-aula, os métodos de avaliação constituem avaliações de tipo acompanhamento, descrita como prática e que constituem em exercícios e trabalhos em sala de aula e avaliação de controle, dita de escrita o conteúdo se refere a tratamento de água e prevenção de vazamento de combustíveis e os anos em que o tema é abordado são 2013 e 2014. Apesar de não ser conteúdos diretamente relacionados ao meio ambiente, importam na análise por serem ações que contribuem para um ambiente saudável e que diminuem a pegada ecológica da organização militar. A linha de pensamento é conservacionista com enfoque gerencialista. Importante explicar aqui que na nomenclatura de gestão ambiental, duas palavras se contrapõem. Gestão se refere ao conhecimento das normas jurídicas ao passo que gerenciar se relaciona a efetivar a prática às normas vigentes. A outra disciplina é a de Economia que traz consigo elementos que possam ajudar a identificar as visões ambientais através de uma leitura mais liberal ou protecionista das riquezas nacionais.

Em todas as Armas é recorrente a abordagem da portaria nº 61 (Brasil, 2005) que regula o emprego da Força Terrestre na faixa de fronteira e o decreto 7957/13 (Brasil, 2013) que instituiu o Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente e regulamenta a atuação das Forças Armadas na proteção ambiental. Também sobressai a lei 6.938/81 que dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação da política nacional do meio ambiente também é recorrente nas bibliografias e nos assuntos de diversas UD da formação dos cadetes. A exceção foi a Infantaria cujos PLADIS não mencionam o assunto, em nenhum ponto da formação.

Ao longo do processo, a arma referente a Engenharia é a que mais tem disciplinas que abordam aspectos ambientais. No período entre o segundo e o quarto ano, a disciplina ‘Emprego Tático – Operações Militares de Não Guerra’ cuja competência principal é comandar frações militares em situações de não guerra, com formato presencial tem carga horária de trezentos e quarenta duas horas aula distribuídas ao longo de três anos. A avaliação é a de controle que ocorre no quarto ano abrangendo o conteúdo dos três anos. Os conteúdos afinados com o tema são: atuação em operações de garantia da lei e da ordem (GLO), operações no Amplo Espectro, operações de cooperação e coordenação

com Agências no espectro dos conflitos, atribuições subsidiárias e ações em faixa de fronteira. É abordado nos anos de 2016, 2018, 2019 e 2021. Com o mesmo intuito de comandar frações em situação de não guerra, disciplina ‘Técnicas Militares’ nos módulos XI, XII, presencial, com carga horária total de trezentos e vinte nove horas com avaliações formativas e somativas. Abordam conteúdos referentes ao aproveitamento de recursos locais para construções, cuidados e processos para extinção de cal, uso de madeira, instalações hidráulicas, o decreto 7957/13 e a portaria nº 61, CMT EX (Brasil, 2005), a lei 6.938/81 (Brasil, 1981), gestão ambiental e procedimentos de apoio ao Ibama com ocorrência nos anos de 2016, 2017, 2018, 2020, 2021.

Quadro 5 – Disciplina x formato de entrega x carga horária

| Disciplina específica que aborda o tópico | formato de entrega | carga horária |
|---|---|-------------------------------|
| Emprego Tático – Operações Militares de Não Guerra | Presencial | 342 horas |
| métodos de avaliação | conteúdo | anos em que o tema é abordado |
| Avaliação de controle | atuação em operações de garantia da lei e da ordem (GLO), operações no Amplo Espectro, operações de cooperação e coordenação com Agências no espectro dos conflitos, atribuições subsidiárias e ações em faixa de fronteira | 2016, 2018, 2019 e 2021. |

Fonte: Do Autor (2024).

Quadro 6 – Disciplina x formato de entrega x carga horária

| disciplina | formato de entrega | carga horária |
|-------------------|---------------------------|----------------------|
|-------------------|---------------------------|----------------------|

| | | |
|--|--|-------------------------------|
| específica que aborda o tópico | | |
| Técnicas Militares | Presencial | 329 horas |
| métodos de avaliação | conteúdo | anos em que o tema é abordado |
| avaliações formativas e somativas | aproveitamento de recursos locais para construções, cuidados e processos para extinção de cal, uso de madeira, instalações hidráulicas, o decreto 7957/13 e a portaria nº 61, 16.02.2005 - CMT EX (Pub BE 07/2005 de 18 Fev 05), a lei 6.938, gestão ambiental | 2016, 2017, 2018, 2020, 2021. |

Fonte: Do Autor (2024).

A Intendência aborda o tema meio ambiente no terceiro e no quarto ano com a disciplina ‘Operações Militares de Não Guerra’ (quadro 7). A disciplina é presencial e a carga horária é de dez horas aula no terceiro ano e uma hora aula no quarto. O processo avaliativo é de acompanhamento. Os assuntos são referentes a portaria nº 61 e o decreto 7957/13. Os anos da ocorrência são 2014, 2016, 2018, 2020 e 2022.

Quadro 7 – Intendência – Disciplina que aborda o tema (1)

| | | |
|--|------------------------------------|--------------------------------|
| disciplina específica que aborda o tópico | formato de entrega | carga horária |
| Operações Militares de Não Guerra | Presencial | 11 horas |
| métodos de avaliação | conteúdo | anos em que o tema é abordado |
| Avaliação de acompanhamento | portaria nº 61 e o decreto 7957/13 | 2014, 2016, 2018, 2020 e 2022. |

Fonte: Do Autor (2024).

A disciplina ‘Manutenção Orgânica’ (quadro 8), presencial, ministrada no quarto ano, com carga horária de duas horas aula e avaliação de acompanhamento tem como assuntos, procedimentos com combustíveis, óleos e lubrificantes no tópico de logística reversa. Os anos da ocorrência são 2014, 2016, 2018, 2020 e 2022.

Quadro 8 – Intendência – Disciplina que aborda o tema (2)

| disciplina específica que aborda o tópico | formato de entrega | carga horária |
|--|---|--------------------------------|
| Manutenção Orgânica | presencial | Duas horas para o assunto |
| métodos de avaliação | conteúdo | anos em que o tema é abordado |
| Avaliação de acompanhamento | procedimentos com combustíveis, óleos e lubrificantes no tópico de logística reversa. | 2014, 2016, 2018, 2020 e 2022. |

Fonte: Do Autor (2024).

As Comunicações têm a disciplina ‘Operações Militares de Não Guerra’ (quadro 9), presencial. Abordada durante três anos, sendo dezesseis horas aula no segundo ano, dez horas no terceiro e no quarto, duas horas aula para tratar do assunto. A avaliação é de modelo acompanhamento com provas escritas ou práticas. O conteúdo é referente a portaria nº 61 e o decreto 7957/13. Os anos investigados foram 2016, 2017 e 2018.

Quadro 9 – Comunicações – Disciplina que aborda o tema

| disciplina específica que aborda o tópico | formato de entrega | carga horária |
|--|--------------------------------------|-------------------------------|
| Operações Militares de Não Guerra | presencial | 28 horas |
| métodos de avaliação | conteúdo | anos em que o tema é abordado |
| Avaliação de | a portaria nº 61 e o decreto 7957/13 | 2016, 2017 e 2018. |

| | | |
|-----------------------|--|--|
| acompanhamento | | |
|-----------------------|--|--|

Fonte: Do Autor (2024).

Diminuindo a incidência do tema, tem-se que a artilharia tem a ‘Operações Militares de Não Guerra’(quadro 10), presencial e abordado durante três anos, sendo dezesseis horas aula no segundo ano, oito horas no terceiro e no quarto, quatro horas aula para tratar do assunto. A avaliação se dá por acompanhamento. O assunto abordado é referente a portaria nº 61, 16.02.2005 e o decreto 7957/13, de 12 de março de 2013. Os anos de ocorrência são 2017 e 2018.

Quadro 10 – Artilharia - Disciplina que aborda o tema

| disciplina específica que aborda o tópico | formato de entrega | carga horária |
|--|---|-------------------------------|
| Operações Militares de Não Guerra | presencial | 28 horas |
| métodos de avaliação | conteúdo | anos em que o tema é abordado |
| Avaliação de acompanhamento | portaria nº 61, 16.02.2005 e o decreto 7957/13, de 12 de março de 2013. | 2017 e 2018 |

Fonte: Do Autor (2024).

A Cavalaria tem a disciplina ‘Manutenção Orgânica’ (quadro 11), de modo presencial. Acontece no terceiro e no quarto anos com quarenta horas aula no terceiro e vinte e quatro horas aula no quarto ano. A avaliação é de acompanhamento. A disciplina aborda normas de armazenamento e segurança de combustíveis e óleos. O ano em que ocorreu é 2018.

Quadro 11 – Cavalaria – Disciplina que aborda o tema

| disciplina específica que aborda o tópico | formato de entrega | carga horária |
|--|---------------------------|----------------------|
| Manutenção Orgânica | Presencial | 64 horas |

| | | |
|------------------------------------|--|-------------------------------|
| métodos de avaliação | conteúdo | anos em que o tema é abordado |
| Avaliação de acompanhamento | normas de armazenamento e segurança de combustíveis e óleos. | 2018 |

Fonte: Do Autor (2024).

Para o grupo de Material Bélico, o assunto ocorre no terceiro ano, pertencente ao guarda-chuva da disciplina ‘Técnicas Militares VIII’ (quadro 12), no formato presencial e com carga horária de cinquenta e oito horas aula no total e seis horas para o tema. A avaliação é de controle, o assunto é gestão ambiental, ocorre em 2017. Para o quarto ano, o guarda-chuva é a disciplina ‘Técnicas Militares XI’ (quadro 13), no formato presencial, com carga horária de dezesseis horas específicas para o tema. A avaliação é de acompanhamento, especificada como formal. O tema recorrente é o de gestão ambiental e ocorre nos anos de 2018, 2020 e 2021. Há um PLADIS isolado da disciplina ‘Administração e Logística’ cujo formato de entrega é presencial com carga horária de trezentos e oitenta e nove horas no total e sete horas para o tema. A avaliação é especificada como de controle e escrita. O assunto apresentado é gestão ambiental com quatro horas, supostamente para suprir a necessidade interna da instituição e ações de apoio a defesa civil com uma hora de atividade prevista e apoio a órgãos oficiais, sendo especificado o IBAMA e com uso da expressão desenvolvimento nacional com duas horas de atividade e finalmente abordando operações em faixa de fronteira, delitos ambientais com uma hora aula. No documento não há menção de quando foi adotado e pode ser um esboço, mas que ilustra um modelo de pensamento.

Quadro 12 – Material Bélico – disciplina que aborda o tema (1)

| | | |
|--|---------------------------|-------------------------------|
| disciplina específica que aborda o tópico | formato de entrega | carga horária |
| Técnicas Militares VIII | Presencial | 58 horas |
| métodos de avaliação | conteúdo | anos em que o tema é abordado |
| Avaliação de controle | Gestão ambiental | 2017 |

Fonte: Do Autor (2024).

Quadro 13 – Material Bélico – disciplina que aborda o tema (2)

| disciplina específica que aborda o tópico | formato de entrega | carga horária |
|--|---------------------------|-------------------------------|
| Técnicas Militares XI | presencial | 16 horas |
| métodos de avaliação | conteúdo | anos em que o tema é abordado |
| Avaliação de acompanhamento | Gestão ambiental | 2018, 2020 e 2021 |

Fonte: Do Autor (2024).

Em relação a infantaria não foi encontrada nenhuma incidência relativa ao tema a partir do segundo ano letivo o que não permite nenhum tipo de análise para além do conteúdo do primeiro ano quando aspectos de economia e utilização de produtos químicos são ministrados para todos os alunos sem distinção de arma.

Da análise, fica demonstrado que formação inclui aprendizados específicos relacionados às diretrizes ambientais como o conteúdo sobre tratamento de água e prevenção de vazamento de combustíveis. Por outro lado, a portaria nº 61 e o decreto 7957/13 são temas recorrentes em todas as armas, exceto na infantaria onde não há referência ao tema nos PLADIS visam preparar o futuro oficial para ações conjuntas. A incorporação dos temas ambientais na formação do cadete, com variações nas abordagens e nas cargas horárias, prepara o aluno para o gerenciamento de atividades diárias relacionadas ao bem-estar ambiental das operações e para atuar na ponta em operações com outras instituições em situações relacionadas à questões relativas ao tema. A linha de pensamento é conservacionista visto que o enfoque é gerencial. Outro ponto se refere ao desenvolvimento de uma visão desenvolvimentista constatada no aprendizado de economia já no primeiro ano.

6.2 ESAO

A EsAO aborda o tema ao nível da gestão que aparece duas vezes de modo direto e uma vez indiretamente. No primeiro momento a disciplina de ‘Gestão Organizacional’, disciplina ministrada a distância no formato Ensino a Distância (EAD), a carga horária é de setenta e cinco horas totais e vinte e quatro horas aula para abordar a gestão ambiental.

A avaliação é feita por avaliação formativa e uma somativa através de uma prova final. A disciplina tem uma UD de gestão ambiental onde são tratados os conteúdos referentes a noções básicas de ‘Gestão Ambiental’, noções de ‘Direito Ambiental’, ‘Gestão Ambiental no Exército’ e ‘Gestão de Resíduos Sólidos’. Um assunto a parte dessa disciplina se refere a promoção da educação ambiental dividida em aspectos jurídicos que engloba a política nacional do meio ambiente, crimes ambientais, fundamentos jurídicos que regulam a gestão ambiental e aspectos naturalistas que engloba o impacto do ser humano no ambiente natural, formas de minimizar o impacto do ser humano no meio ambiente e impactos dos exercícios de campanha no meio ambiente. Na bibliografia da disciplina constam a portaria nº 386/2008 (Brasil, 2008), que aprova as IG 20-10 relativas ao Sistema de Gestão Ambiental no âmbito da Força, e a portaria nº 001/ 2011 (Brasil, 2011) que aprova as instruções reguladoras para o sistema de gestão ambiental no âmbito do Exército. Na etapa presencial, abrangendo todas as armas, a disciplina ‘Doutrina Militar de Defesa’ aborda assuntos indiretamente relacionados ao tema como exame de situação de comando tático, situação e compreensão, descrição do processo de integração, análise de terreno, condições meteorológicas, operações de cooperação e coordenação com agências. Os anos observados foram 2019, 2020 e 2021.

Quadro 14 – EsAO – Disciplina que aborda o tema

| disciplina específica que aborda o tópico | formato de entrega | carga horária |
|--|---|-------------------------------|
| Gestão Organizacional | EAD | 65 horas |
| métodos de avaliação | conteúdo | anos em que o tema é abordado |
| Avaliação formativa Prova final | noções básicas de ‘Gestão Ambiental’, noções de ‘Direito Ambiental’, ‘Gestão Ambiental no Exército’ e ‘Gestão de Resíduos Sólidos | 2019, 2020 e 2021. |

Fonte: Do Autor (2024).

Algumas armas separadamente estudam elementos diretamente e indiretamente relacionados ao tema. A Engenharia tem uma maior quantidade de treinamentos com a disciplina Inovação com assuntos referentes as normas vigentes em relação ao meio

ambiente e seus reflexos na instalação de um destacamento de engenharia. Metade à distância e a outra presencial, a disciplina eletiva Gestão de setenta e seis horas aula, sendo quarenta e sete a distância e vinte oito no modo presencial e percorre UD's relativos a conceitos ambientais, 'noções de Direito Ambiental', 'Gestão ambiental no Exército Brasileiro' abordando riscos ambientais em áreas de aquartelamento, gestão de resíduos sólidos, gestão dos recursos hídricos, gestão do solo, fauna e flora, plano de gestão ambiental de organizações militares, conformidade do sistema de gestão ambiental do exército brasileiro, SIGPIMA. Disciplinas que abordam relações civis-militares e operações interagências que são indiretamente relacionados ao tema são estudados pelos oficiais da artilharia e das comunicações. A logística nas disciplinas 'Operações Defensivas' e 'Operações Complementares' abordam conteúdos relativos aos impactos ocasionados pelos ambientes operacionais no apoio logístico e os impactos que este causa aos ambientes, sejam estes de selva, montanha ou pantanal.

Quadro 15 – EsAO Engenharia – Disciplina que aborda o tema

| disciplina específica que aborda o tópico | formato de entrega | carga horária |
|--|--|-------------------------------|
| Gestão Ambiental | Presencial e EAD | 76 horas |
| métodos de avaliação | conteúdo | anos em que o tema é abordado |
| Não consta | conceitos ambientais, 'noções de Direito Ambiental', 'Gestão ambiental no Exército Brasileiro' abordando riscos ambientais em áreas de aquartelamento, gestão de resíduos sólidos, gestão dos recursos hídricos, gestão do solo, fauna e flora, plano de gestão ambiental de organizações militares, conformidade do sistema de gestão ambiental do exército brasileiro, SIGPIMA | |

Fonte: Do Autor (2024).

A ênfase relativa aos conteúdos de meio ambiente nessa escola tem o caráter gerencial e visa instrumentalizar o oficial para o domínio legal do assunto de modo a coordenar as ações administrativas e as operações conjuntas relativas ao tema tendo em vista um maior número de fatores tais como impactos e possibilidades. O enfoque na gestão ambiental é um dado importante por adequar o espaço operacional à ideia de bem público. Tomando como exemplo o PLADIS da disciplina de Gestão Organizacional do primeiro ano do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais de 2022 da EsAO, pode-se ter uma noção de como esse documento pode servir como o retrato do projeto a ser seguido.

O cabeçalho contém informações sobre qual disciplina será abordada que neste caso é Gestão Organizacional, dados relativos a normativa que aprova o documento (BI/ESAO nº 30, de 15 de fevereiro de 2022) (Brasil, 2022b), o curso ao qual pertence a disciplina (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais), a escola onde ocorre o curso (EsAO), O modelo que nesse caso é a fase de ensino a distância (EAD), se pertence a uma arma específica ou se é comum como a disciplina em questão, se haverá vários módulos ou um único que é o caso em tela e a carga horária total do curso que nesse exemplo corresponde a 225 horas aula.

A Competência Principal, cuja apresentação é opcional no documento, constitui o conjunto das unidades de competência (UC) e os elementos de competência (EC). No documento analisado consta como competência principal a execução de atividades de assessoramento como membro do estado maior até o grande comando para cargos não privativos de oficiais do quadro de estado maior da ativa. As Unidades de Competência (UC) que representam o que se espera desenvolver profissionalmente no aluno, neste caso a gestão organizacional até o nível de grande comando para cargos não privativos de oficiais do quadro de estado maior da ativa. Os Elementos de Competência (EC) que representam os passos para desenvolver as UC que neste documento se referem às competências de gestão de informação, gestão de pessoal, inteligência, gestão de ensino e instrução militar, gestão de logística, comunicação social, gestão patrimonial e de recursos orçamentários e gestão ambiental. Esses elementos representam as várias unidades didáticas que serão realizadas no transcorrer da disciplina.

As Unidades Didáticas (UD) representam a sistematização do conteúdo e os assuntos são os tópicos do aprendizado. Como exemplo, a unidade IX do PLADIS da disciplina ‘Gestão Organizacional’ que aborda a gestão ambiental é aqui dissecada. Em relação a carga horária se tem que das duzentas e vinte e cinco horas aula da UC, são utilizadas vinte e quatro horas para as UD que se subdividem em quatro assuntos a serem

relacionados mais à frente. Em relação a duração, são destinadas cinco horas aula de noções básicas de gestão ambiental, cinco horas para noções de direito ambiental, oito horas para gestão ambiental no exército e seis horas para gestão de resíduos sólidos. Os assuntos consistem em objetivos de aprendizagem que representam diferentes tipos de conteúdo (factual, conceitual, procedimental ou atitudinal) e o eixo transversal de capacidades (cognitiva, física ou motora). O objetivo é que os conhecimentos sejam internalizados e postos em prática. A abordagem das disciplinas é disposta em dois eixos. O relacionado aos objetivos de aprendizagem, contempla tipos de conteúdo que são factuais, conceituais, procedimentais ou atitudinais. O eixo transversal está relacionado ao desenvolvimento de capacidades cognitivas, físicas ou motoras. O objetivo central desse processo é assegurar que os conhecimentos sejam internalizados e aplicados na prática.

No contexto da gestão ambiental, os objetivos factuais estão relacionados a conceitos fundamentais sobre o meio ambiente e ferramentas de gestão ambiental. O eixo transversal visa desenvolver atitudes de dedicação e responsabilidade. Em relação ao tema das noções de direito ambiental, os objetivos factuais envolvem a identificação dos principais aspectos da legislação brasileira, a descrição das relações institucionais na gestão ambiental do Exército Brasileiro e a identificação do subsistema de meio ambiente da instituição. O eixo transversal destaca o desenvolvimento de atitudes de dedicação e responsabilidade.

Na seção sobre gestão ambiental no Exército, os objetivos factuais incluem o conhecimento da evolução da gestão ambiental na instituição, a compreensão da estrutura funcional voltada para a gestão ambiental e o entendimento das normas de proteção ambiental nas diversas áreas, como obras militares e projetos de engenharia. Os objetivos conceituais abordam a apresentação do plano de gestão ambiental e as atitudes desejadas são dedicação e responsabilidade. Em relação aos resíduos sólidos, elemento importante no gerenciamento do meio ambiente na instituição, a ênfase recai na identificação e gestão adequada desses resíduos, envolvendo ações como separação, acondicionamento, coleta, transporte, reciclagem, reutilização e manejo de resíduos perigosos e da construção civil. As atitudes esperadas são dedicação e responsabilidade.

A grade de avaliação da aprendizagem esclarece as modalidades que são: diagnóstica, formativa ou somativa. Os tipos de avaliação que podem ser de acompanhamento ou de controle. As ferramentas avaliativas são: exercício, questionário ou prova formal, esta última se relaciona a avaliação escrita ou oral com caráter de

registro de aprendizado. Em relação ao tópico de ‘Gestão Ambiental’, as avaliações são somativas, abrangendo as modalidades de acompanhamento e controle, sendo a prova a ferramenta utilizada, com duração de uma hora para a avaliação de acompanhamento e duas horas para a avaliação de controle.

As orientações metodológicas se referem aos procedimentos didáticos e de avaliação, meios auxiliares e medidas de segurança e apoio. Na disciplina em questão, os assuntos estão disponibilizados no Portal de Educação do Exército em ambiente virtual de aprendizagem (AVA) e a sequência é a de videoaula seguida de uma situação problema a ser solucionada pelo aluno. Finalizando, há uma avaliação formativa, tipo questionário com perguntas objetivas. A condução da disciplina é autoinstrucional.

As referências representam o escopo teórico das disciplinas e na disciplina de Gestão Organizacional em sua UD referente à Gestão Ambiental a referência se refere a duas portarias. A portaria nº 386 (Brasil, 2008), relativa à gestão ambiental no âmbito da força e a portaria nº 0001 (Brasil, 2011) que aprova as instruções reguladoras para o SIGAEB. Não existe nos referenciais nenhuma literatura específica que possa colaborar reflexivamente com essa UD, sendo o referencial teórico apenas institucional.

A ênfase na gestão ambiental acentua o caráter conservacionista adotado pelo Brasil, ao mesmo tempo que a abordagem em torno de procedimentos de inovação e desenvolvimento de produtos, uma vez que ocorrem dentro do escopo do Estado reforçam a tendência do nacional desenvolvimentismo incidente nas políticas brasileiras.

6.3 ECEME

A ECEME oferece dois cursos o de altos estudos, o CCEM ainda de nível organizacional e o CPEAEx com nível político e estratégico. O CCEM desenvolve treinamento a nível operacional, embora em um nível mais elaborado que a EsAO. A disciplina ‘Macroprocessos de Gestão Interna’, presencial, de dezesseis horas aula. Como modelo pedagógico adota estratégias de estudo preliminar, estudo dirigido, discussão dirigida ou palestra/interrogatório, pesquisa em grupo, discussão dirigida ou palestra/interrogatório, pesquisa em grupo. O processo de avaliação ocorre por avaliação formal, a qual não está especificada. O tema engloba meio ambiente vinculado a ideia de patrimônio ao abordar os tópicos gestão de material, patrimônio e meio Ambiente. Aqui o conservacionismo é pertinente as ideias de gestão e patrimônio enquanto tópicos

relativos a desenvolvimento salientam o caráter das políticas nacional desenvolvimentistas do Estado.

Quadro 16 – CCEM – Disciplina que aborda o tema

| disciplina específica que aborda o tópico | formato de entrega | carga horária |
|--|---------------------------|-------------------------------|
| Macroprocessos de Gestão Interna | Presencial | 16 horas |
| métodos de avaliação | conteúdo | anos em que o tema é abordado |
| formal | Gestão Ambiental | Não consta |

Fonte: Do Autor (2024).

No CPEAEx, com caráter estratégico e político, o tema ocorre em três disciplinas, ‘Política’, ‘Relações Internacionais’ e ‘Geopolítica’. Em ‘Política’, presencial, carga horária de trinta e seis horas, com avaliação realizada a partir de trabalhos em grupo ou individuais. Os assuntos são políticas estratégicas, planos e ações de órgãos setoriais do governo brasileiro que maneira direta ou indiretamente se relacionam com o tema sendo elas: Secretaria de Assuntos Estratégicos, Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Minas e Energia, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério da Fazenda e Banco Central. O modelo empregado fica a cargo do Curso Superior de Defesa (CSD), que ministra a disciplina. O ano de ocorrência é o de 2018. Em ‘Relações Internacionais’, presencial, carga horária de nove horas, com avaliação realizada a partir de trabalhos em grupo ou individuais. Os assuntos são: globalização e seus efeitos, organizações não-governamentais, questões ambientais, questões indígenas, crime organizado transnacional e narcotráfico, terrorismo, radicalismo islâmico, migração e seus efeitos, direitos das minorias. Esses temas de maneira direta ou indiretamente se relacionam com o tema. Os procedimentos didáticos ficam a cargo da instituição de ensino superior que ministra os assuntos, como parte do MBA. O ano do PLADIS investigado é 2018. Na disciplina ‘Geopolítica’, presencial, carga horária de dezoito horas, com avaliação realizada a partir de trabalhos em grupo ou individuais. Os assuntos são: recursos naturais que engloba recursos hídricos e principais recursos minerais e recursos energéticos que engloba condicionantes da conjuntura e situação

energética no mundo e a local: matriz energética; fontes; demandas; reservas; consumo; comércio; energia renovável; tendências, restrições, petróleo e gás e energia nuclear: situação internacional e nacional, restrições. Esses temas de maneira direta ou indiretamente se relacionam com o tema. A disciplina prevê colaboradores externos e é dividida em três partes: aula dialogada, debates e trabalhos em grupo.

6.4 VIESES ENCONTRADOS

Importante ressaltar que a análise do documento relativo à diretriz do Comandante do Exército é um ponto de partida para a análise do pensamento ambiental da Força ao dialogar com os documentos citados anteriormente além de influenciar os PLADIS. Por sua vez, esses documentos irão refletir o pensamento do comandante do Exército. As diretrizes que usualmente são bienais serão dispostas de 2017 até 2022, disponíveis da internet, as palavra-chave da análise serão ‘ambiental’ porque é tema deste trabalho e sustentável porque a linha de pensamento adotada pelo Brasil é o conservacionismo. Apenas no documento relativo ao biênio 2021-2022 aparecem referências a desenvolvimento sustentável e meio ambiente. Considera-se que a partir desse ponto a linha de pensamento conservacionista atinge o comando e como consequência a instituição.

Na análise fica perceptível que cada escola desempenha uma função altamente específica na formação dos oficiais. Analisando os PLADIS das escolas militares, percebe-se uma clara distinção nos objetivos de formação. Na AMAN há um enfoque prático e tático, desenvolvendo habilidades específicas relacionadas à liderança e execução de tarefas militares. Já na EsAO, a abordagem é mais voltada para a gestão organizacional e liderança militar, incluindo aspectos ambientais. Nos cursos da ECEME, os fatores estratégicos e políticos buscam adequar a formação com as diretrizes políticas do governo vigente. No aspecto geral, a diferenciação dos objetivos reflete as diferentes demandas e responsabilidades associadas aos oficiais formados em cada instituição.

Ao analisar as diferenças entre as escolas militares em termos de o formato de entrega, a carga horária, a disciplina específica que aborda o tópico, os métodos de avaliação, o conteúdo e os anos em que o tema é abordado frequência, conteúdo e avaliação, observa-se que cada instituição prioriza o que considera prioritário para a formação dos oficiais. Na AMAN, a atenção está mais voltada para habilidades técnicas e táticas, enquanto na EsAO, a gestão e a liderança organizacional, incluindo temas

ambientais, recebem destaque. A variação nos critérios reflete a abordagem específica de cada escola para preparar seus oficiais. A falta de uniformidade nessas áreas sugere que as diretrizes políticas estabelecidas pelo Estado Maior definem a prioridade dada a questão ambiental muda em função das necessidades estabelecidas.

Para entender o nível de prioridade atribuído ao meio ambiente em cada etapa formativa, é crucial comparar a carga horária e os métodos de avaliação com os outros assuntos da formação do oficial. Na AMAN, onde as disciplinas técnicas e táticas são predominantes, questões ambientais podem ter uma presença menor, refletindo talvez uma priorização de aspectos operacionais. Por outro lado, na EsAO, onde a gestão e liderança organizacional são enfatizadas, o meio ambiente recebe maior atenção, indicando uma conscientização sobre a importância da sustentabilidade nas atividades militares. Na ECEME, a adequação política vai refletir o que a sociedade espera da instituição. Uma vez que a própria política nacional não tem uma estratégia clara em relação ao enfrentamento da crise climática e o foco ambiental está ligado ao desenvolvimento, a instituição tende a reproduzir esses anseios.

Na análise dos PLADIS, foram encontrados dois focos de atuação em relação ao meio ambiente. Uma relativa à gestão ambiental e outra como demanda a função subsidiária, ou seja, em relação às operações de socorro. Contudo a falta de menção a mudança climática é algo que chama atenção pois como discutido anteriormente, vem sendo abordado pelas forças armadas de outros países. No âmbito geral, a gestão ambiental é a que possui maior incidência uma vez que é abordada em diversos momentos da formação do oficial de comando, inclusive ocupa uma UD completa relacionada a disciplina de Gestão Organizacional que é disponível a todos alunos. Um ponto a ser considerado é que a abordagem em termos de gestão faz convergir o cuidado ambiental para o cuidado patrimonial, ou seja, ao se cuidar do meio ambiente se busca cuidar do patrimônio público. O militar é um funcionário da máquina estatal e como tal deve compreender que os meios que dispõe para a realização de seu trabalho, inclusive o meio ambiente, pertencem ao bem comum e, portanto, são passíveis de prestação de contas. Essa abordagem do gerenciamento de recursos tem características operacionais para os oficiais subalternos que ficam encarregados de administrar ações rotineiras de condução das tarefas que somadas corresponderão a um projeto maior cuja função gerencial é delegada aos oficiais intermediários. O conservacionismo e o nacional desenvolvimentismo adotado na Constituição e regrado na Política Nacional de Meio Ambiente está representado nessa política, seja para buscar enfatizar as possibilidades

ambientais ao resguardar os serviços ambientais para o futuro, seja em maximizar os serviços ambientais do seu território.

Outra vertente na formação dos oficiais em relação ao meio ambiente, que aparece nos PLADIS a partir da formação dos oficiais intermediários, trata de preparar os indivíduos para atividades de integração civil-militar nas atividades subsidiárias. Quanto aos oficiais superiores e aos generais, o aprendizado se destina a instrumentalizá-los para liderar operações de socorro às vítimas de desastres ambientais ou para auxílio em ações de policiamento ambiental. Mais uma vez a junção entre o desenvolvimentismo e o conservacionismo estão presentes nesse modelo. Ao servir de amparo às externalidades do desenvolvimento e garantir o cumprimento da lei, o Exército se torna um ator importante para o Estado.

Normativamente esse aprendizado busca instrumentalizar os militares para atender as prescrições do decreto 7957/13 (Brasil, 2013), que institui o Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente e regulamenta a atuação das Forças Armadas na proteção ambiental ou na portaria nº 61/2005 (Brasil, 2005), que regula o emprego da Força Terrestre na faixa de fronteira. Ainda que a relação Exército e meio ambiente se estabeleça em um espaço maior que o da organização militar, a visão que persiste é a de gerenciar o meio ambiente como bem público como disposto na lei 6.938/81 (Brasil, 1981), que dispõe sobre a política nacional do meio ambiente. Uma vez que a formação militar é diretamente relacionada com o desenvolvimento de liderança, busca-se instrumentalizar os oficiais superiores para o gerenciamento das relações interinstitucionais e administração da resolução do problema dentro das normativas legais. Em relação à ausência de políticas relativas as mudanças climáticas ocorrem que a atuação em desastres naturais cuja necessidade de resposta mobiliza a instituição, a falta de menção a esse assunto implica que a ação está focada no sintoma e que as causas não têm a devida consideração. Quer dizer a emergência é mais importante que o estabelecimento de uma rotina que venha a colaborar com a resiliência do Estado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao perguntar sobre quais as visões sobre o meio ambiente estão presentes nos PLADIS das escolas de ensino superior do Exército, especificamente AMAN, EsAO e ECEME no período entre 2014 e 2022. Na verificação desses documentos, buscou-se capturar disciplinas ou assuntos que fossem diretas ou indiretamente relacionadas ao tema, a saber a interface entre meio ambiente e defesa. Assim como a sociedade suas visões sobre o assunto, a premissa desse trabalho é a de que o Exército também teria. Considerando as bases da instituição, disciplina e hierarquia, concluiu-se que os PLADIS seriam o instrumento ideal de análise.

O conservacionismo como visão ambiental e o nacional desenvolvimentismo como viés econômico estiveram presentes em toda a análise, pensados explicitamente ou implicitamente esses elementos permeiam as políticas brasileiras do mesmo modo que estão presentes na formação dos oficiais de carreira do Exército. Esse achado esteve latente desde as primeiras análises da pesquisa onde se concluía que os problemas ambientais ao mesmo tempo que tinham origem no modelo econômico, afetam o desenvolvimento do país diretamente. Essa percepção foi constituída ao longo de cinco etapas percorridas para responder à pergunta inicial.

No primeiro capítulo foi apresentado o desenho da pesquisa. Considerando-se o tema, a interface entre meio ambiente e defesa, e o objeto da pesquisa se percebeu que ainda não há extensa literatura em relação ao assunto. Portanto era necessário criar um modelo inovador que fosse apropriado para a pesquisa. Definiu-se os limites, os objetos e a população a ser estudada para então traçar o caminho para responder à pergunta inicial. Importante compreender que os quatro capítulos posteriores se complementam como um quebra cabeça no qual cada parte depende da outra para se ter sentido.

O segundo capítulo buscou fornecer as bases conceituais da pesquisa ao discutir as raízes do problema ambiental e como isso afeta de modos desiguais a diferentes contextos geopolíticos que assim, desenvolvem visões singulares para lidar com o problema. O conservacionismo, o preservacionismo e o negacionismo foram discutidos para, ao serem confrontados com vieses de política econômica como o liberalismo e o nacional desenvolvimentismo, fornecer bases para a compreensão de qual visão ambiental é ensinada nas escolas de ensino superior militar. Posteriormente, esse debate foi incorporado na equalização dos indicadores utilizados na análise dos PLADIS, A ausência ou a presença de um determinado assunto pode convergir para uma visão em

detrimento da outra. Desse modo, as metas das diferentes visões são refletidas nos planos disciplinares.

No terceiro capítulo, ao investigar sobre a interface entre meio ambiente e defesa buscou-se discutir como o conceito de segurança tradicional passou a coexistir com o conceito de segurança humana, relacionado diretamente com o paradigma do desenvolvimento no qual crises ambientais são um elemento a requerer atenção por parte dos Estados. Para ilustrar as conclusões, buscou-se examinar as ações de Forças militares da OTAN, da China, da Índia e da Rússia para posteriormente comparar com as políticas brasileiras relativas à intersecção entre meio ambiente e defesa. Esse capítulo buscou investigar o papel das instituições e ao focar nas especificidades do Exército, ao analisar sua característica de insulamento buscou encontrar pontos de contato entre a formação do indivíduo militar e a lógica da instituição total de Goffman. Compreendendo que o aprendizado do oficial se baseia na introjeção de modelos acabados, examinou-se o papel do adestramento militar na formação desse indivíduo. Uma vez cumpridos esses passos, pela análise de normativas é órgãos do Exército Brasileiro se buscou chegar a um retrato de como a formação do oficial impacta na condução das políticas públicas. Para responder a pergunta de pesquisa, esse capítulo colaborou ao discutir sobre o conceito de defesa e apresentar os meios com os quais outros países, assim como o Brasil, estão a lidar com o tema.

O quarto capítulo buscou compreender o papel da instituição, Exército, tanto na formação militar quanto nas características que lhe são peculiares. A sessão referente aos impactos da formação militar em políticas de meio ambiente se constituiu como ilustração para essa reflexão. A instituição que possui características de formação insulada, aos moldes da instituição total de Goffman, educa seus indivíduos por meio de um padrão de desenvolvimento de uma ética na qual os objetivos se tornam valores e o individual oferece espaço para o coletivo. Isso foi importante por retratar a prática ambiental da instituição, o que implica em demonstrar como o que é aprendido é posto em prática.

No quinto capítulo, apresentou a ferramenta criada para a análise dos PLADIS. Uma vez que havia uma lacuna na produção acadêmica em relação a análise do viés contido no aprendizado dos agentes públicos em relação à questões ambientais. Foi necessário adequar o conteúdo dos planos de ensino a seis indicadores, os quais: disciplina específica que aborda o tópico, formato de entrega, carga horária, métodos de avaliação, conteúdos e os anos em que o tema foi abordado dentro dos limites temporais da pesquisa. A partir desses parâmetros foram deduzidas as conclusões deste trabalho.

No sexto capítulo, a luz das premissas levantadas nos capítulos anteriores, dissecase os PLADIS cujo critério de escolha se deu por abordarem assuntos direta e indiretamente relacionados ao tema, por meio de seis indicadores, disciplina específica que aborda o tópico, formato de entrega, carga horária, métodos de avaliação, conteúdos e os anos em que o tema foi abordado dentro dos limites temporais da pesquisa. Para melhor compreensão, os indicadores foram representados através de quadros explicativos e discutidos posteriormente.

Importante lembrar que em relação ao meio ambiente, a visão conservacionista foi a com maior evidência, mas subordinada a um paradigma nacional desenvolvimentista que é revelado tanto nos documentos do Estado brasileiro quanto nas normativas militares, em especial nos PLADIS. O modelo desenvolvimentista dos anos 1970, com grande ênfase na ocupação territorial e na maximização da extração de recursos possui muita influência em relação ao grupo. Outro ponto, com grande importância, é a ênfase dada à gestão ambiental que representa a necessidade de maximizar os serviços ambientais e a preservação da saúde dos indivíduos. Porém, o conservacionismo que ocupa um lugar menor em relação ao desenvolvimentismo, é ilustrado pelo termo sustentável em muitos documentos o que converge com o escopo normativo brasileiro. As funções subsidiárias são apresentadas inclusive com ênfase no relacionamento com outros órgãos de governo com foco na proteção ambiental, tal como disposto na Lei Complementar 97/1999 (Brasil, 1999). O ponto é que o modo como se concebe uma visão conservacionista foi se modificando a partir de novas necessidades que foram se apresentando, o problema é que o Exército parece de algum modo não acompanhar a velocidade com que a visão se transforma.

A considerar os indicadores utilizados, formato de entrega, a carga horária, a disciplina específica que aborda o tópico, os métodos de avaliação, o conteúdo e os anos em que o tema é abordado. Foi percebido que a frequência do tema não obedece a um padrão. O tema aparece mais em alguns anos em detrimento de outros, nem sempre possui a formalidade dispensada a outros assuntos pois uma vez diluído em outros temas, não fica claro como é transmitido. Porém, há uma disciplina de ‘Gestão Ambiental’ que ocorre na engenharia e oferece meios para gerenciar as necessidades legais em relação ao tema. O próprio caráter de gestão dado ao assunto assume a condição de meio ambiente enquanto patrimônio que é fortemente relacionado à visão conservacionista. Outro elemento importante se diz respeito a incidência da disciplina de ‘Economia’ no início da carreira, primeiro ano da AMAN, e no final com a disciplina de ‘Geopolítica’ no CPEAEx

com ênfase em assuntos relacionados ao desenvolvimento. Esses conteúdos corroboram para uma visão nacional desenvolvimentista tal como visto na revisão teórica. Um ponto a ser considerado é a ausência de tópicos que levem a securitização do meio ambiente. Embora essa seja a tônica de muitos países, a depender da análise curricular brasileira, não é a norma local.

7.1 CONTRIBUIÇÕES

A investigação dos PLADIS representa algo importante pois o tema ainda é pouco estudado na academia e a compreensão relativa à formação de um agente público importante como o oficial de carreira gera maior segurança em relação ao poder do Estado, visto que ao se considerar a definição werberiana na qual o Estado é o possuidor do monopólio legítimo da violência, é preciso enxergar a isonomia desse ator. Existe na literatura trabalhos de antropologia militar que foram citados ao longo do texto do mesmo modo que uma bibliografia preocupada com a interface entre meio ambiente e defesa, alguns sobre as ações militares em torno de questões ambientais, porém não há oferta de trabalhos que busquem esses temas nos documentos formativos militares. A percepção das visões implícitas nesses documentos é de fundamental importância para a compreensão da instituição. Ou seja, acredita-se que este trabalho tenha dado contribuições para a literatura científica especializada na área de Defesa Nacional, por jogar luz sobre assuntos como a formulação da política de defesa, o ensino superior militar e a percepção sobre temas climáticos que existem nesses ambientes.

Partindo do entendimento que a visão ambiental é uma das bases da percepção de mundo desses indivíduos e baseada nas experiências passadas, nas lições aprendidas e dos valores, ao se compreender como o entendimento de meio ambiente é assimilado aos conteúdos planejados para as instituições de ensino superior do Exército, fica posto um elemento de governança pois na gestão da defesa enquanto política pública, e sendo o Exército uma instituição de Estado, é factível que esse agente deve prestar contas de sua isonomia para com a sociedade.

Dos achados deste trabalho, o conservacionismo foi a visão ambiental mais evidente nos PLADIS subordinada ao paradigma nacional desenvolvimentista da própria PNMA. A evidência de uma disciplina de Gestão Ambiental e a subordinação do tema a um departamento de administração de patrimônio, o DPIMA, propõe critérios valorativos às questões ambientais. Isso cria um ponto de contato entre a economia e o meio ambiente

porque uma vez que os problemas ambientais estão relacionados ao modelo econômico adotado para o desenvolvimento do país, as visões ambientais são impactadas por questões econômicas e políticas.

Outros achados se relacionaram a formação dos oficiais de carreira, incluídos em um modelo institucional insulado no qual o roteiro de aprendizado é estabelecido por meio de diretrizes que representam a visão do alto comando, influencia diretamente a condução das políticas públicas relacionadas ao meio ambiente realizadas por parte da Força. O dado de que enquanto função subsidiária, a proteção do meio ambiente e ações relativas ao socorro de desastres naturais ocorrerem em cooperação com agências civis, a disciplina de Operações Militares de Não Guerra forneceu dados para a conclusão de que a formação do oficial busca atender a essa demanda.

Dentre os silêncios dessa análise deve ser considerado que uma vez que a causa de muitos eventos em que o Exército é demandado possui origem nas mudanças climáticas, a ausência do assunto no material examinado gera a preocupação de que a percepção sobre as questões climáticas seja dirigida por outros atores que podem não ser coerentes com a instituição. A politização do tema na sociedade deve encontrar espaço na percepção desses indivíduos e afetar a sensibilidade em relação ao enfrentamento dessa crise. A influência da sociedade na formação do oficial de carreira é outro elemento que não é perceptível na análise dos PLADIS, embora a incidência maior de assuntos relativos a questões ambientais seja maior em alguns anos, o que pode representar alguma interferência da política vigente na formação desses indivíduos, a ausência de uma abordagem oficial em relação a questões climáticas, apesar da evidência inequívoca dos impactos negativos das mudanças climáticas para as sociedades do mundo e, inclusive, para a defesa, é algo que precisa ser mais estudado.

7.2 LIMITAÇÕES E POSSIBILIDADES DE PESQUISAS FUTURAS

A compreensão da visão ambiental do exército, a conexão entre Defesa e meio ambiente e a possibilidade de contribuir com a literatura acadêmica ao trazer o tema foram as motivações desta pesquisa. A visão ambiental do Exército, apesar da carência de literatura relativa ao assunto foi deduzida a partir da análise dos PLADIS do mesmo modo que a revisão bibliográfica forneceu elementos para fundamentar a interface entre questões ambientais com questões de defesa. Porém nenhum trabalho científico é perfeito

porque ao longo do processo encontra dificuldades e limitações. Esta dissertação não escapa dessa realidade inevitável. A primeira limitação dessa pesquisa foi a burocracia institucional que dificultava o acesso aos documentos da análise. Disso, deve ser considerado que a própria legislação serviu de entrave pois dispositivos como a lei nº 12.527 de 2011 (Brasil, 2011), que regula o acesso a informação e a portaria nº 1702 de 2019 (Brasil, 2019c) que prescreve a possibilidade de destruição de documentos com mais de cinco anos de inatividade tornaram impossível o acesso a alguns documentos. Tanto assim que inicialmente se pensou em analisar desde 1992, com o marco da ECO 1992, ou até 1985, com a redemocratização, mas isso foi impossível, pois as fontes disponíveis não permitiram.

Em relação aos estágios, como os cursos de biomas do Exército são designados, seja de selva, pantanal ou caatinga, é importante colocar que devido aos efeitos da Lei de Acesso à Informação não foi possível ter acesso aos planos de disciplina para investigar as possíveis referências ambientais desses treinamentos. Poderia ter sido útil para referendar os dados dos cursos de formação superior investigados. A exclusão do Instituto Militar de Engenharia, deveu-se ao fato de que esse curso não tem como objetivo a formação político administrativa do tomador de decisões da instituição, mas os conteúdos ambientais do IME podem ser úteis à outras pesquisas. Porém ainda assim o trabalho se sustenta ao se considerar que todos os oficiais com capacidade de chegar ao generalato passem pelas escolas eleitas.

Outra limitação a ser considerada deve-se ao fato de que por não haver outros trabalhos a investigarem visões em planos disciplinares foi preciso criar uma metodologia que atendesse as necessidades da pesquisa o que foi ocorrendo no desenrolar da pesquisa. Foi um desafio, pois o principal objetivo desta dissertação nunca foi uma contribuição metodológica. Porém é importante ressaltar que foi suficiente para chegar as conclusões pois quando confrontadas com a investigação teórica se mostraram que as premissas levantadas em relação a haver uma visão ambiental incluída nesses documentos.

Na investigação dos PLADIS, foi percebida a ausência de menções às mudanças climáticas, ao se deparar com a demanda que a instituição precisa absorver e o fato de que esse tipo de conteúdo está presente no preparo de outros exércitos faz a necessidade do Brasil responder a essa demanda. As mudanças climáticas podem influenciar o modo como o Exército atua, além dos desastres ambientais que deslocam grupamentos para a ação. Palestras relacionadas ao assunto são realizadas esporadicamente, mas por não haver institucionalidade e sistematicidade correm o risco de serem vistas como menos

importantes. Isso se torna um problema pois como foi percebido no estudo, Forças como a OTAN, EUA e Reino Unido têm em seus documentos de defesa não apenas menções às mudanças climáticas, mas a promessa de planos de formação sobre o tema e seria importante para o Exército brasileiro realizar essa atualização. A assimilação institucional das mudanças climáticas por parte do Exército é importante, pois as capacidades de gerenciamento de informações, a capilaridade e a disponibilidade da instituição podem colaborar com outros órgãos do governo e aumentar a resiliência do país em relação ao problema. Cabe mencionar que a partir de 2022, o tema das mudanças climáticas passou ocupar maior espaço na agenda de debates dos ambientes militares. Ocorreram simpósios e seminários, como foi o caso do seminário ‘Mudanças climáticas e Defesa Nacional: desafios e oportunidades’ (Seminário [...], 2024). É possível que outras devam ter ocorrido, porém, não há meios como saber quais palestras foram ministradas ao longo desse período, pois não fazem parte dos PLADIS. Outro ponto se relaciona à dificuldade de conseguir entrevistas. Os militares veem isso como um assunto sensível e tendem a recusar entrevistas. Falam com você informalmente, desde que não seja usado para a dissertação.

Outro ponto importante a se considerar é que o trabalho foca no processo documentado da formação desses militares, seria de grande interesse compreender o papel de outras instituições com poder de influência para a educação desses indivíduos como suas famílias, igrejas e clubes. Compreendendo que a partir da visão ambiental, um indivíduo pode ter em relação ao assunto maior sensibilidade e urgência, conhecer mais sobre a individualidade do militar pode ser uma chave para compreender melhor essa população. Uma pesquisa de *survey* combinada com as informações desse trabalho poderia identificar tanto uma visão diferente, quanto perceber de onde partiu a divergência caso houvesse. Aqui, ficaria uma sugestão de futuros trabalhos. As mudanças climáticas vêm ocupando crescentemente espaço na sociedade. Uma pesquisa de modelo *survey* identificando quais são as percepções dos indivíduos sobre mudanças climáticas a partir de suas experiências pessoais e profissionais a serem confrontadas com a literatura produzida na instituição sobre o tema pode retratar como os debates da sociedade se infiltram na instituição. Outro futuro rumo para a pesquisa é replicá-las na Força Aérea e na Marinha, ou mesmo fazer essa pesquisa em perspectiva comparada com outros países. Uma vez assimilado o modo de abordagem, expandir para investigar outros agentes públicos de função burocrática com características de insulamento e hierarquia como o Itamaraty, a ABIN, as Polícias Militares entre outros órgãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEMANHA. Governo Federal. **Guidelines on Preventing Crises, Resolving Conflicts, Building Peace**. Berlin: Federal Foreign Office, 2017. Disponível em: <https://www.auswaertiges-amt.de/blob/1214246/057f794cd3593763ea556897972574fd/preventing-crises-data.pdf>. Acesso em 10 jul. 2024.

ALIER, Joan Martínez. El ecologismo de los pobres: conflictos ambientales y lenguajes de valoración. 6. ed. Barcelona: Editorial Icaria, 2021.

BARBI, Fabiana. Governing climate change in China and Brazil: mitigation strategies. **Journal of chinese Political science**, [s. l.], v. 21, p. 357-370, 2016.

BARRETO, Carlos Alberto Lima Menna. **A Farsa Ianomâmi**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

BELCHER, Oliver; BIGGER, Patrick; NEIMARK, Ben; KENNELLY, Cara. **Hidden carbon costs of the “everywhere war”**: logistics, geopolitical ecology, and the carbon boot-print of the US military. London, Transactions of the Institute of British Geographers, v. 45, n. 1, p. 65-80, march 2020.

BENELLI, Silvio José. **A lógica da internação**: instituições totais e disciplinares (des) educativas. São Paulo: Ed. da UNESP, 2014.

BRASIL. **Decreto nº 7.957, de 12 de março de 2013**. Institui o Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente e regulamenta a atuação das Forças Armadas na proteção ambiental; altera o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/decreto/D7957.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.957%2C%20DE%2012,2004%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em: 22/05/2024.

_____. **Emenda constitucional nº 18, de 1998**. Dispõe sobre o regime constitucional dos militares. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc18.htm Acesso em: 22 abril 2024.

_____. **Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980**. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Brasília: Presidência da República, 1980. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6880.htm . Acesso em: 15 abril de 2024.

_____. **Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1981. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm . Acesso em: 15 abril de 2024

_____. **Lei complementar nº 97, de 9 de junho de 1999**. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília, DF: Presidência da República, 1999a. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm Acesso em: 22 maio 2024.

_____. **Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999.** Dispõe sobre o ensino no exército brasileiro e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9786.htm. Acesso em: 22/05/2024.

_____. **Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.** Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima PNMC e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/112187.htm . Acesso em: 22 maio 2024.

_____. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011c.

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

_____. Ministério da Defesa. **Defesa e Meio Ambiente: Preparo com Sustentabilidade. Ministério da Defesa.** Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2017a. Disponível em https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/livro_verde/livrodefesaa_meioambiente.pdf/@download/file/livrodefesameioambiente.pdf . Acesso em: 22/05/2024.

_____. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa.** Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2012a. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf> . Acesso em: 22/05/2024.

_____. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa / Estratégia Nacional de Defesa.** Versão enviada para apreciação do Congresso Nacional. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020a. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/pnd_end_congresso_.pdf . Acesso em: 22/05/2024.

_____. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **Manual de Doutrina Básica da Força Aérea.** Volume II. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020b.

_____. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **Manual de Práticas Ambientais nas Organizações Militares da Força Aérea Brasileira.** Brasília, DF: DIRINFRA, 2019a.

_____. Ministério da Defesa. Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (DPIMA). **Competências.** 11 de julho de 2019. Site da DPIMA. 2019b. Disponível em <http://www.dpima.eb.mil.br/index.php/en/competencias>. Acesso em: 22/05/2024.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Academia Militar das Agulhas Negras. **Missão, Visão e Valores.** 28 de março de 2019. Site da Academia Militar das Agulhas Negras, 2019e. Disponível em: <https://www.aman.eb.mil.br/missao-visao-e-valores>. Acesso em 15/06/2024.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Departamento de Educação e Cultura do Exército. Instruções reguladoras para a organização, o funcionamento e a matrícula nos cursos de aperfeiçoamento militar e de aperfeiçoamento de oficiais médicos. 4. ed. Rio de Janeiro, DECEX, 2021a. Disponível em https://www.esao.eb.mil.br/images/2024/abril/documentos/sead/Port_529-decex_irofrcam.pdf. Acesso em: 22/05/2024.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Departamento de Engenharia e Construção. Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente. **Cartilha: Práticas Ambientais nas Organizações Militares do Exército Brasileiro**. Brasília, DF: DEC: DPIMA, 2017b. Disponível em: [https://www.eceme.eb.mil.br/images/conteudo/destaque/Cartilha Praticas Ambientais Versao Grafica.compressed.pdf](https://www.eceme.eb.mil.br/images/conteudo/destaque/Cartilha_Praticas_Ambientais_Versao_Grafica.compressed.pdf). Acesso em 22 maio 2024.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Escola Preparatória de Cadetes do Exército. **Curso de Formação**. Campinas, 2012c. Disponível em <https://espce.eb.mil.br/index.php/divisao-de-ensino/curso-de-formacao>. Acesso em 15/06/2024.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Liderança Militar: manual de campanha C 20-10**. 2.ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2011a. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/302/1/C-20-10.pdf> Acesso em: 22 maio 2024.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Secretaria-Geral do Exército. **Manual de Fundamentos Doutrina Militar Terrestre (EB20-MF-10.102)**. 3ª Edição, Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2022a.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Secretaria-Geral do Exército. **Portaria nº 061-Cmt Ex, de 16 de fevereiro de 2005**. Aprova a Diretriz Estratégica para atuação na faixa de fronteira contra delitos transfronteiriços e ambientais, integrante das Diretrizes estratégicas do Exército (SIPLEX-5) e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2005. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/006_outras_publicacoes/01_diretrizes/01_comando_do_exercito/port_n_061_cmdo_eb_16fev2005.html#:~:text=Aprova%20a%20Diretriz%20Estrat%C3%A9gica%20para,%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em: 22 maio 2024.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Secretaria-Geral do Exército. **Portaria nº 386, de 9 de junho de 2008**. Aprova as Instruções Gerais para o Sistema de Gestão Ambiental no Âmbito do Exército (IG 20-10) e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2008. Disponível em: [http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/002_instrucoes_gerais_reguladoras/01_gerais/port_n_386_cmdo_eb_09jun2008\(republicacao\).html](http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/002_instrucoes_gerais_reguladoras/01_gerais/port_n_386_cmdo_eb_09jun2008(republicacao).html) Acesso em: 22 maio 2024.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Secretaria-Geral do Exército. **Portaria 001-DEC, de 26 de setembro de 2011**. Aprova as Instruções Reguladoras para o Sistema de Gestão Ambiental no Âmbito do Exército (IR 50 - 20). Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2011b. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/002_instrucoes_gerais_reguladoras

/02_reguladoras/06_departamento_de_engenharia_de_construcao/port_n_001_dec_26set2011.html Acesso em: 22 maio 2024.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Secretaria-Geral do Exército. **Portaria nº1.200, de 20 de setembro de 2016**. Aprova o Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (EB10-R-05.002) e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2016.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Secretaria-Geral do Exército. **Portaria Nº 1.702-Cmt Ex, de 22 de outubro de 2019**. Aprova as instruções gerais para Avaliação de Documentos do Exército (EB10-IG-01.012), 3ª Edição, 2019. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2019c. Disponível em: https://www.dphcex.eb.mil.br/images/AsseGDoc/Processo-de-Avaliacao-Documental-2020/Legislacoes-Basicas-sobre-Eliminacao-de-Documentos/instrucoes_gerais_para_avaliacao_de_documentos_do_exercito_eb10-ig-01012-ATUAL.pdf . Acesso em 24/06/2024

_____. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. Diretoria de Portos e Costa. **Cartilha de educação ambiental para militares da Marinha do Brasil**. Rio de Janeiro: DPC, 2012b. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/cppb/sites/www.marinha.mil.br/cppb/files/cartilha_gestao_ambiental.pdf Acesso em: 22 maio 2024.

_____. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Secretaria de Proteção e Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil. **Atlas Digital de Desastres no Brasil**. Brasília: MIDR, 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. *In*: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter.(Org.). **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p.1-28.

_____. **Estado desenvolvimentista, nacionalismo e liberalismo**. 2012. Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/papers/2012/372-Estado-Desenvovimentista-Nacionalismo-Liberalismo-exLilian.pdf> Acesso em: 22 maio 2024.

BRZOSKA, Michael. Climate change and the military in China, Russia, the United Kingdom, and the United States. [s. l.], **Bulletin of the Atomic Scientists**, v.68, n.2, p.43-54, 2012.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: A New Framework for Analysis**. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CARRASCO, Lorenzo; PALACIUS, Silvia; LINO, Geraldo Luís. **Máfia Verde: o ambientalismo a serviço do governo mundial**. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2019.

CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____, Celso. **O espírito militar: um antropólogo na caserna**. São Paulo: Ed. Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

CHINELLI, Fernanda. Pesquisa e Aliança: o trabalho de campo com mulheres de militares. In CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero (Org.). **Antropologia dos Militares: reflexões sobre pesquisas de campo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

COMISSÃO EUROPÉIA. **Migration and Home Affairs. Asylum, Migration and Integration Fund (2021-2027)**. Site Asylum, migration and integration funds, 15 may 2024. Disponível em https://home-affairs.ec.europa.eu/funding/asylum-migration-and-integration-funds/asylum-migration-and-integration-fund-2021-2027_en . Acesso em 04 ago.2024

DALBY, Simon. A New Geopolitics for the Anthropocene. **Green European Journal**, [s.l.], v.22, p. 139-143, winter 2021. Disponível em <https://www.greeneuropeanjournal.eu/a-new-geopolitics-for-the-anthropocene/>. Acesso em 16 jun. 2024.

DIAS, Guilherme Moreira; BARROS, José Maria Sydow de; BARBOZA, Túlio Pires. A evolução das operações de paz da ONU sob o enfoque da segurança humana: o dilema na questão do Saara Ocidental. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, [s. l.] v. 8, n. 15, 2023. DOI: 10.22456/2448-3923.127443. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbea/article/view/127443>. Acesso em: 16 jun. 2024.

DOBSON, Andrew. **Environmental politics: A very short introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

DRÖGE, Susanne. **Klimawandel als Sicherheitsproblem: Prioritäten für Deutschlands Sicherheitsratsstz 2019-2020**. SWP-Aktuell, 2018.

DUARTE, Rubens de Siqueira. Mudanças climáticas e Forças Armadas nos documentos oficiais de defesa. **Diálogos Soberania e Clima**, Brasília, v. 2, n.1, p.4-12, 2023.

_____, Rubens de Siqueira. Trajetória Sinuosa: Surgimento de uma dimensão pública na formulação da Política de Defesa no Brasil? **Dados: Revista de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 65, 2022.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Department of the Army, Office of the Assistant Secretary of the Army for Installations, Energy and Environment. **United States Army climate strategy**. Washington, DC: 2022. Disponível em: https://www.army.mil/e2/downloads/rv7/about/2022_army_climate_strategy.pdf, 2022. Acesso em 16 jun. 2024.

FERNANDEZ NUNES, Richard *et al.* Meio ambiente e defesa nacional: Brasil. **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, v. 25, n.1, p.1-25, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/RMM/article/view/138/138>. Acesso em: 10 jul. 2024

FERREIRA, Gicele Brito. Conservacionismo ambiental, assistência social eo atendimento a populações tradicionais. **Serviço Social & Sociedade**, [s. l.], v. 147, n. 3, p. e-6628368, 2024.

FISCHER-KOWALSKI, Marina; HABERL, Helmut. Sustainable development: socio-economic metabolism and colonization of nature. **International Social Science Journal**, [s. l.], v. 50, n. 158, p. 573-587, 1998.

FRANÇA. Ministère des Armées. **Livret de présentation de la Loi de Programmation Militaire 2024-2030**. Paris: Ministère des Armées, 2023. Disponível em: <https://www.defense.gouv.fr/sites/default/files/ministere-armees/Livret%20de%20pr%C3%A9sentation%20de%20la%20Loi%20de%20programmation%20militaire%202024-2030%20%286%20avril%202023%29.pdf> . Acesso em 10 jul. 2024.

_____. Ministère des Armées. **Stratégie Climat & Défense**. Paris: Ministère des Armées, 2022. Disponível em: <https://www.defense.gouv.fr/sites/default/files/ministere-armees/Pr%C3%A9sentation%20strat%C3%A9gie%20Climat%20et%20d%C3%A9fense.pdf> . Acesso em 10/07/2024.

FUKUYAMA, Francis. **Construção de Estados: governo e organização no século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2005.

GILPIN, Robert. **Global Political Economy: understanding the international economic order**. Princeton: Princeton University Press, 2002.

GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY. **Funding**. Site do GEF. Washington, DC: 2024. Disponível em <https://www.thegef.org/who-we-are/funding> . Acesso em 04/08/2024.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

HADDAD, Paulo Roberto. **A Amazônia e as ideologias ambientalistas**. [S. l.]: e-galáxia, 2021.

HOMER-DIXON, Thomas F.; BOUTWELL, Jeffrey H.; RATHJENS, George W. Environmental change and violent conflict: Growing scarcities of renewable resources can contribute to social instability and civil strife. In: MACHILIS, Gary *et al.* (Ed.). **Warfare Ecology: A New Synthesis for Peace and Security**. Dordrecht: Springer Netherlands, 2011. p. 18-25.

HARAWAY, Donna. Ficar com o problema: Antropoceno, Capitaloceno, Chthuluceno. In: MOORE, Jason W. (Org.). **Antropoceno ou capitaloceno: natureza, história e a crise do capitalismo**. São Paulo: Elefante, 2022.

HUNTINGTON, Samuel P. **O soldado e o Estado**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.

JAYARAM, Dhanasree. From “spoiler” to “bridging nation”: the reshaping of India’s climate diplomacy. **Revue internationale et stratégique**, [s. l.], n. 1, p. 181-190, 2018.

JENKINS. Andrew P. A Transformação do Adestramento de Unidades com a Ciência da Aprendizagem. **Military Review: Revista Profissional do Exército dos EUA**, Kansas, v.72, n.2, p.34-42, segundo Trimestre de 2017. Disponível em: <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Edicao-Brasileira/Arquivos/Segundo-Trimestre-2017-Edicao-Brasileira/A-Transformacao-do-Adestramento-de-Unidades-com-a-Ciencia-da-Aprendizagem/#>. Acesso em 04 ago. 2024.

KALDOR, Mary. **New and old wars**: organised violence in a global era. Stanford: Stanford University Press, 2012.

_____, Mary. The Green Deal at the Service of Human Security. **GREEN**, Paris, v. 3, n. 1, p. 55-60, 2023.

KEOHANE, Robert O. **After hegemony**: Cooperation and discord in the world political economy. Princeton: Princeton university press, 2005.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and interdependence**. 4. ed. Glenview: Pearson, 2011.

KINGDON, John W. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. 2nd Ed. Pearson Education, 1997.

KRZYSCZAK, Fabio Roberto. As Diferentes Concepções de Meio Ambiente e Suas Visões. **Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai -IDEAU**, v. 11, n. 23, 2016. Disponível em: <https://www.bage.ideau.com.br/wp-content/files_mf/9c9c1925f63120720408c5260bb0080d355_1.pdf>. Acesso em: 1 set. 2024.

LAGO, André A. C. Conferências de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: FUNAG. 2013.

LINDBLOM, Charles. **El proceso de elaboración de las políticas**. Madrid: Ministerio para las Administraciones Publicas, 1991.

MAZO, Jeffrey. **Climate conflict**: How global warming threatens security and what to do about it. Oxford: Routledge, 2010.

MEARSHEIMER, John J., The False Promise of International Institutions. **International Security**, Cambridge, MA, v.19, n.3, p.5-49, winter 1994.

MENEZES, Henrique Zeferino. Introdução: apresentando os objetivos de desenvolvimento sustentável. In: Menezes, Henrique Zeferino (Org.). **Os objetivos de desenvolvimento sustentável e as relações internacionais**. João Pessoa: UFPB, 2019. p. 11-19.

MILANI, Carlos R. S. Antropoceno como conceito e diagnóstico: implicações para o multilateralismo e na perspectiva do Brasil. In: PENNA, Caetano C. R. Et al. **Realinhamentos políticos e econômicos globais: implicações para o Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI, 2022. p.62-64.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: Ed. da UNB: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

MOSHER, David E. *et al.* **Green Warriors**: Army Environmental Considerations for Contingency Operations from Planning Through Post-Conflict. Santa Monica, CA: RAND, 2008. Disponível em <https://www.rand.org/pubs/monographs/MG632.html>. Acesso em 10 jul. 2024.

OLIVEIRA, Fabiano Melo Gonçalves de. **Direito ambiental**. São Paulo: Método, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). United Nations Development Programme. **Forging a global South**: United Nations day for south-south cooperation: 19 december 2004. New York: UNDP; 2004. Disponível em: <https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/cn/UNDP-CH-PR-Publications-UNDay-for-South-South-Cooperation.pdf> . Acesso em 06 jun. 2024

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO ATLANTICO NORTE (OTAN). **Climate Change & Security Impact Assessment**. Bruxelas: NATO, 2023. Disponível em: https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2023/7/pdf/230711-climate-security-impact.pdf . Acesso em: 10 jul. 2024.

ORLEANS E BRAGANÇA, Bertrand de. **Psicose ambientalista**: os bastidores do ecoterrorismo para implantar uma “religião” ecológica, igualitária e anticristã. São Paulo: Instituto Plínio Corrêa de Oliveira, 2022.

PATERSON, Matthew. IR theory: Neorealism, neoinstitutionalism and the Climate Change Convention. *In*: IMBER, Mark; VOGLER, John. **The environment and international relations**. London: Routledge, 1995. p.64-83. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/reader/read-online/7f1dde15-c774-4010-82f1-d0bbc8a59550/chapter/pdf?context=ubx>. Acesso em: 06 jun. 2024.

PARIS, Roland. 2001. Human Security: Paradigm Shift or Hot Air? **International Security**, [s. l.], v. 26, n. 2, p. 87-102., Fall 2011. Disponível em: <https://aix1.uottawa.ca/~rparis/Paris.2001.IS.Human%20Security.pdf> Acesso em: 06 jun. 2024.

PERSAUD, Avinash. Breaking the Deadlock on Climate: The Bridgetown Initiative. **GREEN**, v. 3, n. 1, p. 99-103, 2023.

PRZEWORSKI, Adam. Sobre o desenho do Estado: uma perspectiva agent x principal. *In*: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter.(Org.). **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

REINO UNIDO. Ministry of Defence. **Defence in a Competitive age**. United Kingdom: Ministry of Defence, 2021. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/media/6063061e8fa8f55b6ad297d0/CP411_Defence_Command_Plan.pdf Acesso em: 06 jun. 2024.

REPÚBLICA DA CHINA. State Council. **China’s National Defense in the New Era**. Beijing: State Council Information Office, 2019.

SALLES, João Moreira. **Arrabalde**: em busca da Amazônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SANTIAGO, Carla Ferretti. A negação da história: discursos negacionistas sobre o passado na contemporaneidade. *In*: DOS-SANTOS, Marcus Vinícius; CARDOSO, Marisa; BRUCK, Mozahir Salomão. (Org.). **Dossiê contra o negacionismo da ciência**:

a importância do conhecimento científico. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2022. Capítulo 5.

SANTOS, Thauan; BEIRÃO, André Panno; ARAÚJO FILHO, Moacyr Cunha de; CARVALHO, Andréa Bento (Org.). **Economia Azul**: vetor para o desenvolvimento do Brasil. Rio de Janeiro: Essencial Idea Editora, 2022. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/sites/all/modules/livro_economia_azul/book.html. Acesso em: 06 jun. 2024.

SCHERWITZ, Débora P. As Visões Antropocêntrica, Biocêntrica e Ecocêntrica do Direito dos Animais no Direito Ambiental. Suzano: **Revista Interfaces**, ano 14, nº 9, 2022. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20220915125623.pdf. Acesso em: 1 set. 2024.

SEMINÁRIO Mudanças climáticas e Defesa Nacional: desafios e oportunidades-OMPV-IMM-ECEME-30abril24. [S. l.; s.n], 13 de maio de 2024. 1 vídeo (66 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AKJMGECWvKM&list=PLpNUf5mxK4V2NuRtcUYb1C9UmZTzWZ0p5&index=28> . Acesso em: 22/05/2024

SORJ, Bernardo. Segurança, segurança humana e América Latina. **Sur**. Revista Internacional de Direitos Humanos, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 40–59, dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sur/a/5RncFCTbxqzmKW85zzsQbgM/?lang=pt> Acesso em: 22 jul. 2024.

SOUSA, Gustavo José Baracho de. **Livros brancos de defesa**: realidade ou ficção? São Paulo: Ed. Appris, 2018.

STEFFEN, Will; CRUTZEN, Paul J.; MCNEILL, John R. The Anthropocene: are humans now overwhelming the great forces of nature? **Ambio**: Journal of Human Environment Research and Management, [s. l.], v. 36, n. 8, p. 614-621, 2007. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25547826>. Acesso em: 22 maio 2024.

TEIXEIRA, Izabella; TONI, Ana. A crise ambiental-climática e os desafios da contemporaneidade: o Brasil e sua política ambiental. **CEBRI**: Revista Centro Brasileiro de Relações Internacionais, v.1, n. 1, p. 71-93, 2022. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/7/30> . Acesso em: 22 maio 2024.

TOMÉ, Luís. Segurança e Complexo de Segurança: conceitos operacionais. **Janus.net**: e-journal of international relations, Lisboa, v.1, n.1, p.33-49, 2010.

VIEIRA, Carlos Eduardo Carrusca; GONÇALVES, Betânia Diniz. Negacionismo científico e suas bases psicopolíticas e socioculturais. In: DOS-SANTOS, Marcus Vinícius; CARDOSO, Marisa; BRUCK, Mozahir Salomão. (Org.). **Dossiê contra o negacionismo da ciência**: a importância do conhecimento científico. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2022. p.22-31

WILLETTS, Peter. Who cares about the environment?.In: IMBER, Mark; VOGLER, John. (Ed.). **The environment and international relations**. London: Routledge, 1995. p. 120-137. Disponível em <https://www.taylorfrancis.com/reader/read-online/39ef7782->

[853f-4618-931e-6313c375f901/chapter/pdf?context=ubx](https://doi.org/10.1017/978101701853f-4618-931e-6313c375f901/chapter/pdf?context=ubx) . Acesso em: 06 jun. 2024.

GLOBAL value chain development report 2021: Beyond production. [S. l.]: Asian Development Bank: Research Institute for Global Value Chains: World Trade Organization: Japan External Trade Organization: China Development Research Foundation, 2021.

ZANDONAI, Roberta. Os BRICS na arena de mudanças climáticas. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, [s. l.], v. 1, n. 18, p. 182-217, 2015.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BAYER, Stefan; STRUCK, Simon. **The Strategic Orientation of Armed Forces in Times of Climate Change**. Hamburg: German Institute for Defence and Strategic Studies, 2019. (#GIDSresearch, n.1). Disponível em: https://gids-hamburg.de/wp-content/uploads/2020/02/Research1-2019_Bayer_Struck_english.pdf Acesso em: 03/09/2024

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Departamento de Educação e Cultura do Exército. **Portaria nº 142-DECEX, de 21 de junho de 2018**. Aprova as Normas para a Construção de Currículos - 4ª Edição (NCC - EB60-N-06.003). Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2018. Disponível em https://www.decex.eb.mil.br/images/2022/AGE/LegislacaoEnsino/Anexo_E_Port_142_DECEX_NCC_4_Ed.pdf. Acesso em 1 de setembro de 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **Glossário das Forças Armadas: MD35-G-01**. 5ª Edição. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Diretriz do Comandante do Exército 2017-2018**. Brasília, DF: Comando do Exército, 2017c.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Diretriz do Comandante do Exército 2019**. Brasília, DF: Comando do Exército, 2019d.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Departamento de Educação e Cultura do Exército. **Normas para a Avaliação da Aprendizagem: NAA - EB60-N06.004**. 5. ed.. Rio de Janeiro: DECEX, 2020c. Disponível em: https://www.ceadex.eb.mil.br/images/legislacao/VII/port_388decex_naa.pdf Acesso em: 22 maio 2024

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Diretriz do Comandante do Exército 2021-2022**. Brasília, DF: Comando do Exército, 2021b. Disponível em: <http://www.cciex.eb.mil.br/images/diretrizes/diretrizcmteb22.pdf> Acesso em: 22 maio 2024.

BRIGGS, Chad Michael. Climate security, risk assessment and military planning. [s. l.], **International Affairs**, v. 88, n.5, p.1049–1064, 2012.

BURGESS, J. Peter. **The Routledge Handbook of New Security Studies**. New York: Routledge. 2010.

CHASEK, Pamela; DOWNIE, David L.; BROWN, Janet W. **Global Environmental Politics**: dilemmas in world politics. New York: Routledge, 2018.

HICKERT, Luciano. **O Exército Brasileiro e a sustentabilidade do meio ambiente**. Observatório Militar da Praia Vermelha. ECEME: Rio de Janeiro, 2022

JEVONS, William Stanley. **The Theory of Political Economy**. [S. l.]: Ed. Palgrave Macmillan, 2013.

MANN, Michael E.; TOLES, Tom. **The madhouse effect**: How climate change denial is threatening our planet, destroying our politics, and driving us crazy. New York: Columbia University Press, 2018.

MARGULIS, Sergio. **Mudanças do clima**: tudo o que você queria e não queria saber. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung. 2020.

MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. [s. l.]: Melhoramentos, 2024. Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=vis%C3%A3o> Acesso em 15 jun 2024.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

STRANGE, Susan. **States and Markets**. London: Bloomsbury, 2015.

TROMBETTA, Maria Julia. Environmental security and climate change: analysing the discourse. **Cambridge Review of International Affairs**, [s. l.], vol. 21, n. 4, dec. 2008, p. 585-602. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09557570802452920> Acesso em: 16 maio 2024.

ANEXOS

ANEXO D
MODELO DE PLADIS⁴

| |
|---|
| COMPETÊNCIA PRINCIPAL (opcional): |
| UNIDADE DE COMPETÊNCIA: Atuar como Oficial Subalterno de Subunidade em Campanha. |
| ELEMENTOS DE CONTEÚDOS: Realizar o tiro de fuzil. Lançar granadas de mão. Ministrando a instrução. Executar marchas e estacionamentos. |

| UD I: Armamento, Munição e Tiro | Cg H: 200 | | OBJETIVOS DA APRENDIZAGEM/EIXO TRANSVERSAL (retirar do perfil com base nos conteúdos, mantendo o foco nos EC). |
|---------------------------------|-----------|-----------|--|
| ASSUNTOS | D | N | |
| a. Fuzil 7,62, M964 | 80 | 20 | Realizar o tiro de fuzil com, no mínimo, 50% de aproveitamento. (PROCEDIMENTAL) ET - CORAGEM |
| b. Os módulos de tiro | 20 | 10 | Identificar os módulos de tiro constantes na IGTAEx. (FACTUAL) |
| c. Granadas de Mão | 40 | 5 | Classificar as granadas de mão quanto à carga e à finalidade de emprego. (CONCEITUAL) |
| n. | | | |

| UD II: Marchas e Estacionamentos | Cg H: 40 | | OBJETIVOS DA APRENDIZAGEM/EIXO TRANSVERSAL (retirar do perfil com base nos conteúdos, mantendo o foco nos EC). |
|----------------------------------|----------|---|--|
| ASSUNTOS | D | N | |
| | | | |

⁴ BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Departamento de Educação e Cultura do Exército. **Portaria nº 142-DECEX, de 21 de junho de 2018**. Aprova as Normas para a Construção de Currículos - 4ª Edição (NCC - EB60-N-06.003). Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2018, pg 25 e 26. Disponível em https://www.decex.eb.mil.br/images/2022/AGE/LegislacaoEnsino/Anexo_E_Port_142_DECEX_NCC_4_Ed_.pdf. Acesso em 1 de setembro de 2024.

| | | | |
|-----------------|----|---|---|
| a. Marchas a pé | 25 | 4 | <ul style="list-style-type: none"> - Identificar as situações em que a tropa marcha a pé. (FACTUAL) - Descrever os procedimentos e as técnicas de execução das marchas a pé. (FACTUAL) - Realizar o ensaio de uma marcha administrativa. (PROCEDIMENTAL) - Executar o aprestamento individual com empenho e eficiência. (PROCEDIMENTAL) - Executar a marcha diurna de 8 km e 12 km. (PROCEDIMENTAL) <p>PERSISTÊNCIA</p> |
| n. | | | |

GRADE DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

| MODALIDADE | TIPO | FERRAMENTA | TEMPO DESTINADO | RETIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM | UD AVALIADAS |
|-------------------|-------------|-------------------|------------------------|------------------------------------|---------------------|
| Diagnóstica | - | Questionário | 01 | - | - |
| Formativa | - | Exercício | 01 | 01 | I |
| Somativa | AA | Mapa Conceitual | 02 | 01 | II |
| Somativa | AC | Prova Formal | 02 | 01 | I e II |

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS (como devo trabalhar conteúdos/assuntos e o ET deste módulo)

1. Procedimentos Didáticos.

2. Indicações Básicas de Segurança na Instrução.

